



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM HISTÓRIA

JOSÉ AMARILDO RODRIGUES PANTOJA

PATRIMÔNIO CULTURAL, MEMÓRIA E PAISAGEM: a inserção das
prisões na cidade de Belém do Pará na transição dos séculos XIX - XX:
estudos de casos do antigo Presídio São José e da Prisão Modelo Panóptico

GOIÂNIA

2022

JOSÉ AMARILDO RODRIGUES PANTOJA

PATRIMÔNIO CULTURAL, MEMÓRIA E PAISAGEM: a inserção das prisões na cidade de Belém do Pará na transição dos séculos XIX – XX: estudos de casos do antigo Presídio São José e da Prisão Modelo Panóptico

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, da Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Julio Cezar Rubin de Rubin.

GOIÂNIA

2022

Catálogo na Fonte - Sistema de Bibliotecas da PUC Goiás
Márcia Rita Freire - Bibliotecária - CRB1/1551

P198p Pantoja, José Amarildo Rodrigues

Patrimônio cultural, memória e paisagem : a inserção das prisões na cidade de Belém do Pará na transição dos séculos XIX-XX : estudos de casos do antigo presídio São José e da prisão modelo panóptico / José Amarildo Rodrigues Pantoja. -- 2022.

112 f.: il.

Texto em português, com resumo em inglês.

Dissertação (mestrado) -- Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Escola de Formação de Professores e Humanidades, Goiânia, 2022.

Inclui referências f. 103-107.

1. Patrimônio cultural - Belém (PA). 2. Prisões - Belém (PA). 3. Memória. I. Rubin, Julio Cezar Rubin de - 1959. II. Pontifícia Universidade Católica de Goiás - Programa de Pós-Graduação em História - 17/08/2022. III. Título.

CDU: Ed. 2007 -- 719(811.5) (043)

725.1:343.811(811.5)



Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa – PROPE
Coordenação de Pós-Graduação Stricto Sensu – CPGSS
Escola de Formação de Professores e Humanidades - EFPH

**PATRIMÔNIO CULTURAL, MEMÓRIA E PAISAGEM: A INSERÇÃO DAS
PRISÕES NA CIDADE DE BELÉM DO PARÁ NA TRANSIÇÃO DOS SÉCULOS
XIX - XX. ESTUDOS DE CASOS DO ANTIGO PRESÍDIO SÃO JOSÉ E DA PRISÃO
MODELO PANÓPTICO**

JOSÉ AMARILDO RODRIGUES PANTOJA

**Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História da
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, aprovada em 17 de agosto de 2022, às 09h.**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Julio Cezar Rubin de Rubin / PUC Goiás

Profa. Dra. Deusa Maria Rodrigues Boaventura / PUC Goiás

Prof. Dr. Sergio Bandeira do Nascimento / UFPA

Profa. Dra. Sibeli Aparecida Viana / PUC Goiás

Profa. Dra. Marcélia Marques / UFCE

RESUMO

Sob o título “Patrimônio cultural, memória e paisagem: a inserção das prisões na cidade de Belém do Pará na transição dos séculos XIX - XX: estudos de casos do Antigo Presídio São José e da Prisão Modelo Panóptico”, abordamos o processo de apagamento da memória marginal, por meio de uma metodologia que consiste em destruir, modificar ou ressignificar o patrimônio cultural arquitetônico, ligado à prisão, buscamos responder se as prisões em análises foram inseridas na paisagem belenense em locais determinados em função de algum critério técnico; e se o apagamento da paisagem e da memória marginal, por parte do poder público foi intencional. Utilizamos referenciais teóricos que se relacionam com a Nova História e com a Arqueologia Urbana, aproximando-se da Arqueologia da Paisagem. Para tanto, adotamos a metodologia de pesquisa bibliográfica e de campo, pelas quais foi possível encontrar e caracterizar vestígios ou evidências dos períodos correspondentes e como se encontram atualmente. Os resultados obtidos apresentam essa caracterização, destacando lacunas, correlações e limitações, a partir de dados e informações disponibilizados.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural, Memória, Prisões, Paisagem, Visibilidade.

ABSTRACT

Under the title “Cultural heritage, memory and landscape: the insertion of prisons in the city of Belém do Pará in the transition between the 19th and 20th centuries: case studies of the Old São José Prison and the Panopticon Model Prison”, we approach the process of erasing the marginal memory, through a methodology that consists of destroying, modifying or re-signifying the architectural cultural heritage, linked to the prison, we seek to answer whether the prisons in analysis were inserted in the Belenense landscape in determined places according to some technical criterion; and if the erasure of the landscape and the marginal memory by the public authorities was intentional. We use theoretical references that relate to New History and Urban Archeology, approaching the Archeology of Landscape. To this end, we adopted the methodology of bibliographic and field research, through which it was possible to find and characterize traces or evidence from the corresponding periods and how they are currently found. The results obtained present this characterization, highlighting gaps, correlations and limitations, based on available data and information.

Keywords: Cultural Heritage, Memory, Prisons, Landscape, Visibility.

AGRADECIMENTOS

Muitas instituições e pessoas foram importantes para a realização deste trabalho, ao qual foram dedicados dois anos, de 2020 a 2022, e esse período me traz à memória pessoas que muito contribuíram para essa conquista. Para não apresentar uma lista extensa de nomes, menciono a todos de maneira geral, havendo algumas exceções.

À Pontifícia Universidade Católica de Goiás, pela oportunidade de concluir este curso; à Prefeitura Municipal de Ananindeua, pela licença concedida durante a Pesquisa e elaboração da dissertação, às intuições que colocaram a minha disposição seus bancos de dados e documentação: Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP-PA), Fundação Cultural do Estado do Pará (CENTUR), Arquivo Público do Estado do Pará, Memorial do Espaço São José Liberto e à Universidade do Estado do Pará.

Ao Prof. Dr. Julio Cezar Rubin de Rubin, pela sua valorosa e perpicaz orientação, sem a qual essa pesquisa não teria se traduzido em um trabalho científico. À Banca Examinadora presidida pelo citado orientador e composta pela Profa. Dra. Deusa Maria Rodrigues Boaventura, Prof. Dr. Sergio Bandeira do Nascimento, Profa. Dra. Marcélia Marques. À coordenadora do Programa, Profa. Dra. Thais Marinho; aos meus mestres, Dr. Eduardo Gusmão, Dr. Eduardo José Reinato, Dr. Eduardo Sugizaki, Dra. Marilene Castro Ossami de Moura, Dra. Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante Ribeiro, Dra. Sandra Catharinne Pantaleao Resende, Dra. Profa. Dra. Sibeli Aparecida Viana.

Aos companheiros e às companheiras de estudo, pelo apoio e dedicação nessa etapa de vida: Alessandra, Ana Karoline, Anelisa, Carla Rubia, Crisnamurte, Dulce, Eneuda, Esdranne, Grazieli, Helia, Ismeinem, Laura Beatriz, Lucas, Ludmila, Mário, Michelle, entre outros.

Aos meus familiares, especialmente minha companheira, Marília do Socorro Torres Pantoja, por me incentivar a não esmorecer diante das dificuldades.

À Larissa Mourão e à equipe técnica da unidade de cartografia e Geoprocessamento da Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém, pela elaboração dos mapas de altimetria da área pesquisada. Ao Ramon Soares, pela elaboração dos perfis topográficos.

À professora Rosicler Silva, por sua valorosa contribuição na pesquisa de campo e pela produção e organização do acervo fotográfico. À professora Elizete Assunção pela revisão do trabalho. Aos meus colegas e colegas de trabalho do convênio SEDUC/SEAP pelo incentivo. Aos meus leitores!

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Vista parcial do Forte do Castelo: disposição espacial dos canhões	20
Figura 02	Reedificação Retangular do Forte do Castelo, Vistas Laterais	21
Figura 03	Intervisibilidade e Visualização entre a Fortaleza da Barra e o Forte do Castelo	23
Figura 04	Visualização Frontal da Fortaleza da Barra	24
Figura 05	Pontos de Vigilância da Fortaleza da Barra	25
Figura 06	Porto de Embarque e Desembarque de Pólvora e Produtos Inflamáveis da Fortaleza da Barra	27
Figura 07	Fachada Frontal das Ruínas do Educandário Nogueira de Farias, na Ilha de Cotijuba, Distrito de Belém-Pa.	43
Figura 08	Ruínas internas do Educandário Nogueira de Farias, na Ilha de Cotijuba, Distrito de Belém-Pa.	44
Figura 09	Usina de Cremação de Lixo – Belém – Pa. Século XX	50
Figura 10	Antiga Usina de Cremação de Lixo, na atualidade. CRAS do Bairro da Cremação	51
Figura 11	Asilo da Mendicidade, 1901	52
Figura 12	Escola de Governo do Estado do Pará – EGPA, 2009, antigo Asilo da Mendicidade	53
Figura 13	Asilo dos Alienados, construído em 1892	54
Figura 14	Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS) da UEPA- antigo Hospício dos Alienados	55
Figura 15	Pátio Interno da Universidade do Estado do Pará – antiga Prisão Modelo Panóptica	58
Figura 16	Mapa da Área da Pesquisa	67
Figura 17	Mapa Geológico de Parte do Município de Belém – Pa., abrangendo as áreas da Pesquisa	71
Figura 18	Mapa de Elevação da Área da Pesquisa e os pontos de Referência	72
Figura 19	Mapa 1 dos Perfis Topográficos para análise de Intervisibilização e Visibilidade entre PJS e PMP; PB e PSJ; PB e PMP; PR e PSL; PR e PMP	73

Figura 20	Ficheiro da Praça da República em Belém (PA)	74
Figura 21	Aclive a partir do Porto de Belém em direção à Praça da República, pela Avenida Presidente Vargas	75
Figura 22	Intervisibilização entre o Porto de Belém e a Prisão Modelo Panóptica	75
Figura 23	Perfis Topográficos para análise de Intervisibilidade e Visualização entre o Forte do Castelo e o Presídio São José; entre o Mangal das Garças e a Prisão Modelo Panóptica e entre o Mangal das Garças e o Presídio São José	76
Figura 24	Mangal das Garças	77
Figura 25	Visualização do Presídio São José (PSJ, e da Prisão Modelo Panóptica (PMP), a partir do Mirante do Mangal das Garças do alto da torre de 47	78
Figura 26	Perfis Topográficos para análise de Intervisibilização e visibilidade, entre a Estação das Docas e as duas prisões em análise (PSJ e PMP) e entre o Forte do Castelo e a Prisão Modelo Panóptica	79
Figura 27	Diferença de Cota entre a Estação das Docas do Pará e a Praça da República	80
Figura 28	Imagens Monumentais da Praça da República, apresentando a Difusão dos Ideais Republicanos	81
Figura 29	Teatro da Paz, símbolo do Progresso e do Poder	82
Figura 30	Visibilidade e Visualização relacionada com o Presídio São José e seu entorno	84
Figura 31	Visibilidade e Visualização relacionada com a Prisão Modelo Panóptico e seu entorno	85
Figura 32	Coreto Localizado na Praça da República – Belém do Pará – Ponto de visualização de todos os outros Pontos de Observação.....	86
Figura 33	Visibilidade entre o Porto de Belém e a Prisão Modelo Panóptico ...	87
Figura 34	Visibilidade Entre Porto de Belém e a Prisão Modelo Panóptico	87
Figura 35	Presídio São José na transição do século XIX para o Século XX ...	89
Figura 36	Vista Frontal do antigo Presídio São José entre os anos de 1926 a 1943	90

Figura 37	Imagem da Rebelião no antigo Presídio Sao José – Fevereiro de 1998	90
Figura 38	Polo Joalheiro – antigo Presídio São José – setembro de 2021	91
Figura 39	Imagem do Castelinho da Universidade do Estado do Pará – antiga Torre da Prisão Modelo Panóptica	92
Figura 40	Entrada do Memorial do antigo Presídio São José: Cela Cinzeiro	93
Figura 41	Quadro do Memorial do antigo Presídio São José que passou a denominar-se Espaço São José Liberto	94
Figura 42	Vocabulário utilizado pelos internos do antigo Presídio São José	94
Figura 43	Castelinho da Universidade do Estado do Pará – Antiga Torre da Prisão Modelo Panóptica	96
Figura 44	Planta arquitetônica do Penitenciária Modelo Panóptica construída na Cidade de Belém do Pará, sob a responsabilidade do Engenheiro Henrique Américo Santa Rosa	97
Figura 45	Construção da Penitenciária Panóptica do Estado do Pará	98
Figura 46	Placa comemorativa à instalação da Faculdade Estadual de Educação – FAED	99
Figura 47	Placa Comemorativa em alusão à Reforma do Prédio para ser usado como faculdade	100
Figura 48	Placa Comemorativa aos 25 anos do Centro de Ciências Sociais e Educação (CCSE) da Universidade do Estado do Pará (UEPA)	101

LISTA DE SIGLAS

CODEM	Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CRPP	Centro de Recuperação do Pará
CTM	Central de Triagem Metropolitano
Dael	Depósitos aluviais, eólicos e lateríticos
DAFm	Depósitos Argilosos Fluviomarinhos
DPHAC	Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural
EDP	Estação das Docas do Pará
ESJL	Espaço São José Liberto
ESRI	Environmental Systems Research Institute
FC	Forte do Castelo
HCTP	Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MG	Mangal das Garças
PB	Porto de Belém
PMP	Presídio Modelo Panóptico
PR	Praça da República
PSJ	Presídio São José
Qgis	Aplicação de Sistema de Informações Geográficas
SECULT	Secretaria de Estado de Cultura do Pará
SRTM	Shuttle Radar Topography Mission
UEPA	Universidade do Estado do Pará

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Pessoas denunciadas à Inquisição (1617-1805)	34
Tabela 2	Comparação das Características Gerais entre o PSJ e a PMP	72

..

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1 - BREVE HISTÓRICO DAS PRISÕES EM BELÉM-PA.....	19
1. 1- Forte do Castelo	19
1.2 - Fortaleza da Barra	22
1.3 - Casa de Câmera e Cadeia.....	28
1.4 - Cadeia de Aljube	32
1.5 - Cadeia Pública	36
1.6 - Educandário	41
1.7 - Centros de Recuperação.....	45
CAPÍTULO 2 - REFORMA E MODERNIZAÇÃO DA CIDADE DE BELÉM	46
2.1 – Contextualização da Reforma	46
2.2 – Principais Medidas Higienistas/Disciplinadoras dos Espaços Belenenses...47	
2.2.1 – Limpeza Pública e Incineração de Lixo.....	49
2.3 – Instalações das Instituições Fechadas em Belém do Pará	51
2.3.1 – Asilo de Mendicância	51
2.3.2 - Asilo ou Hospício dos Alienados	53
2.3.3 – Orfanato Municipal	55
2.3.4 – Tipologia da Arquitetura no Contexto da Reforma	56
2.3.5 – Reflexões Sobre a Reforma Urbana	59
CAPÍTULO 3 - PROCEDIMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS	60
3.1 – Procedimentos Teóricos	61
3.2 Procedimentos Metodológicos	63
3.2.1 Gabinete	63
3.2.2 Campo	65
CAPÍTULO 4 – RESULTADOS OBTIDOS	67
4.1 - Área da Pesquisa	67
4.2 - Localização Geográfica dos Objetos de Estudo	67
4.3 – Localização Geográfica dos Pontos de Referências	68
4.3.1 - A Praça da República	68
4.3.2 – Parque Zoobotânico Mangal das Garças	69
4. 3.3 – O Porto de Belém: Cia das Docas do Pará e Forte do Castelo.....	69
4.4 – Análise da Escolha do Local de uma obra	69
4.4.1 - Implantação das Unidades e a Geologia	70
4.4.2 – Relevo da Área Pesquisada	72
4.4.3 - Intervisibilidade e Visibilização	73
4.4.4 - Aspectos Políticos	80

4.4.5 – Aspectos Simbólicos	81
4.5 - Análise dos Resultados	82
4.5.1 - Quanto à escolha dos locais para o PSJ e a PMP	82
4.5.2 - Quanto à inserção na paisagem, especificamente em relação às cotas ou Topografia.....	84
4.5.3 - Quanto à Intervisibilidade e à Visibilização	85
4.5.4 – Apagamento da Memória Carcerária	88
4.5.4.1 – Presídio São José.....	88
4.5.4.2 - Prisão Modelo Panóptica.....	95
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 100
 REFERÊNCIAS.....	 103
 ANEXOS.....	 105

INTRODUÇÃO

*“Apagar as memórias culturais é promover a manipulação do passado e uma visão distorcida para a construção do presente e do futuro, impactando diretamente nas relações de democracia, respeito e humanidade entre o povo. É uma perda da possibilidade de igualdade e harmonia entre os seres humanos”.
(Fundação 1º de Maio).*

“Patrimônio cultural, memória e paisagem: a inserção das prisões na cidade de Belém do Pará na transição dos séculos XIX – XX: estudo de caso do Antigo Presídio São José e da Prisão Modelo Panóptico” surge em um momento trágico para a preservação da memória cultural brasileira. Ataques ao IPHAN, diminuição orçamentária do órgão, destruição de acervos consumidos pelo fogo, venda de imóveis pertencentes ao Patrimônio Nacional da União e dos Estados, entre outros descasos com a valorização cultural são a marca de um governo que não tem relação nenhuma com a educação, com a cultura, com a memória, com o patrimônio histórico e com tudo aquilo que valoriza e preserva nossa identidade cultural.

No Brasil, é notório que a política de preservação do patrimônio cultural, desde a institucionalização jurídica observada pela primeira vez na Constituição de 1934, artigo 10¹, nunca foi prioridade do poder público, em nenhuma esfera governamental, seja ela federal, estadual ou municipal; no entanto, atualmente, a situação se agravou.

Disposto no artigo 216, da Constituição Federal, constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação².

No entanto, em se tratando do patrimônio histórico ligado à prisão, neste caso

¹ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL DE 1934. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm - acesso em julho de 2022.

² CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - 1988. Disponível em <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/>. Acesso em julho 2022.

arquitetônico, e da preservação da memória marginal, verificamos uma realidade oposta, estabelecida pela Carta Constitucioal vigente, ou seja, o poder público e algumas parcelas sociais, intencionalmente buscam apagar a memória marginal e ressignificar os propósitos do lugar.

A partir dessa comprovação, fizemos um breve levantamento sobre a historiografia relacionada à história das prisões no Brasil, e constatamos que os estudos acerca da importância do patrimônio cultural, ligados à preservação da memória prisional é um objeto de investigação que tem despertado pouco interesse de pesquisadores, incluindo aqueles que se dedicam à investigação de patrimônios culturais em áreas urbanas. No Estado do Pará, a produção acadêmica relacionada ao referido tema é quase inexistente, e esta consequência se reflete na escassez bibliográfica. Verificamos a “Lista de bens tombados e processos em andamento” do órgão federal responsável pela preservação do patrimônio cultural brasileiro, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), entre 1938 e 2015, e nela encontramos apenas 27 bens relacionados ao patrimônio carcerário³. No entanto, nessa lista não consta o Estado do Pará.

Recorremos, também, à lista do Patrimônio Cultural Tombado – Belém, disponibilizado no site do Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural - DPHAC, da Secretaria de Estado de Cultura do Pará, SECULT⁴, em cuja versão mais recente do órgão, publicada em janeiro de 2015, não consta nenhum tombamento, como também nenhum processo de preservação de bens relacionados ao patrimônio carcerário belenense. Neste sentido, vale registrar que no curso de nossa pesquisa, dois fatos, relacionados entre si, chamaram-nos a atenção: a ausência de trabalhos acadêmicos acerca da memória marginal, ligados à prisão na capital paraense, e a escassez de acervos bibliográficos sobre este tema.

Por essa razão, salientamos que a pesquisa bibliográfica, relacionada ao tema deste trabalho, reflete a carência de informações acerca do patrimônio cultural prisional, e a pesquisa de campo mostrou, o apagamento da memória desta instituição da paisagem

³ BORGES, Viviane. Carandiru: os usos da memória de um massacre. Revista Tempo e Argumento, vol. 3. 2016, p. 16.

⁴ Bens Tombados. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br>. Acessado em 27 de outubro 2021.

da capital paraense. Sendo assim, estamos dando os primeiros passos desta nova linha de investigação em história, que focaliza o patrimônio cultural, ligado ao espaço prisional.

Diante dessa constatação, e na minha condição de professor da rede pública de ensino, este trabalho justifica-se pela possibilidade de um diálogo mais amplo com os/as estudantes do ensino básico sobre o patrimônio cultural e a memória marginal, que permita-lhes conhecer este espaço, como de resistência ao apagamento da memória carcerária. Acreditamos também que o presente estudo seja de suma importância para o debate em sala de aula, na perspectiva de estabelecer um diálogo reflexivo que possa conduzir nossos alunos/as a pensar a impotência da preservação do patrimônio, seja ele material ou imaterial, bem como para plano acadêmico, em especial para a reflexão histórica sobre a importância do patrimônio e a memória marginal, e que ele possa incentivar outros pesquisadores a traçar projetos de maior amplitude científica, voltados para o campo da história, sobretudo da história das prisões.

Os problemas que nortearam o trabalho partiram das seguintes indagações: As prisões em análise foram inseridas na paisagem belenense em locais determinados, capazes de assegurar controle sobre a criminalidade, ou apenas pela disponibilidade do espaço? O apagamento da paisagem e da memória social belenense, por parte do poder público, é intencional? Para obtermos possíveis respostas a esses questionamentos, efetuamos um levantamento bibliográfico e documental, tendo como referencial teórico autores com Jacques Le Goff (1990), Michael Pollak (1989 e 1992), Pedro Paulo Funari (2009), Michel Foucault (1987), Criado Boado (1990), Sérgio Bandeira do Nascimento (2016), entre outros.

A pesquisa documental foi realizada nos bancos de dados da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP-PA), na Fundação Cultural do Estado do Pará (CENTUR), da Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (A CODEM), no Arquivo Público do Estado do Pará, no Memorial do Espaço São José Liberto e nos Arquivos da Universidade do Estado do Pará.

A partir do levantamento bibliográfico e documental, visamos analisar a inserção do Antigo Presídio São José e da Prisão Modelo Panóptico, na paisagem de Belém do Pará; verificar se os projetos dos presídios em questão continham especificações em relação à implantação na paisagem; analisar a visibilidade, a intervisibilidade e a visibilização das prisões, no momento da construção e no momento atual; investigar os processos de apagamento das duas unidades prisionais, por parte do poder público; analisar a transição do Presídio São José e da Prisão Modelo Panóptico para Polo

Joalheiro e para Reitoria da Universidade do Estado do Pará, respectivamente

A metodologia empregada no estudo, descrita anteriormente, os referenciais e documentos abordaram as duas fases da pesquisa: gabinete e campo. A atividade de gabinete se junta à revisão bibliográfica do tema, contando os assuntos essenciais sobre a inserção das prisões que datam do final do século XIX e início do século XX, na paisagem da cidade de Belém, dialogando com o levantamento *in loco*. Nessa perspectiva, para desenvolver o texto, os assuntos foram divididos em quatro capítulos, descritos a seguir.

No primeiro, fizemos um breve histórico das prisões em Belém do Pará e seus múltiplos desdobramentos conceituais: fortificações militares, casa de câmara e cadeia, aljube, cadeia pública, educandário e centro de recuperação.

No segundo, analisamos o processo da “modernização” da cidade de Belém, entre os anos de 1870 – 1912, buscamos a contextualização da reforma, analisando as principais medidas higienistas e disciplinadoras dos espaços belenenses, sobretudo no que concerne à limpeza pública; investigando sobre a eleição da grande vila da saúde pública, sobre a incineração de lixo, sobre as instalações das instituições fechadas como o Asilo de mendicância, o hospício dos Alienados, os orfanos e a cadeia públicas, e verificando como estas estavam inseridas na pauta de modernização.

No terceiro capítulo, são apresentados os referenciais teóricos e os procedimentos metodológicos que nortearam a presente dissertação: Gabinete e Campo. No quarto e último capítulo, introduzimos os resultados obtidos e as evidências com suas caracterizações, em seguida, realizamos as análises dos resultados e, finalmente, concluímos, com nossas considerações sobre a pesquisa.

CAPÍTULO 1 - BREVE HISTÓRICO DAS PRISÕES EM BELÉM-PA.

“Ninguém conhece verdadeiramente uma nação até que tenha estado em suas prisões”. (Nelson Mandela)

Este capítulo apresenta um breve histórico do sistema prisional belenense e seus múltiplos desdobramentos conceituais: fortificações militares, casa de câmara, aljube, educandário e centro de recuperação.

1.1 – Forte do Castelo

A história do forte do Castelo está associada à conquista e à ocupação da região Norte do Brasil, a qual teve início no período histórico conhecido como União Ibérica⁵. A unificação entre os reinos espanhol e português trouxe consequências para a consolidação da conquista filipina, que temia por uma investida contra a região, por outras nacionalidades europeias, sobretudo, franceses, ingleses, irlandeses e holandeses que, naquele momento, já estavam presentes na região. Tais países eram inimigos dos espanhóis, especialmente os holandeses de quem se separaram por causa da sua independência. O contato que os franceses e holandeses mantinham com as populações indígenas de Cameté e de Bragança, os Pacajá e os Caetés⁶, acirrava as rivalidades na região entre os ibéricos e seus inimigos e aumentava o temor, por parte dos portugueses, que por aqui se repetisse o que havia ocorrido no nordeste brasileiro, onde os holandeses aproveitaram a unificação das coroas ibéricas, para invadir a região. Caso os acontecimentos de Pernambuco viessem a se repetir na região Norte, acarretaria consequências drásticas para a economia ibérica, pois colocava as minas de pratas peruanas sob o controle dos invasores (TEIXEIRA DA SILVA 1990 apud REZENDE, 2006, p. 51). O referido autor salienta que a ligação fluvial dos Andes ao Atlântico pelo Rio Amazonas representava ameaça à segurança do império colonial, espanhol, na América.

A evidente ameaça resultou na instalação de uma base militar às margens da baía de Guajará, para proteger a entrada do Rio Amazonas; essa base militar, denominada “Feliz Lusitânia”, atualmente chamada de Forte do Castelo, teve início em 12 de janeiro

⁵ União Ibérica foi a união das Coroas portuguesa e espanhola entre 1580 e 1640 e teve grandes consequências na colonização do Brasil, como a invasão holandesa.

⁶ Belém 404 anos, histórias de encantos, beleza e abandono. Uma cidade que não tem o respeito de seus políticos – janeiro de 2016, p.1. Disponível em <https://www.hiroshibogea.com.br/belem-404-anos>

de 1616 e deu origem à cidade de Belém do Pará. Sobre a escolha da localização do Forte, (SAINT-CLAIR, 2010, p. 1), conjectura que é provável que a escolha do local esteja relacionada aos objetivos de controlar o rio e ocupar a terra, pois, àquela época, portugueses, holandeses e franceses se lançavam além-mar com as mesmas intenções, impulsionados basicamente pela crise dos metais, conclui Saint-Clair⁷. E, como podemos observar na disposição dos canhões, mostrados na figura 01, reforçam a hipótese levantada pelo referido autor.

Figura 01: Vista parcial do Forte do Castelo: disposição espacial dos Canhões



Fonte: Rosicler Silva (setembro/2021)

Saint-Clair acrescenta que: “os textos especializados nos apontam e os registros das escavações realizadas *in loco* ratificam que a fortificação se armara prevendo um eventual combate contra holandeses e franceses, o que nunca aconteceu”. (SAINT-CLAIR, 2010, p. 1). De acordo com Antunes (1975), o processo de colonização da região Amazônica foi marcado por forte tensionamento e intensa disputa militar.

⁷ VI Seminário Regional de Cidades Fortificadas e Primeiro Encontro Técnico de Gestores de Fortificações 31 de março a 02 de abril de 2010. Disponível em <http://www.fortalezas.ufsc.br/6seminario/index.php>. Universidade Federal de Santa Catarina Campus da Trindade – Florianópolis – Santa Catarina - Brasil 1 Forte do Presépio – Espaço, Memória Educação e Tecnologia. Acesso em outubro de 2021.

[...] lançados os fundamentos da cidade de Santa Maria de Belém, foram construídas as primeiras e ligeiras fortificações, que nada mais eram que extensas e circulares paliçadas, feitas de pau a pique, onde eram colocados os canhões que haviam sido trazidos pelos colonizadores, cedo começaram as rixas e desavenças entre eles. O assassinato do bravo e estimado Capitão Álvaro Neto, do qual foi autor o Capitão Antônio Cabral, e a proteção afrontosa que a este foi dispensado, levou a guarnição do forte a tramar a prisão de Francisco Caldeiras Castelo Branco, fundador e primeiro Capitão-Mor do Pará que, afinal, foi preso, em 18 de novembro de 1619, metido em ferro e recolhido numa das habitações existentes no recinto fortificado. Foi esta, pois, a primeira prisão que teve a cidade. (ANTUNES, 1975, p. 179)

Antunes (1975, p.179) salienta que, em 1619, a Câmara de Belém já estava instalada e em funcionamento, e junto a ela a cadeia. Cruz (1973), em *História de Belém*, relata que depois de reedificado na configuração retangular, em 1622, também na administração de Bento M. Parente, o Forte amarga um longo período de abandono e de descaso, até que chegue, em 1721, a ordem do rei para reparar os Fortes de Belém. (CRUZ, 1973 apud SAINT-CLAIR, 1973, p.2). No que pese as sucessivas reformas e utilizações, a configuração retangular se manteve, como mostra a figura 02.

Figura 02: Reedificação Retangular do Forte do Castelo, Vistas Laterais.



Fonte: Rosicler Silva (setembro/2021)

A partir desses reparos, o Forte do Castelo passa por sucessivas reformas e utilização: o Hospital, aquartelamento de resistência contra a dominação portuguesa, Arsenal de Guerra; mas, por conta do avultado número de flagelados enfermos que

chegavam do Nordeste, o Forte do Castelo volta a ser utilizado para fins hospitalares. (SAINT-CLAIR, 2010, p. 02).

Em 1907, o Forte serviu a uma empresa estrangeira. Em 1920, o Forte do Castelo volta ao domínio militar até 1962, quando foi tombado pelo IPHAN, bastante descaracterizado, vindo a se transformar em ponto turístico da cidade, acomodando o “Círculo Militar de Belém”, com bar, boate e restaurante de comidas típicas. A partir de 1997, deixa de sediar o Círculo Militar e se inicia uma intervenção arquitetônica no sentido de transformá-lo em um Espaço Cultural⁸.

1.2 – Fortaleza da Barra

Construída em 1685 para guardar o porto de Belém contra incursões estrangeiras, a Fortaleza da Barra passou a ser um monumento histórico, serviu como depósito de inflamáveis e pertencia ao patrimônio da União. Sobre suas origens o ex-desembargador paraense, Mariano Antunes, em sua obra *Penas e Sistemas Repressivos* (1975), relata que o Capitão Antônio de França Lameira requereu, em 1685, ao governador Gomes Ferreira de Andrade, o comando vitalício de uma Fortaleza que se propunha a construir, correndo todas as despesas por sua conta, com exceção da artilharia. (ANTUNES, 1975, p. 180)

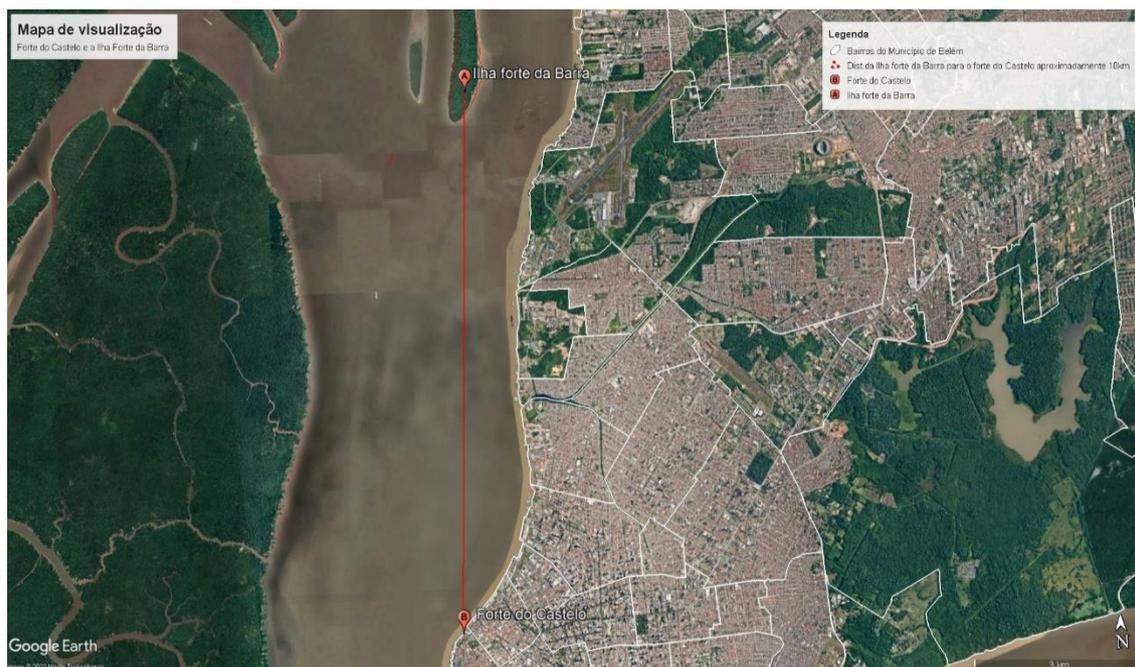
Quanto ao local escolhido para sua edificação, é provável que esteja relacionada à construção de fortificações que possibilitavam a proteção dos territórios ocupados. Conforme já frisamos, o Forte do Castelo, construído em 1616, marcou a ocupação da região pelos portugueses e deu origem à cidade de Belém. No entanto, o Forte do Castelo era apenas uma entre o conjunto de fortificações que foram construídas para a proteção da cidade recém fundada. Neste sentido, a Fortaleza de Nossa Senhora das Mercês da Barra era parte dessa rede de apoio. A diretora da Faculdade de Conservação e Restauro do Instituto de Tecnologia (FACORE/ITEC) da Universidade Federal do Pará (UFPA), professora Roseane da Conceição Costa Norat, aponta que Belém, na época a principal cidade no território do Grão-Pará, chegou a receber pelo menos doze estruturas dentre

⁸ VI Seminário Regional de Cidades Fortificadas e Primeiro Encontro Técnico de Gestores de Fortificações 31 de março a 02 de abril de 2010 <http://www.fortalezas.ufsc.br/seminario/index.php> Universidade Federal de Santa Catarina Campus da Trindade – Florianópolis – Santa Catarina - Brasil 1 Forte do Presépio – Espaço, Memória Educação e Tecnologia.

fortes, baterias e outros sistemas projetados para garantir tal proteção⁹.

Neste sentido, vale destacar três elementos fundamentais para entendermos os objetivos de construção e o papel que ela desempenhou: localização geográfica, posição que ocupava na paisagem e sua tipologia arquitetônica. Entretanto, embora em razão do seu desaparecimento, não temos elementos suficientes que são fundamentais para analisarmos a escolha de uma área para determinada construção e os objetivos que essa construção pretende alcançar, tais como: bases cartográficas, mapa de altimetria, perfis topográficos, entre outros, que também são fundamentais para as análises da intervisibilidade entre os pontos de observação, conforme podemos ver nas figura 03, 04, 05 e 06, as quais nos fornecem alguns elementos para que possamos entender o funcionamento, mesmo que superficial, do sistema de vigilância através da rede de fortificações existente em Belém.

Figura 03: Intervisibilidade e Visualização entre a Fortaleza da Barra e o Forte do Castelo



Fonte: Google Earth

Localizada a pouco mais de oito quilômetros de Belém, essa fortificação mantinha severa vigilância sobre o canal de entrada que nenhuma embarcação estrangeira podia

⁹ Portal de Notícias do diário online - notícias do Pará, saiba a história da Fortaleza usada na proteção de Belém, publicado em 25/07/2021. Disponível <https://dol.com.br/noticias/para/664413/saiba-a-historia-da-fortaleza-usada-na-protecao-de-belem?d=1>. Acesso em jul. 2022.

tomar o rumo do porto de Belém, sem expressa ordem do governador. Para isso, toda a sua artilharia da parte do mar conservava sempre carregada (JORNAL A PROVÍNCIA DO PARÁ, 1977, p.8), conforme indica a figura 04.

Figura 04: Visualização Frontal da Fortaleza da Barra



Fonte: Laboratório Virtual – FAU ITEC UFPA

Sobre a posição que a fortaleza ocupava na paisagem, considera-se, conforme já frisamos, esta fortificação como parte integrante de um conjunto de sistemas projetados para garantir a proteção da cidade de Belém do Pará. Neste sentido, o Arqueólogo Ciado Boado explica que a arqueologia, a paisagem e o patrimônio se encontram ligados, não só para a produção de conhecimento, mas para a proteção de uma identidade (BOADO, 1997). Este autor designa as relações como interligadas umas com as outras e com o próprio ambiente, baseado na representação mental do mundo que essa sociedade poderá ter tido. (BOADO, 1997: p. 5.), ressaltando que:

O espaço enquanto entorno social ou meio construído pelo ser humano e sobre o qual se produzem as relações entre indivíduos e grupos. Por fim, o espaço enquanto entorno pensado ou meio simbólico que oferece a base para desenvolver e compreender a apropriação humana da natureza. (BOADO, 1999, p. 23).

Quanto a sua tipologia arquitetônica, o bacharel paraense Domingos Antônio Paiol, em *Motins Políticos* (1975) e em *História dos Principais Acontecimentos Políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*, descreveu a Fortaleza da Barra:

É de forma circular e plana. Desde a sua construção teve a artilharia assentada dentro de canhoneiras abertas em sua muralha, só em 1834 é que Lobo de Sousa pôs a bateria à barbeta, sendo a artilharia montada sobre reparos à Onofre, conforme os avisos então expedidos pelo Ministério da Marinha. [...], tem capela, casa de comandante, da guarda e calabouço. Nas casamatas há acanhadas e humildes prisões. É aí que está o armazém de pólvora e petrechos bélicos. Acha-se sob a guarda de um destacamento de artilharia e infantaria. Comunica-se com a capital por mar e, também, por uma estrada que por isso é chamada de Barra”, (RAIOL, 1970, p. 304)

As descrições feitas por Raiol (1970) sobre a tipologia da Fortaleza da Barra podem ser vistas na imagem a seguir (figura, 05); todavia é importante atentarmos para uma reflexão recorrente neste trabalho: vigilância e controle. Não se trata de um anacronismo: a tipologia da Fortaleza da Barra, construída na segunda metade do século XVII, apresenta algumas características do Panóptico concebida pelo filósofo inglês Jeremy Bentham, exatamente cem anos depois, cujos objetivos eram os mesmos. Ressalvando, porém, que, no panóptico, a vigilância era interna, e um único vigilante observava todos os prisioneiros, sem que estes pudessem saber se estavam ou não sendo observados. No entanto, na fortaleza da Barra, a vigilância era externa e os incursões sabiam que estavam sendo observados. Veja o raio de visibilidade e visualização mostrados na figura 05.

Figura 05: Pontos de Vigilância da Fortaleza da Barra



Fonte: Jornal “Folha do Norte” (10 de maio de 1947, p. 1 – Capa)

Além da tipologia arquitetônica mostrada na figura 05, que favorecia a vigilância sobre o porto de Belém e, naquela época, era a única via de acesso à cidade, e o controle sobre a navegação na região. Sendo assim, um dos aspectos essenciais para tal finalidade era sua localização geográfica, relacionada com a paisagem, pois esta se converte em sistema de vigilância. Neste sentido, um dos aspectos essenciais da leitura que o filósofo Foucault faz do modelo panóptico de Bentham é que este transcende a prisão. Mais do que um dispositivo carcerário, o panoptismo era uma possibilidade, já prevista por Bentham, de incorporação da vigilância pelo sujeito observado¹⁰. No caso em tela, temos os dois principais elementos, o Forte do Castelo e a Fortaleza da Barra, que compunham o sistema de vigilância e proteção da cidade de Belém do Pará, naquele período histórico. Destacando na figura 05, a intervisibilidade e a visualização sobre a orla da cidade.

Heras (2015) ressalta que na iconologia da Arquitetura ocidental, a imagem arquetípica da pirâmide constitui-se como a antítese do labirinto, sendo que a primeira possibilita o domínio do todo (conhecimento, deus etc.) e a segunda encarna a condição da existência imediata¹¹. Com a famosa mudança de paradigma iniciada com Bentham no século XVIII e descrita por Foucault (1999), a imagem alegórica da prisão deixa de ser o labirinto para passar a ser a pirâmide: o olho do poder. A punição já não é mais a morte: é a própria prisão (Idem).

Portanto, esse novo paradigma de prisão coincide historicamente com o fim das incursões de estrangeiros e o sistema de vigilância perde a razão de ser e a Fortaleza da Barra assume outra utilização: a de Prisão. Assim, de acordo com a imprensa paraense, esta fortificação, por várias vezes, serviu de presídio a vultos de destaque da história regional, assim é que estiveram presos naquele local o padre Jerônimo Ferreira Barreto, o capitão Felipe da Costa Teixeira¹², o cônego Batista Campos, o cabano Antônio Felix Clemente Malcher¹³. Raiol (1970) ressalta que durante o período colonial¹⁴, serviu sempre de prisão de Estado, destacando a prisão de Malcher.

¹⁰ Violência e mal-estar na sociedade: das "duras" às máquinas do olhar: a violência e a vigilância na prisão. Disponível em: http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000300009&lng=pt&nrm=iso. Acessado em 04/jul./2022.

¹¹ A prisão como arquitetura menor, Ion F. de las Heras, (2015), Mestrando da UFSCar. Disponível em file:///C:/Users/Usuario/Downloads/7741-17080-1-PB.pdf. Acessado em 04/jul./2022.

¹² Jornal, "A Província do Pará" 10 de maio de 1947, p.8.

¹³ Jornal o Liberal, 10 de maio de 1947.

¹⁴ Malcher esteve preso na Fortaleza da Barra em 1835, portanto, durante o império e mais precisamente no período regencial, e não colonial, como informou Raiol.

Naquele espaço, esteve preso, em 1834, Felix Clemente Malcher, por ordem de Bernardo Lobo de Sousa e, em 1835, quando presidente intruso da província, sendo aprisionado pela facção de Francisco Vinagre; para ali seguia Malcher, num lanchão, quando foi atirado e morto por Quintino Barbosa que, desse modo, vingou-se da prisão em que estivera, no Forte do Castelo, por ordem do dito Malcher. (RAIOL, 1970, p. 304).

Ressalta-se que embora Raiol faça referência ao período colonial, o acontecimento acima citado pelo referido autor é referente ao período imperial brasileiro, mais precisamente, ao regencial (1831 a 1840).

No entanto, na transição do século XIX para o XX, no processo da reforma urbana e sanitária na qual as prisões eram parte desse processo, uma cadeia não poderia figurar como cartão postal de uma cidade que pretendia se apresentar como moderna e civilizada; diante disso, a velha Fortaleza quase que abandonada foi transformada em depósito de pólvora e inflamável, conforme mostra a figura 06.

Figura 06: Porto de Embarque e Desembarque de Pólvora e Produtos Inflamáveis da Fortaleza da Barra



Fonte: Laboratório Virtual – FAU ITEC UFPA

Há três séculos que lhe batia à porta de sua muralha, a fortaleza da Barra continuava resistindo, com suas peças, já carcomidas e velhas, pudessem sair ainda os tiros que salvavam El-Rei e faziam deter a marcha dos barcos ultramarinas. Presentemente, a Fortaleza da Barra era apenas uma tradição, um monumento histórico e, por isso mesmo,

estava relacionada entre as propriedades do domínio da União. Depois de ter passado vários anos sob a jurisdição da alfândega de Belém, a Fortaleza da Barra fora aproveitada para depósito de inflamáveis (JORNAL A PROVÍNCIA DO PARÁ, 1947, p.8)

No dia 09 de maio de 1947, a Barra desapareceu para sempre em consequência de uma explosão, provocada por um curto-circuito que apagou da memória belenense trezentos anos de história.

1.3 – Casa de Câmara e Cadeia

As Câmaras Municipais representaram o poder local das vilas no período colonial e parte do período imperial da história do Brasil. Elas surgiram em função da necessidade da coroa portuguesa em controlar e organizar as cidades e vilas que se desenvolviam no Brasil.

Neste sentido, nos períodos citados, as casas de Câmara e Cadeias funcionavam no mesmo prédio, ou seja, a administração pública municipal e a justiça funcionavam no mesmo local e destacavam-se pelo papel político e simbolizavam o poder. Sendo assim, a instalação das Câmaras Municipais de Belém do Grão-Pará representou a consolidação do processo de ocupação da região pelos portugueses e foi a primeira instituição a funcionar regularmente na região recém ocupada. De acordo com Antunes (1975):

Não se sabe ao certo a data em que se estabeleceu o Senado da Câmara, depois Câmara Municipal; pode-se, entretanto, afirmar que, em 1619, já ela existia, rendendo uma ninharia. Ignora-se também a época de sua mudança para o prédio que existiu à Rua Espírito Santo (hoje Dr. Assis), canto do largo da Matriz (depois denominado *da Sé* e, atualmente, Praça Dom Caetano Brandão), assim não se sabe em que ano a cadeia começou a funcionar no mesmo prédio do Senado da Câmara. (ANTUNES, 1975, p. 179)

No entanto, segundo o autor supracitado, sabe-se que até 1751, o Senado da Câmara e a cadeia pública funcionaram no prédio em que o professor Braga Ribeiro diz ter sido à Rua Espírito Santo, canto do Largo da Sé. Nesse ano, passaram-se para o prédio hoje numerado 17, 19, 21, 23, 25 e 27 da rua denominada Conselheiro João Alfredo, onde há pouco tempo foi descoberta uma pedra com a inscrição seguinte:

Estes paços do conc. Foram feitos governando o Ilmo., e Exmo. Senhor gn. Francisco Pedro de Gorjão que p. esta obra pôs grande cvd e a sua pessoa assistência sendo superintendente o Dr. Ouvidor g. Luiz José Duarte Freyre, concorrendo o povo com sues donativos, ano de 1751. (ANTUNES, 1975, p. 183)

Palazzo (2015) e Monteiro (2017) acrescentam que a Casa de Câmara e Cadeia é um dos tipos arquitetônicos mais representativos da colonização portuguesa no Brasil, tempo esse em que vigoraram as Ordenações Afonsinas, Manuelinas e Filipinas (compilações jurídicas estabelecidas pelos monarcas de cada período). Suas origens são documentadas na Idade Média, marcando a autonomia da burguesia urbana contra o poder feudal. (SANTOS E SILVA, 2018, p. 17 e 18). Desta maneira:

As casas de Câmara e Cadeia no Brasil foram fundamentais, sobretudo, no século XVIII, para a organização da gestão local, na composição do poder legislativo com cunho político e administrativo. Os edifícios eram compostos, na maioria das vezes, por dois pavimentos. No superior funcionavam as questões relacionadas à Câmara e, no inferior, a Cadeia Pública e atividades relacionadas à carceragem.¹⁵

Considerando essa citação, que aponta como de fundamental importância para a organização da gestão local, na composição do poder legislativo e no controle político e administrativo, das vilas e cidades, não nos parece que na cidade de Belém do Pará as câmaras municipais tiveram mesma importância, verificadas em outras regiões do país, sobretudo, nos Estados de Goiás e Minas Gerais, onde verificamos importantes trabalhos acadêmicos sobre as casa de câmara e cadeias, com destaque para os trabalhos Santos e Da Silva (2018) - *Casa de Câmara e Cadeia (MUBAN) da cidade de Goiás*, Frizzone (2017) - *Sistema punitivo, o cotidiano e o edifício da Casa de Câmara e Cadeia de Vila Rica 1723 -1785*, De Carvalho (2012) - *Atores e valores - o processo de readequação do espaço físico da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana*.

A Casa de Câmara e Cadeia, em Santa Cruz de Goiás-GO, tombada em 1980, pela Resolução de Tombamento, Lei nº 8.915, de 1980, é o único monumento da arquitetura colonial portuguesa ainda existente em toda a região sudeste do Estado de Goiás.

Em contrapartida, na Lista de bens tombados no Pará¹⁶ não consta nenhuma resolução de tombamento de Casa de Câmara e Cadeia deste Estado, como também não localizamos nenhum processo de tombamento em curso, nem tampouco conseguimos localizar nos arquivos pesquisados, nenhum trabalho acadêmico específico sobre essa instituição. Neste sentido, as informações mais importantes acerca da casa de câmara e

¹⁵ Arthur da Silva Santos e Lorraine Gomes da Silva - CASA DE CÂMARA E CADEIA (MUBAN) DA CIDADE DE GOIÁS: inclusão e acesso ao patrimônio cultural e turístico - Revista Territorial, Cidade de Goiás, v. 7, n. 1, p. 15-29, 2018. Disponível em file:///C:/Users/Usuario/Downloads/10415-Texto%20do%20artigo-38165-1-10-20200512%20(1).pdf. Acessado em 05/ jul. 2022.

¹⁶ Lista de bens tombados no Pará. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_bens_tombados_no_Par%C3%A1. Acesso em 06/jul.2022

cadeia de Belém são as impressões deixadas pelos viajantes que por aqui passaram naquela época como relata o missionário metodista americano Daniel Parish Kidder (1815- 1891), que durante suas viagens pela região norte do Império brasileiro anotara que:

A cadeia (...) tem a data de 1775, E' bem edificada e, no segundo andar, está instalada a Câmara Municipal. Através das grades os presos exibem brinquedos e bugigangas que fabricam para vender, e, estando a prisão situada – como em quase todas as cidades brasileiras – em ponto central do lugar, é provável que consigam dispor de grande parte dos artigos que produzem.¹⁷

Ressalta-se que a casa de câmara e cadeia de Belém, da qual Kidder se refere, estava localizada na Rua dos Mercadores, espaço muito frequentado por viajantes da época que registravam suas impressões o lugar por onde passavam. Neste sentido, assim como Kidder, Alfred Russel Wallace (1823-1913), naturalista, geógrafo, antropólogo e biólogo britânico que também realizou viagens por alguns rios da Amazônia em meados do século XIX, ao passar pela capital da província do Pará, escreveu:

A “Rua dos Mercadores”, que é a via principal, concentra quase todas as boas lojas da cidade. As casas de moradia, em sua maior parte, só têm um pavimento, mas as lojas, em geral completamente abertas na frente, apresentam-se limpas e atrativamente sortidas, se bem que o conjunto de seus artigos forme uma verdadeira miscelânea. Nessa rua existem alguns trechos calçados, de umas poucas jardas de extensão, tão pequenos que servem apenas para tornar comparativamente mais desagradável o resto da caminhada sobre pedras irregulares ou areia fofa¹⁸.

Os relatos destes viajantes e o próprio nome da rua (Mercadores) mostram que a casa de câmara e cadeia de Belém estava localizada na principal área comercial da cidade, e a cadeia era o principal ponto de referência para localização de endereço, conforme podemos ver em uma anúncio publicado no Jornal Treze de Maio, em que um comerciante chamado de Izidoro Ferreira da Costa anuncia que está precisando contratar um “caxeiro que entenda de escripturação” e que seu estabelecimento comercial se localiza na rua da cadeia. (JORNAL TREZE DE MAIO, 1845, p.3).

No entanto, a casa de câmara e cadeia não era o único estabelecimento prisional do período colonial no Grão-Pará. Segundo Antunes (1975), em 1676, o governador e capitão-Geral do Estado do Pará, Pedro Cezar de Menezes, mandou construir um edifício

¹⁷ Conferir em KIDDER, Daniel P. Reminiscências de Viagens e Permanências no Brasil, Compreendendo Notícias Históricas e Geográficas do Império e das Diversas Províncias. São Paulo: Livraria Martins Editora; Editora da Universidade de São Paulo, 1972, p. 173.

¹⁸ IDEM.

para moradia dos governadores, concluído em 1680, durante o governo de Inácio Coelho da Silva o qual mandou fazer prisões subterrâneas para abrigar presos, considerados por ele, como perigosos.

O Governador e Capitão-Geral do Estado Ignácio Coelho da Silva mandou fazer prisões subterrâneas para os piores criminosos e até para pessoas de certa distinção, o que provocou a Carta Régia de 28 de julho de 1719, recomendando todas as atenções para as últimas. Essa recomendação, porém, não impediu que fosse metido em ferro e recolhido àquela prisão o bacharel João Mendes de Aragão, que tinha sido Ouvidor do Pará. (ANTUNES, 1975, p. 180).

O referido autor reitera que havia também, na antiga Praça da Matriz, depois Largo da Sé, duas casas de cadeias, denominadas Polé e Pelourinho, edificadas em frente ao Palácio Episcopal, Colégio dos Padres da Companhia e Igreja de Santo Cristo; no entanto, essas cadeias foram retiradas como se vê na seguinte Carta Régia:

Governador e Capitão-Geral do Maranhão, amigo E.V. El-Rei vos envio muito saudar; por ser informado que as casas da cadeia, Polé e Pelourinho, da cidade do Grão-Pará, se acham edificadas defronte do Palácio Episcopal da dita cidade, Colégio dos Padres da Companhia e Igreja de Santo Cristo, de que se muita perturbação ao público, e particularmente daquela cidade; e que agora se acham as ditas casas de cadeia arruinadas, de sorte que é preciso fazerem-se de novo; sou servido que a dita Polé e Pelourinho se tirem dos lugares onde estão e se punham longe das igrejas, e nunca à vista delas, e que as casas de cadeia se não edifiquem no sítio, em que estavam, mas se mudem para outro que fique fora da praça, distante do Palacio Episcopal, Colégio dos Padres da Companhia e de outra qualquer igreja; outrossim, sou servido, que a côngura, que vencia o Bispo daquela cidade, que se acha falecido, se aplique toda por inteiro para se acabar o Palácio Episcopal, que o mesmo Bispo tinha mandado construir, de que se acha feito a maior parte; de que vos aviso para façais executar o conteúdo nessa ordem. Escrita em Lisboa ocidental a vinte e nove de janeiro de mil setecentos e trinta e quatro. (ANAIS DA BIBLIOTECA E ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ, tomo 6º. p. 218 e 219).

Entretanto, em 1731, portanto três anos antes da carta régia descrita acima, Dom João, rei de Portugal, atendendo ao ouvidor-geral do Pará, autoriza a construção de uma prisão segura cujas despesas, segundo a coroa portuguesa deveriam ser despendidos pelas rendas da Câmara. No documento que transcrevemos a seguir, não há indicação precisa do local ou da construção da dita prisão, no entanto, em algumas passagens do texto, fica bastante evidente que não se ergueu nenhuma construção, mas se reformou a cadeia já existente no Senado da Câmara. (ANTUNES, 1975, p. 181).

Dom João, faço saber a vós govenador e capitão-geral do Estado do Maranhão, que o ouvidor-geral do Pará, me deu conta em carta de

primeiro de setembro do ano passado (1730) de várias mortes que se tinham feito naquela cidade e desordens que nela estava sucedendo por causa de não haver ali prisão segura onde se possa prender os criminosos, e se achar a cadeia da dita cidade totalmente arruinada; e vendo também a conta que me deste sobre as ditas mortes, e pessoas que nelas ficaram culpados. Me pareceu dizer-vos que ao dito ouvidor ordeno, que pelas rendas da Câmara faça com que se reedifique a dita cadeia em modo que fique com toda a segurança; e não tendo a Câmara meios para poder edificar, sou servido que lance uma finta pelo povo na forma da lei para o dito efeito em cuja consideração vos ordeno deis toda a ajuda de índios para a reedificação da dita cadeia pondo todo cuidado em que se prende esses delinquentes (ANAIIS DA BIBLIOTECA E ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ, tomo 5º, p. 343 e 344).

No entanto, com a Independência do Brasil, a autonomia de que gozavam as câmaras municipais é drasticamente diminuída com a Constituição de 1824, e a Lei de 1 de outubro de 1828, que deu nova forma às câmaras municipais e marcou suas atribuições, o processo de eleição e dos juízes de paz.

1.4 – Cadeia de Aljube

A palavra Aljube, de origem árabe, significa poço ou cisterna, sendo igualmente utilizada para designar prisão, especialmente para presos do foro eclesiástico¹⁹. Em Portugal, o edifício do Aljube teria sido utilizado como instalação prisional desde a ocupação muçulmana de Lisboa (sécs. VIII – XII)²⁰.

Na antiga província do Grão-Pará, a implantação da Prisão de Aljube está relacionada à conjuntura política portuguesa da segunda metade do século XVIII, especialmente com a coroação de D. José I, como novo rei, em 1750, e a elevação de Sebastião José de Carvalho e Mello, Marques de Pombal, a condição de ministro. Essa nova ordem representou uma modificação da concepção de governo metropolitano, acerca das relações Metrópole-Colônia, embora permanecessem os princípios norteadores de tais relações (ALVES, 2001, p. 35).

Decidido a colocar Portugal à altura dos “novos tempos”, Pombal realizou uma série de reformas que iam desde a reorganização econômica do reino até ao reordenamento da cultura, através de reformas educacionais. (idem, p.136). Ainda de

¹⁹ Meu dicionário. Org. Disponível em (<https://www.meudicionario.org/aljube>). Acessado em 20 de janeiro de 2022.

²⁰O Museu do Aljube - Resistência e Liberdade. Disponível em https://org/wiki/Cadeia_do_Aljube, acesso em: jan./2022.

acordo com Alves (2001), no norte do Brasil, no entanto, o projeto pombalino encontrava enorme obstáculo: os jesuítas, que mantinham absoluto controle religioso, educacional e, sobretudo, econômico.

Esse grupo religioso tinha na figura do padre Gabriel Malagrida o principal mentor e ativista de oposição, a política desenvolvida por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador do Grão-Pará e do Maranhão, e irmão do Marques de Pombal.

Para Cotrim (2016), na perspectiva da política pombalina, a expulsão dos jesuítas de Portugal e do Brasil seria condição essencial para acabar com a influência que exerciam no setor educacional, nas diversas comunidades indígenas, bem como para enfraquecer economicamente a referida ordem católica.

Com a expulsão deles, em 1759, o Estado português apropriou-se da imensa riqueza acumulada pelos jesuítas (fazendas, imóveis urbanos, armazéns de especiarias etc.). Grande parte desses bens foi transferida para os amigos da Coroa: funcionários leais ao governo e alguns fazendeiros e comerciantes bem relacionados (COUTRIN, 2016, p.109)

A crescente hostilidade de Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro marquês de Pombal, aos jesuítas, e a ligação de Malagrida aos círculos da oposição levaram ao seu desterro do referido padre, primeiro, e à sua prisão deste, pouco depois, sob acusação de ser o instigador moral do atentado ao rei D. José, ²¹. Depois do atentado contra D. José, cuja autoria foi em parte atribuída aos Jesuítas, ordenou-se a apreensão de todos os bens que estes possuísem:

Numa altura de tantas dificuldades financeiras, surgiu o atentado contra D. José. O confisco dos fidalgos executados ou presos foi "uma mão na roda". O Duque de Aveiro era detentor da maior fortuna particular de Portugal. Dos outros também havia alguns com importantes bens de raiz. Do confisco dos nobres passou-se ao da Companhia de Jesus, que tinha fama de possuir incomensuráveis tesouros. Depois do atentado contra D. José, cuja autoria foi em parte atribuída aos Jesuítas, ordenou-se a apreensão de todos os bens que estes possuíam. (BRASILIANA BIBLIOTECA PEDAGÓGICA BRASILEIRA, Série 5ª, Vol. 192, p. 823-4).

A esse conjunto de acontecimentos soma-se a Visitação do Santo Ofício ao Estado do Grão-Pará, que teve início em 1763, com a chegada a Belém do visitador

²¹ Execução do Padre Gabriel Malagrida, em Lisboa. Disponível em <https://ensina.rtp.pt/artigo/execucao-do-padre-gabriel-malagrida-em-lisboa>. Acesso em maio/2022.

Geraldo José de Abranches. Segundo o historiador Ilmar Mattos, “o processo que culminou nesta última inquisição à América portuguesa se iniciara bem antes, com a administração eclesiástica de Miguel de Bulhões e secular de Francisco Xavier de Mendonça Furtado”. (MATTOS, 2009: p. 1)

Ainda segundo Mattos (2009), o bispo foi peça fundamental para a criação, adaptação e concretização de um projeto pombalino no Grão-Pará, sobretudo no período em que esteve, interinamente, à frente do governo – entre outubro de 1754 e dezembro de 1756; o referido bispo aproveitou uma dessas interinidades para fazer edificar uma casa para a prisão de jurisdição eclesiástica, ou seja, prisão de Aljube.

Mello e Souza (2007) organizaram uma coletânea de estudos sobre Inquisição na Amazônia colonial que abordam a atuação do Santo Ofício no Estado do Maranhão e Grão-Pará e, de uma forma geral, enfatizam particularmente o período da Visitação ao Pará, realizada na segunda metade do século XVIII, como, por exemplo, os trabalhos de Campos (1995) e de Domingues (2001). Nesses trabalhos, os pesquisadores chamam a atenção para a peculiaridade desta visita da Inquisição, realizada num período em que o poder do Tribunal já se encontrava em processo de declínio e as visitas inquisitoriais já não eram mais frequentes.

Do mesmo modo, Mattos (2009) ressaltou a demorada permanência no Pará do Visitador Geraldo José de Abranches, de 1763 a 1769, portanto seis anos, analisando a sua atuação e relação com o governo pombalino, em especial, o seu papel no processo de reorganização da estrutura eclesiástica na região. Neste sentido, é importante analisarmos aquele momento histórico, sobretudo, as denúncias e confissões que, de acordo com Melo (2007), sofreram um considerável aumento entre os séculos XVIII, conforme apresentamos na tabela a seguir (Tabela 01):

Tabela 01: Pessoas denunciadas à Inquisição (1617-1805)

Períodos	1617 – 1650	1651 – 1700	1701 – 1750	1751 – 1805
Demanda	09	89	214	204

Fonte: ANTT, TSO, IL, Cadernos do Promotor e Processos Diversos

Continuando a análise para o último período, compreendido entre 1751 e 1805, temos 197 pessoas denunciadas, o que mantém a tendência do período precedente, ainda que nele esteja incluído o período da visitação ao Pará (1763-1773), no qual identificamos 80 pessoas denunciadas. Do período integral sobressaem os delitos de “feitiçaria e práticas mágicas”, com 79 casos; em seguida, temos “blasfêmia e

sacrilégio”, com 45 casos; em terceiro lugar, “bigamia”, com 42 pessoas. (MELO, 2014, P. 264).

Portanto, conforme a tabela 01, é possível verificar um número considerável de pessoas acusadas, elevando os casos a um número muito maior do que foi até agora exemplificado pela historiografia, bem como permitiu estabelecer uma relação com a visitação de 1763 e como se justifica a construção do Aljube no Pará.

Entretanto, antes de partir de Lisboa, Bulhões representou ao rei de Portugal “que ainda não havia no Pará um aljube onde pudesse ter-se os presos da jurisdição eclesiástica, sendo que por este motivo, pedia que concedesse aos bispos que os carcereiros seculares recolhessem os ditos presos nas cadeias públicas (ANTUNES, 1975, 183). Em resposta à citada representação o rei ordenou que:

Enquanto não fizesse construído um aljube para atender à jurisdição eclesiástica, os presos da referida jurisdição fossem recolhidos à cadeia pública, e os carcereiros obrigados a dar conta deles, da mesma forma praticavam a respeito dos presos da justiça secular, assim como que o governador, o capitão-mor, ministros e oficiais de justiça cumprissem os mandatos dos diocesanos (ANTUNES, 1975, p. 184).

Para Matos (2009), as sugestões do bispo não só harmonizavam bem com a política pombalina, como também reorganizavam a prática colonial. O referido autor relata que certa vez, quando delegou ao padre José Monteiro de Noronha visitar as paróquias dos Rios Xingú, Tapajós e Amazonas, atentou para a “necessidade de se elaborar um diretório espiritual para reger as paróquias e converter os índios mal encaminhados pelos missionários da Companhia de Jesus”. (MATOS, 2009, p. 4). Diz ele em carta ao Conselho Ultramarino, de novembro de 1757:

Sei perfeitamente que a punição de semelhantes delitos pertence privativamente ao Tribunal do Santo Ofício, mas não posso acabar de convencer-me de que estes índios se devam reputar por incursos nesta culpa. A Vossa Excelência é notória a lastimosa rusticidade destes homens por causa da péssima educação que lhes deram os seus missionários. Nem eles percebem a deformidade, que contém [ilegível] o casar segunda vez, nem chegam a compreender as Leis, do Matrimônio, e muito menos, que se reputam como hereges, os transgressores delas. Suposta a evidência desta verdade parecia-me, que estes homens não deverão ser remetidos ao Santo Ofício, porque, aliás, serei obrigado a fazer remessa da maior parte dos índios e índias para essa Corte, deixando sem gente as Povoações, quando me persuado com toda a certeza de que só deverão ser punidos os Missionários. (ANAIS DA BIBLIOTECA E ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ, tomo 5º, p. 50)

Nos fragmentos da carta, estão claros o alinhamento político de Miguel de Bulhões com o projeto pombalino e sua divergência com o missionário da ordem jesuítica, pois ao chamar o Santo Ofício a uma visitação ao Pará, o referido bispo solicita também que os índios não sejam inquiridos, responsabilizando, categoricamente, os inacianos por omissão, presumindo que os supostos desvios da fé católica se deram em razão da “*péssima educação que lhes deram os seus missionários*”. Portanto, o apoio de Bulhões ao projeto pombalino foi fundamental, não apenas para a execução do referido projeto, bem como para organizar a jurisdição eclesiástica na Amazônia, sobretudo no período em que esteve, interinamente, à frente do governo – entre outubro de 1754 e dezembro de 1756, quando o referido bispo, como já salientamos, aproveitou uma dessas interinidades para fazer edificar uma casa para a prisão do aljube (PARÁ, Cx. 43. Doc. 3919).

1.5 – Cadeia Pública

A história da cadeia pública em Belém-Pa se relaciona com a chegada das missões religiosas à Amazônia e o papel importante que elas desempenharam na região. Da Matta (2010) ressalta que, a partir de 1617, um ano após a fundação da Feliz Lusitânia, os franciscanos de três províncias começaram a chegar à região Amazônica. A primeira, a de Santo Antônio, chegou em 1617, era uma província brasileira, fundada na Bahia; a segunda foi a de Nossa Senhora da Piedade, que era portuguesa, chegou em 1693; e a terceira, a de Nossa Senhora da Conceição da beira do Minho, que também era portuguesa. Os religiosos eram parte da organização colonizadora portuguesa. Suas obrigações eram fundar as missões e catequizar os índios. Estabelecidas na região Amazônica, as missões começaram a construir os chamados conventos ou, como eram conhecidos na época, hospícios; o nome fazia referência à hospedaria, lugar que servia de moradia para os frades e até mesmo à catequização.

O convento erguido pelos franciscanos da província de Santo Antônio fica onde hoje é o prédio do colégio Santo Antônio, no bairro da Campina. Já os religiosos da Conceição da Beira do Minho fundaram o Convento São Boaventura, atual Arsenal da Marinha, na Praça Tamandaré; e os de Nossa Senhora da Piedade fundaram o Convento de São José, atual “Polo Joalheiro”²².

²² DA MATTA, Raimundo Possidônio Carrera. Entrevista a Série jornalística da TV RBA que conta a história do presídio São José Liberto. Parte 1. agosto de 2009. Disponível em: <https://www.youtube.com>.

Segundo o historiador Jorge Hurley (1925), em sua obra *Belém do Pará Sob Domínio Português*, o prédio onde se acha instalado o presídio São José data de 1706 e foi construído pelos religiosos da Conceição da Beira do Minho, destinado ao convento ao qual deram o nome de São Boa Ventura. A edificação surgiu no então sítio denominado “Porto Tição”, local doado por José Velho, das sessenta braças contadas do Igarapé da comédia dos Peixes Bois, posteriormente denominado São José, igarapé hoje desaparecido com a construção da rua Caldas Brito. A construção, por falta de apoio legal não obteve consentimento e foi interrompida.

Contemporâneo de Hueley, o desembargador Mariano Antunes (1975), em sua obra *“Penas e Sistemas Repressivos”*, apresenta outra versão sobre o início da construção do citado convento. Antunes conta que, em 1749, os religiosos de Nossa Senhora da Piedade começaram um convento, sob a invocação de São José, próximo ao igarapé da comédia dos peixes-boi, que perdeu essa denominação depois de levantada uma parte dessa edificação.

Na ausência de fontes documentais ou de uma bibliografia mais consistente que possa esclarecer essas narrativas, presume-se que os franciscanos ocuparam o prédio antes construído pelos religiosos da Conceição da Beira do Minho. O fato é que terminada a construção, os religiosos de Nossa Senhora da Piedade ocuparam e permaneceram ali até 1758, quando em virtude das ordens régias de 5 de fevereiro e de 12 de abril regressaram a Portugal os referidos religiosos da Piedade, missionários de Porto de Moz e com convento em São José, na cidade, e para o Maranhão, os religiosos da Conceição da Beira do Minho, que também tinham na cidade o Convento de São Boaventura, de cujos edifícios tomou conta o Governo para servidão pública e do Estado (ANTUNES, 1975, p. 186).

Em 1767, funcionou no edifício do Convento dos religiosos da Piedade uma olaria, fazendo-se o transporte de telhas, tijolos etc. em canoas que viajavam pelo igarapé já mencionado. O prédio foi depois, sucessivamente, quartel de uma companhia pedestre, de um corpo de artilharia, de um esquadrão de cavalaria, depósito de pólvora e, finalmente, prisão de criminosos-

Ressalta-se que o conceito de cadeia pública no Brasil está associado à proclamação da Independência (1822). Após a proclamação, foi outorgada a Constituição

de 1824, a qual recomendava em seu art. 179, parágrafo 18, a elaboração de um código criminal do império do Brasil²³, o qual entrou em vigor no ano de 1830. No entanto, neste contexto, a Província do Grão-Pará enfrentava uma crise política, sem precedente em sua história. Em 15 de agosto de 1823, foram declaradas a adesão do Grão-Pará à independência brasileira, quase um ano após a sua deflagração no centro-sul brasileiro, em 07 de setembro de 1822. (BEZERRA NETO, 2001, p. 83)

Bibliografias especializadas acerca da adesão do Pará à Independência ressaltam que grupos políticos e populares reagiram ao acordo firmado entre Grenfell e as elites dirigentes vinculadas a Portugal, porém, foram violentamente reprimidos pela força legalista tendo à frente o Capitão - Tenente John Pascoe Grenfell, que assumiu o comando do poder político-militar na Província paraense. (idem).

De acordo com Bezerra Neto:

As medidas repressivas por Grenfell, embora tenha “pacificado” a capital, não conseguiu impedir que soldados e civis partidários da independência fizessem sublevações em vários pontos da província: Baião, Oeiras, Portel, Melgaço, Anapu, Igarapé-Miri, Moju, Conde Beja, Marajó. (BEZERRA NETO, 2001, p. 87/87)

Portanto, como apontou Bezerra Neto (2001), a adesão do Pará foi sucedida por uma onda de revoltas populares. “Neste sentido esses seguimentos populares derrotados em suas lutas ocorridas durante o período de 1823-1835 acabaram fazendo a cabanagem”. (BEZERRA NETO, 2001, p. 87). Desse modo, ainda que o código criminal do império tenha entrado em vigor em 1830, e ainda que este estabelecesse a prisão como principal cumprimento de pena, as condições objetivas na Província do Pará, em razão da eclosão da Cabanagem, não permitam colocar em execução qualquer projeto que visasse a efetivação de cadeias públicas naquele momento.

Por outro lado, a cabanagem deixou um lastro de destruição. Alguns anos após o término do movimento, o pastor metodista norte americano Daniel Kidder, em viagem por diversas Províncias brasileiras, ao passar por Belém anotou:

“Percebe-se ainda hoje no Pará os efeitos da revolução de 1835. Quase todas as ruas têm casas pontilhadas de balas ou varadas por projeteis de canhão. Algumas foram apenas ligeiramente avariadas, outras quase que completamente destruídas. Dentre estas últimas algumas foram

²³ Enciclopédia Saraiva de Direito. São Paulo: Saraiva, 1977-1982. v. 15, p. 396-397). Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221763>. Acesso em julho de 2022.

recuperadas, outras, abandonadas. O convento de Santo Antônio ficou de tal forma exposto ao canhoneiro que ainda hoje exhibe muitos sinais de pala pelas paredes. Um dos projeteis destruiu a imagem colocada no alto nicho à frente do convento. Desde então fecharam-no²⁴”.

Neste sentido, Ferreira (1999) ressalta que na década de 1840 recursos foram direcionados ao melhoramento das estradas, construções de igrejas, prédios, cemitérios, cadeias, visando a recuperação e “pacificação” como forma de “higienizar” a cidade da presença dos cabanos (FERREIRA, 1999, p. 96).

A historiadora destaca ainda que:

[...] a principal prisão utilizada para punir os cabanos foi a prisão-navio Corveta Defensora que entre os anos de 1835 e 1840 recebeu aproximadamente 2.429 presos, dos quais estima-se que 159 faleceram a bordo da embarcação [...]. (FERREIRA, 2010, p. 185)

É nesse contexto que o antigo Convento de São José passou a servir de cadeia, com a denominação de “*Cadeia Pública de São José*”, em substituição a que funcionava no edifício do Senado da Câmara, sito à rua que hoje se chama Conselheiro João Alfredo (SEGUP, 1976: 125).

A partir das considerações apresentadas por Ferreira (1999), vale destacar que no período da Cabanagem e nos anos subsequentes à cadeia pública de São José, teve pouca importância no que diz respeito à execução da pena atribuída aos acusados e condenados por participação no movimento cabano. Por outro lado, bibliografias especializadas salientam que as principais penas impostas aos acusados de envolvimento na Cabanagem eram as previstas nos artigos 68, 69, 85, 86, 87, 88, 89, 91 e 92 do código criminal do império²⁵.

No entanto, no contexto da virada do século XIX para o século XX, especialmente a partir do ano de 1897, a cidade de Belém vivenciou uma nova realidade, marcada por uma série de transformações urbanas, iniciada no governo provisório de Huet Bacelar e levada às últimas consequências na administração de Antônio Lemos. (SEGUP, 1976, p.125). Na pauta dessa reforma, as cadeias públicas ganharam lugar de destaque, pois nesse novo cenário, a função da cadeia entre outras, era manter o criminoso afastado das

²⁴ Conferir em KIDDER, Daniel p. Reminiscências de Viagens e Permanências no Brasil, Compreendendo Notícias Históricas e Geográficas do Império e das Diversas Províncias. São Paulo: Livraria Martins Editora; Editora da Universidade de São Paulo, 1972, p.168. apud, Bezerra Neto, 2001, p. 73).

²⁵ Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. LEI DE 16 DE DEZEMBRO DE 1830. disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm.

áreas centrais da cidade, porém, sob total vigilância e recuperá-los para inseri-los no mundo do trabalho.

Nessa perspectiva, em 1891, o governador provisório Huet Bacelar cogitou a edificação de uma penitenciária na Praça de São José, lançada a pedra fundamental do alicerce naquele ano. Todavia, a referida obra foi paralisada por falta de autorização e só reiniciou em 8 de março de 1892, pela administrador Dr. Lauro Sodré (SEGUP, 1976: 126). Porém, de acordo com o citado relatório, a obra se resumia em prolongar a área que abrigava o antigo convento e na adaptação deste ao sistema de prisão com grades.

Ao mesmo tempo em que se implementada reformas, ampliação e adaptações na cadeia pública de São José, para que esta se adequasse em presídio moderno, iniciavam-se as obras de construção de outra cadeia pública na capital paraense: A Prisão Modelo Panóptico, a qual nos referimos anteriormente, e que estava incluída na pauta da “revolução” estética e higienista de cidade de Belém, na virada do século XIX para o século XX.

Ressalta-se que este modelo de penitenciária denominada de Panóptico foi idealizado pelo jusfilósofo inglês Jeremy Bentham, em 1785 e a arquitetônica obedece a um mecanismo de poder e de controle social. Em síntese, uma penitenciária_ideal que permite a um único vigilante observar todos os prisioneiros, sem que estes possam saber se estão ou não sendo observados.

Para Foucault (2002, p. 225), “o efeito mais importante do Panóptico é induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder”. Vale frisar que a penitenciária do Estado do Pará foi projetada em seu modelo panóptico clássico. Sua construção se iniciou em 1893 durante o governo de Lauro Sodré (1891-1897), sob a direção do Engenheiro Henrique Américo Santa Rosa, porém sofreu diversas interrupções, conforme relatório apresentado pelo secretário-geral das obras, e publicado no dia 3 de janeiro de 1898, no jornal “O Diário do Pará”, dando conta de que:

Acham-se paralisados os trabalhos deste edifício (penitenciária), de cuja terminação depende a adoção do regime penal a que não pode prestar a atual cadeia. A importância despendida até a cessação dos trabalhos e depois da 32ª prestação é de R\$ 213:013\$561. Parados os trabalhos, foram conservados dois guardas para zelar pela conservação dos materiais, percebendo cada um a mensalidade de 120\$000²⁶. (JORNAL “O DIÁRIO DO PARÁ”, 03/01/1898, p. 3)

²⁶ Relatório apresentado em 3 de janeiro de 1898, publicado no jornal O Diário do Pará.

Em sua trajetória histórica e memorialística, o prédio construído para ser a Penitenciária Modelo Panóptica, conforme mencionamos, sofreu inúmeras adaptações e usos: serviu de hospedaria do pessoal jornalheiro e para a comissão de profilaxia da febre amarela, chefiada por Osvaldo Cruz, em 1911. Na segunda administração de Lauro Sodré (1917-1921), o espaço penitenciário transformou-se por adaptação em uma hospedaria para imigrantes, apelidada de hospedaria dos flagelados (FAUITEC, 2019).

As obras só foram retomadas em 1932 para ser um grupo escolar, mas logo desistiu-se dessa ideia e quando pronto passou a funcionar como Batalhão de Caçadores da Polícia Militar. Em 1956, o prédio passa a abrigar a Imprensa Oficial do Estado (que imprime até hoje o Diário Oficial do Estado do Pará), mas já em 1962 passa por nova reforma para abrigar uma escola estadual. Em 1984, passa para as mãos da Fundação Educacional do Pará, que oferta o curso de Pedagogia. Com a transformação da Fundação Educacional do Pará em Universidade do Estado do Pará, em 1993, o edifício passa a ser usado como reitoria dessa universidade, finalidade que possui até hoje, memória apagada, mas que permanece viva na obra do escritor Delcídio Jurandir (2016) que escreveu sobre o prédio, no livro *Primeira Manhã*.

[...] entre as (...) cadeiras forradas de branco na sala aberta sobre a José Pio e o largo onde jazia, inacabado, com toda a feição de ruína histórica, coberto cercado de mato, o casarão da Penitenciária. Tinha sido velho sonho dos governos dotar Belém de uma cadeia senhora, cadeia orgulho do Pará como pedia o progresso, a boa educação, os preços da borracha. Mas esta, águas abaixo, deixou foi a Penitenciária Modelo do Norte do Brasil agasalhando flagelados do sertão. (JURANDIR, 2016, p. 5).

Como vimos, em decorrência das diversas modificações e adaptações que descaracterizaram bastante os prédios originais, tanto da cadeia de São José, hoje Espaço São José Liberto – Polo Joalheiro – quanto da Prisão Modelo Panóptica, que atualmente abriga a Reitoria da Universidade do Estado do Pará, apagaram a trajetória histórica e memorialistas desses patrimônios culturais e, conseqüentemente, das cadeias públicas.

1.6 Educandário

A construção do educandário em Belém do Pará – Ilha de Cotijuba²⁷ – só se torna inteligível quando analisamos a situação econômica e política da região amazônica e do

²⁷ A ilha de Cotijuba é um distrito que pertence ao município de Belém e a travessia de barco dura aproximadamente 50 minutos.

Estado do Pará, a partir da segunda década, no final do século XIX e início do século XX, marcada pela ascensão e declínio da economia da Borracha. O auge do extrativismo dos seringais e da produção da borracha na Amazônia foi uma época de amplos paradoxos, pois ao mesmo tempo trouxe riqueza e pobreza, desenvolvimento e retrocessos²⁸. O ciclo da borracha foi responsável por levar prosperidade para a região, embora a distribuição dessa riqueza tenha sido desigual e tenha se concentrado nas grandes cidades como Manaus e Belém, capitais do Amazonas e Pará, respectivamente. O ciclo da borracha teve o seu auge entre o período de 1880 a 1910.

No entanto, a partir da segunda década do século XX, o Pará vivenciou uma crise profunda, marcada pela estagnação econômica, após o declínio do Ciclo da Borracha (CANA, 2012, p.900). O referido autor, em sua obra denominada “*Da Década de 1920 à de 1930: Transição Rumo à Crise e à Industrialização no Brasil*”, escreveu:

De nossas principais exportações, só o café apresentou um desempenho auspicioso, em preços e quantidades; o algodão ainda teve uma expansão, graças à reconstrução do pós-guerra e pela proteção indireta dos preços mantidos pelos EUA; mas as demais apresentaram estagnação ou mesmo queda. Em valor (em libras esterlinas), as mais afetadas negativamente foram as do açúcar (-45%) e da borracha (-75%), enquanto as do café cresciam 53%. (CANA, 2012, p. 900-901).

Por outro lado, entre 1930 e 1935, o estado do Pará esteve sob intervenção federal materializada na figura de Magalhães Barata. Autoritário e sem um projeto político para o público infante-juvenil belenense, Barata, sob a justificativa de capacitar jovens infratores para o mercado de trabalho, criou, em 1933, na ilha de Cotijuba, distrito de Belém, o Educandário Nogueira de Farias²⁹. No entanto, em uma ligeira visita aos documentos e trabalhos científicos sobre os cursos ofertados aos jovens “infratores”, naquela unidade “correcional” não encontramos nenhum; o que sabemos é que o local virou cenário de histórias de torturas e de maus tratos. Tal situação se agravou ainda mais a partir de 1968, quando foi construída uma penitenciária na Ilha e, por algum tempo, educandário e presídio coexistiram. Porém, logo o educandário foi extinto e a ilha se

²⁸ Reflexão acerca do Educandário Nogueira de Farias e Bioética: agenciamento de menores na Ilha de Cotijuba-Pará no início do século XX, 2018, p.219, disponível em <http://periodico.pucminas.br>. Acessado em 05 de maio de 2022.

²⁹ Disponível em <https://doi.com.br/noticias/para/noticia-cotijuba>, da educação a tortura uma história esquecida. Acessado em 16 de maio de 2022.

transformou em ilha-presídio, recolhendo condenados e presos políticos, adultos e menores, com um sistema penal violento e arbitrário³⁰.

Essa situação se manteve até 1997, com a inauguração da Penitenciária Estadual Fernando Guilhon, (hoje CRPP-I), na vila de Americano, no município de Santa Isabel do Pará. A partir de então, a Colônia Penal de Cotijuba foi, definitivamente, desativada. A seguir, nas figuras 03 e 04, temos as ruínas do educandário, um local abandonado pelo poder público e, conseqüentemente, apagado da paisagem e da memória.

Figura 07– Fachada Frontal das Ruínas do Educandário Nogueira de Farias, na Ilha de Cotijuba, Distrito de Belém-Pa.



Fonte: Arquivo pessoal do Autor

³⁰ Disponível em <http://portalparamazonia.blogspot.com/2016/05/ruinas-do-antigo-presidio-de-cotijuba.html>. Acessado em 16 de maio de 2022.

Figura 08– Ruínas Internas do Educandário Nogueira de Farias, na Ilha de Cotijuba, Distrito de Belém-Pa.



Fonte: Arquivo Pessoal do Autor

Observando as ruínas do educandário Nogueira de Farias, é possível presumir que se trata de uma instituição total, pois, Goffman (1987, p.11) define a instituição total “como um local de residência e de trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por um período considerável de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada”. Goffman enumera as instituições totais em cinco categorias. No entanto, embora o referido autor não liste “educandário” nessas categorias, conforme observamos nas figuras 6 e 7, o material empregado em sua construção, o modelo arquitetônico, bem como, sua localização geográfica, com acesso unicamente fluvial, o educandário Nogueira de Farias se encaixa perfeitamente em um tipo de construção criado para proteger a comunidade contra ameaças e perigos intencionais, sem se importar muito com o bem-estar das pessoas segregadas, onde se inserem as cadeias, penitenciárias, campos de prisioneiros de guerra e campos de concentração. (GOFFMAN, 2015, p.17).

Neste sentido, o citado autor ressalta que essa classificação não pretende ser completa, totalmente clara nem definitiva. É possível traçar um perfil geral a partir dessa lista de instituições, mas esse esquema não parece ser exclusivo delas e nem todos os traços se aplicam a todas. (GOFFMAN, 1987, p.16-17).

1.7 – Centro de Recuperação

Após a criação da então Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará (SUSIPE), atualmente Secretaria de Administração Penitenciária do estado do Pará (SEAP-PA), em 1974, foi inaugurada uma série de penitenciárias, conforme observamos no memorial da SUSIPE, 2010):

A penitenciária Dr. Fernando Guilhon, na Vila de Americano em Santa Isabel do Pará, em 1977; Criação da Colônia Agrícola Heleno Frago em Santa Isabel do Pará, em 1988; O Centro de Recuperação do Coqueiro é inaugurado em dezembro de 1992; O Centro de Reeducação Feminino, inaugurado em 10 de julho de 1998; A Casa do Albergado criada em 17 de abril de 1986, localizada na área metropolitana de Belém; Em 1996, foram inaugurados ainda os Centros de Recuperação Sílvia Hall de Moura, localizado em Santarém, Mariano Antunes em Marabá e o Regional de Itaituba. Em 1998, foi inaugurado o Centro de Recuperação de Americano II; no ano seguinte são inaugurados os Centros de Recuperação Regional, de Paragominas, o de Altamira, o de Bragança; No ano de 2000, é inaugurado o Presídio Estadual Metropolitano I e o Centro de Recuperação Regional de Castanhal; No ano de 2002 são inaugurados quatro presídios: os Centros de Recuperação de Tucuruí, Tomé-Açu, Abaetetuba e a Cadeia Pública de Mosqueiro; Em 2003, foi inaugurado o Centro de Recuperação Especial Cel. Anastácio das Neves, para abrigar funcionários públicos e, no mesmo ano, o Centro de Recuperação Regional de Redenção e a Cadeia Pública de Capanema; No início de 2004, em 20 de fevereiro é inaugurado o Centro de Detenção Provisória de Icoaraci e, no final do mesmo ano, em 30 de dezembro, o Centro de Recuperação de Americano III, este último apresentava funcionamento automatizado e se diferenciava como de segurança máxima. Ao fim de 2005, é inaugurado o Centro de Recuperação de Salinópolis e, no ano seguinte, o Centro de Recuperação de Mocajuba. Sob a administração da governadora Ana Júlia, é inaugurada a Central de Triagem da Marambaia, em 17 de março de 2007 e o Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico é inaugurado em abril do mesmo ano; em junho de 2010, foi inaugurada a Central de Triagem Metropolitano I – CTM I, localizada na vila de Americano e, em 2015, o Central de Triagem Metropolitana (CTM IV), também, em Americano. (SUSIPE, 2010, p. 7 e 8).

Como podemos observar, entre 1974 a 2016, quarenta estabelecimentos prisionais foram construídos no Estado do Pará, expandindo-se, inclusive, para o interior do Estado. Esse fato reafirma a ausência de políticas públicas no combate às desigualdades sociais, pois a ausência de tais políticas tem colaborado para a permanência desse processo já que a violência, a exclusão e as carências sociais não são fruto das prisões, apenas se agravam com o encarceramento desses sujeitos, conforme já frisamos anteriormente.

CAPÍTULO 2 – REFORMA E MODERNIZAÇÃO DA CIDADE DE BELÉM

2.1 – Contextualização da Reforma

Este capítulo faz uma concisa análise do processo de modernização na cidade de Belém, situando o período entre o final do século XIX e início do XX, a partir do avanço capitalista na região, o qual fez emergir uma burguesia que enriqueceu, em decorrência da extração e comercialização da borracha. A partir dessa ascensão econômica, esta nova elite busca padrões sociais a partir dos vigentes nos grandes centros urbanos europeus. Para Oliveira Sobrinho (2013),

É importante que se atente para o projeto urbanístico de Paris e a ideia de modernidade como espaço da modificação da paisagem urbana. Guardadas as devidas proporções de tempo e espaço histórico, esses aspectos trazem indícios para uma análise acerca do pensamento da nossa elite, que se inspirou nesse modelo de ideal de modernidade concebido fora e copiado para os trópicos: a negação dos pobres, a higienização dos espaços públicos e o sonho de limpeza e disciplinamento das condições de vida dos mais pobres, (OLIVEIRA SOBRINHO, 2013, p. 217).

No entanto, ressaltamos que nossa análise não tem como escopo problematizar ou discorrer sobre aquela realidade, mas contextualizá-lo e historicizá-la para que possamos, a partir do conhecimento histórico daquele período, entender o projeto urbanístico que se desenhava para a capital do Pará, bem como, verificarmos como as prisões estavam inseridas neste novo ordenamento urbano, marcado por uma conjuntura em que o aparelho estatal encontrou na ciência médica mecanismos de funcionamento para fazer frente a essa nova realidade, cuja referência teórica consistia, segundo Foucault, (1979, p. 80), no “*nascimento da medicina social*” a qual, se constituía basicamente por três vertentes: *medicina de Estado, medicina urbana e a medicina da força de trabalho*:

A primeira foi a medicina do Estado, que se desenvolveu, sobretudo na Alemanha, no começo do século XVIII. [...] A segunda direção do desenvolvimento da medicina social é representado pelo exemplo da França, onde, em fins do século XVIII, aparece uma medicina social que não parece ter por suporte a estrutura do Estado, como na Alemanha, mas um fenômeno inteiramente diferente: a urbanização. [...] A terceira direção da medicina social pode ser sucintamente analisada através do exemplo inglês. A medicina dos pobres, da força de trabalho, do operário não foi o primeiro alvo da medicina social, mas o último. Em primeiro lugar, o Estado, em seguida a cidade e, finalmente, os pobres trabalhadores foram objetos da medicalização. (Foucault, 1979, p. 80, 85 e 93)

Castelo Branco (2016, p. 439) sustenta que esse modelo diferenciado da medicina, sobretudo a vertente francesa, possuía três finalidades básicas: i) analisar e controlar os acúmulos de tudo que pudesse causar perigo e doenças no espaço público; ii) controlar a circulação (das coisas e dos elementos naturais); iii) organizar a vida urbana – distribuições de sequências (praças, mercados, transportes e animais, locais para despejo de dejetos humanos etc.).

Com os recursos gerados pela extração e comercialização da borracha, a referida reforma visava, entre outros aspectos, melhorar os serviços de infraestrutura e proporcionar o embelezamento da paisagem, redefinir o espaço urbano, cujo objetivo consistia em encontrar elementos capazes de alterar hábitos comportamentais das classes subalternas e criminalizá-las, implementar medidas do controle social e, sobretudo, como já frisamos, sanar os problemas da saúde pública.

2.2 – Principais Medidas Higienistas e Disciplinadoras dos Espaços Belenenses

A síntese que estamos apresentando sobre as medidas relacionadas ao processo de higienização e disciplinadoras, no contexto cronológico delimitado neste trabalho, tem como principal fonte um documento oficial. Trata-se do Relatório apresentado pelo intendente Municipal de Belém, sr. Antônio Lemos, ao Conselho deste município, na sessão de 15 de novembro de 1903. Tal relatório produzido entre os anos de 1897 a 1902, contém um conjunto de documentos oficiais relacionados às transformações pelas quais a cidade passava naquele momento. Ressalta-se que este tipo de relatório era apresentado regularmente pelos chefes de governos das províncias e pelos intendentes, as Assembleias Legislativas; tais registros era uma espécie de prestação de contas aos deputados.

Na análise dessa documentação, considerando o momento histórico em que tais documentos foram produzidos, é possível estabelecer uma relação entre os trópicos e as metrópoles europeus, pois, na visão de mundo dos autores deste relatório, Belém simbolizava o mundo moderno nos trópicos, no entanto, a cidade padecia de um problema muito grave e ser resolvido: a insalubridade. Neste sentido, Sarges (2002) assevera que:

Como qualquer cidade brasileira, Belém tinha na insalubridade o problema mais grave, e combatê-la era condição *sine qua non* na materialização do projeto de embelezamento da cidade. Para isso, impunha-se a ordenação do espaço urbano através do disciplinamento dos hábitos da população, do emprego de mecanismos de controle como a Fiscalização, a Polícia Municipal, as Leis e as Posturas Municipais, tudo em nome do interesse coletivo (SARGES, 2002, p. 160).

Neste sentido, o citado relatório indica as medidas que haviam sido tomadas e as que viriam a ser, para combater os problemas de insalubridade na capital paraense que incluía o lixo, a mendicância, as doenças mentais, a lepra, e o abandono na infância. Assim sendo, o Conselho Municipal de Belém publicou um conjunto de Leis e Resoluções codificadas na administração Municipal do Senador Antônio José de Lemos, entre as quais a Lei n.º 276, de 3 de julho de 1900, que estabelecia uma série de determinações relacionadas à higiene e à saúde pública, regulamentada a venda de gêneros alimentícios, normatizadas as regras para açougueiros, hotéis, casa de pensão, hospedaria e similares, barbearias e congêneres, farmácia drogarias e boticas, asilo da medicina, hospitais e casa de saúde mentais, abrigo de depósitos de animais, entre outras medidas. (CONSELHO MUNICIPAL DE BELÉM, 1900, p. 32). Com relação às doenças contagiosas, a referida lei estabelecia:

Moléstias contagiosas

Art. 42 ° - Aquele que sofrer de elephantismo ou outra qualquer moléstia contagiosa não é permitido andar e permanecer nas ruas, praças, jardins e lugares públicos; quem nessa condição for encontrado será conduzido aos hospitais destinados ao seu tratamento.

Art. 42 ° - Quem tiver em sua casa pessoa infectada de elephantismo é obrigado a tratá-la com as rigorosas cautelas aconselhadas pela ciência, ou a recolhê-la ao respectivo hospital.

Pena: - Multa de 100\$ e condução imediata para o hospital.

§ - Igual pena será imposta em relação aos doentes de moléstia contagiosas, cujo isolamento for julgado necessário e de cujo aparecimento o dono da casa não avisar imediatamente à competente repartição sanitária (CONSELHO MUNICIPAL DE BELÉM, 1900, p. 33).

Tais preocupações acarretaram a implementação de uma série de instituições como: Usina Cremação do Lixo, Asilo de Mendicância, Hospício de alienados, Orfanato Municipal, presídios, entre outras instituições totais, (GOFFMAN 1977). A seguir, são transcritos trechos do relatório apresentado pelo intendente Antônio Lemos sobre o período mencionado, e esclarecemos que, para fins de maior clareza, foi feita a atualização ortográfica dos textos que se seguem.

2.2.1 –Limpeza Pública e Incineração de Lixo

Trechos selecionados:

Já disse em breves palavras o estado em que recebi esta capital e os esforços com que lutei para implantar a disciplina quanto ao importante ramo da limpeza pública. Não uso de uma hipérbole afirmando terem sido enormes os trabalhos executados para expurgar a cidade dos montões de lixo que a obstruíam. Foram necessários esforços diurnos e noturnos para o cumprimento das severas ordens da Intendência a tal respeito. (RELATÓRIO DA INTENDÊNCIA MUNICIPAL, 1903, p. 39).

Rescindido o contrato com o arrematante da limpeza urbana e condução e cremação do lixo, foi contratado o serviço com a firma Pereira, Pinto & Cia. começando esse contrato a vigorar no dia 1 de janeiro de 1898. As lastimáveis condições de imundície que Belém apresentava naquela época eram tão grandes, que os contratantes chegaram a pedir à Intendência um prazo para a normalização do seu trabalho, feito aliás com muito afinco, pessoal avultado e elevado número de veículos. (IDEM).

Nos trechos extraídos do relatório de 1903, seção relativa à limpeza pública e à incineração de lixo, o intendente Antonio Lemos fala da “*disciplina quanto ao importante ramo da limpeza pública*”. Obviamente, Lemos está fazendo referência à disciplina da população pobre e como essa população poderá ser enquadrada ao código de postura e às regras governamentais estabelecidas. O intendente também informa sobre as iniciativas para solucionar este grave problema e, assim, impedir o risco que o lixo possa trazer à cidade, ressaltando que havia reiniciado o contrato com a empresa que cuidava destes serviços, mas que no entanto, não estava atendendo à demanda, e no lugar daquela, outra empresa já estava contratada para executar os serviços sanitários relacionados aos resíduos.

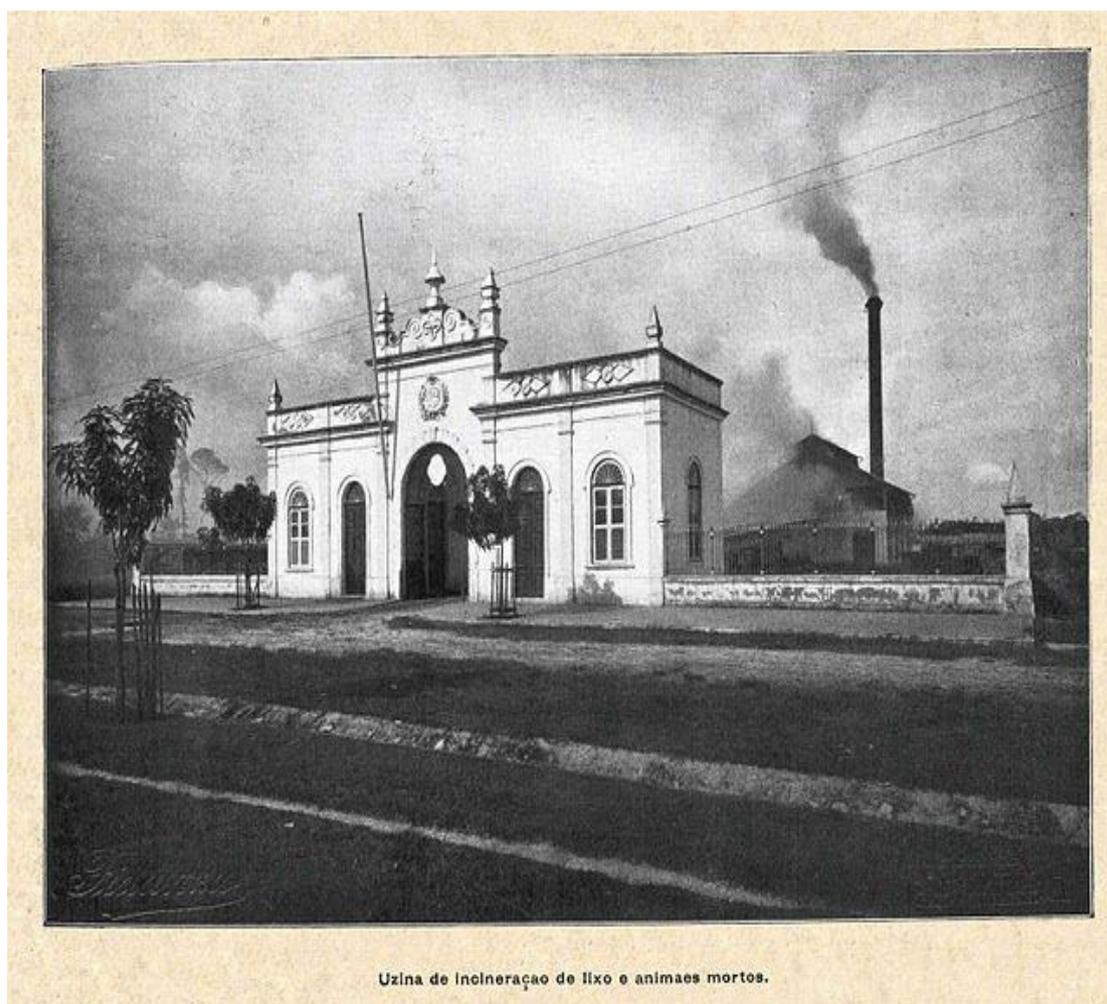
A proposição formulada por Lemos para resolver a questão da limpeza urbana resultou em um marco histórico para a capital paraense: a instalação da usina de cremação de lixo da cidade. A usina foi desativada em 1980, mas pela importância cultural que representa para a história da cidade de Belém, foi tombada pela Prefeitura Municipal como patrimônio histórico.

Localizada na Av. Alcindo Cacela, nº 2.993 – a antiga usina deu origem ao bairro da Cremação. Atualmente, este bairro possui uma grande concentração comercial devido ao seu crescimento vertical, e o prédio da usina está sendo utilizado para abrigar o Centro

de Referência de Assistência Social (CRAS) daquele bairro.

Sobre a trajetória histórica e memorialística da antiga usina, com fins de estabelecer uma relação entre a memória e a paisagem, selecionamos duas imagens da estrutura arquitetônica da referida usina. A figura 09, representa a usina em funcionamento, século XX, e a figura 10 mostra como ela se encontra atualmente. Para Vasconcelos e Marta (2022)³¹, é fundamental “a relação entre a memória e a paisagem postos na esfera urbana, buscando entender de que forma a memória dos habitantes da cidade pode ser afetada pelos espaços físicos inerentes a esta”.(VASCONCELOS e MARTA,2022, p. 1) .

Figura 09: Usina de Cremação de Lixo de Belém - Alcindo Cacela próximo a Fernando Guilhon (1902), Belém do Pará



Fonte: Portal Paranazônia

³¹ Luisa Prazeres Vasconcelos e Felipe Eduardo Ferreira Marta Cenas Educacionais, Caetité - Bahia - Brasil, v.5, n.e13749, p.1-16, 2022.

Figura 10: Antiga Usina de Cremação de Lixo, na Atualidade. CRAS do Bairro da Cremação



Fonte: Imagem: Google Street View

Será importante refletir sobre o papel da construção quando estudamos elementos no passado mais longínquo. A criação de arquiteturas monumentais é reconhecida em vários locais por possuir um papel social, potencialmente representando uma “arena” de reprodução identitária, de hábitos e costumes.³²

2.3 – Instalações das Instituições Fechadas em Belém do Pará

2.3.1 – Asilo de Mendicância

Textos selecionados

A mendicância em Belém era, até àquela data, uma profissão rendosa: passou a ser um tremendo flagelo para os pedintes famintos e para a população perseguida. Em tal emergência, uma edilidade bem orientada e patriótica certa não devera hesitar. (RELATÓRIO DA INTENDÊNCIA MUNICIPAL, 1903, p. 224).

O Conselho municipal de Belém foi presto e enérgico em sua deliberação, tomando todas as medidas consentâneas com os recursos da Intendência e com as imposições da civilização. Com efeito, a Lei nº 238, de 3 de julho de 1899, criava n'esta

³² Teixeira Marques, João Fernando da Silva. Uma abordagem do conceito de paisagem cultural em Arqueologia Pré-histórica, 2014, p. 54. Disponível em <https://repositorio-aberto>. Acessado em jul./2022.

capital um hospício de mendicidade e dava as devidas providências para a sua perfeita realização. (IDEM, p. 225).

Sobre a expressão “*população perseguida*”, obviamente, Lemos está se referindo às pessoas que eram abordadas pelos pedintes, nas ruas de Belém. Tal situação representava uma contradição, visto que a situação de extrema pobreza da população belenense criava uma situação totalmente incompatível à visão de progresso e com os padrões estéticos e sanitários, símbolo do mundo moderno, uma vez que a mendicância demonstrava publicamente a situação de pobreza em que se encontrava a grande maioria da população residente na capital paraense. Diante dessa situação, o Conselho aprovou a Lei nº 238, de 3 de julho, criando, conforme já frisamos, nesta cidade um Hospício ou asilo de Mendicidade, ilustrado na figura 11.

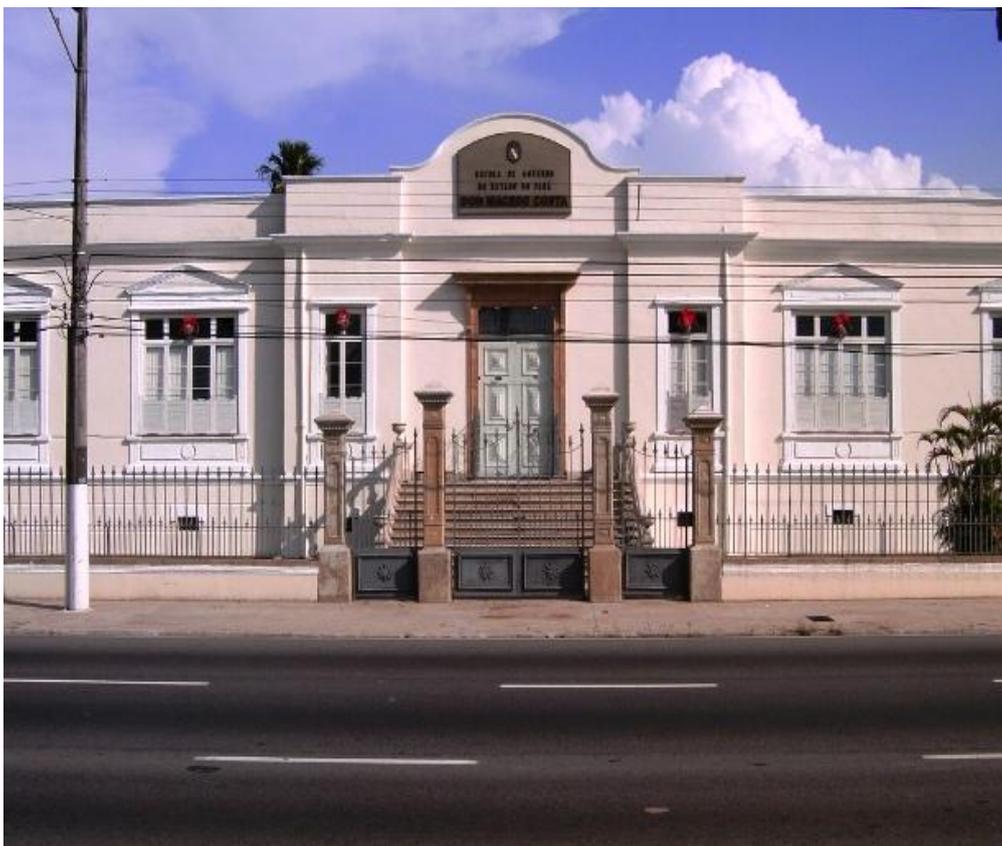
Figura 11 - Asilo da Mendicidade, 1901



Fonte: não identificada

Na época, era situado à margem direita da estrada de Bragança, no quilômetro 11, entre o Marco da Légua e o ponto Souza (PARÁ, 1903, p. 226), atualmente este endereço é na Av. Almirante Barroso, 4314, e o prédio do antigo asilo de mendicância abriga a Escola De Governo Do Estado Do Pará – EGPA.

Figura 12: Escola De Governo Do Estado Do Para – EGPA, 2009, Antigo Asilo da Mendicidade



Fonte: EGPA - Escola de Governança Pública do Estado do Pará

No entanto, sobre a escolha do terreno, não encontramos nenhum registro documental no relatório pesquisado que pudesse elucidar o (os) critério (s), utilizado (s) para tal. Ainda que não disponhamos de documentação específica, pelos diálogos que tivemos com a fonte mencionada, chegamos à seguinte conclusão: os terrenos localizados em áreas periféricas, seriam ideais para construções que visassem atender instituições fechadas cujo objetivo era afastar os indigentes do centro urbano.

2.3.2 - Asilo ou Hospício dos Alienados

Construído em 1892, o Asilo dos Alienados era uma instituição destinada apenas a isolar um problema de saúde pública que a ciência ainda não tinha avanço suficiente para atender. Em 1937, passou por uma resignificação e os terrenos se tornou o Hospital Psiquiátrico Juliano Moreira (figura 13), mas pouco havia mudado em relação ao tratamento quase medieval disposto aos pacientes³³.

³³ OLIBERAL.COM. Publicado 06.02.19, 11h06. Disponível em <https://www.oliberal.com>

Figura 13: Asilo dos Alienados, construído em 1892



Fonte: História, Loucura e Memória. (acervo do Hospital Psiquiátrico Juliano Moreira, 2009)

De acordo uma matéria publicada em um jornal local³⁴, em fevereiro de 2019, dando conta de que antes de ser demolido o hospital Juliano Moreira passou por duas grandes crises: a primeira ocorreu em 1961, em um evento chamado "Revolta dos Loucos", uma rebelião liderada por militares internados com doenças mentais. Foi contida com violenta repressão e mudança de técnicas de atendimento. Outra crise se deu em 1982, quando o prédio pegou fogo. A estrutura ficou abalada³⁵.

Em 1984, o prédio histórico foi demolido de vez. No local foi construído o Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS) da Uepa - Universidade do Estado do Pará, conforme mostra a figura 14.

³⁴ IDEM

³⁵ IDEM

Figura 14: Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS) da Uepa. Antigo Hospício dos Alienados



Fonte: site da Universidade do Estado do Pará (UEPA)

2.3.3 – Orfanato Municipal

Textos selecionados

O antigo Orfanato Paraense é hoje uma das mais simpáticas e civilizadoras instituições mantidas sob a alçada do governo municipal de Belém [...] Fundado a 13 de maio de 1893, o Orfanato foi instalado a 15 de agosto do mesmo ano, pela Associação Protetora dos Órfãos. (RELATÓRIO DA INTENDÊNCIA MUNICIPAL, 1903, p. 245).

O edifício, dotado de ar e luz em quantidade, extremamente asseado, é de propriedade do engenheiro paraense dr. António Joaquim de Oliveira Campos. [...]. Ocupando amplo edifício, à avenida São Jerônimo, entre Generalíssimo Deodoro e Quatorze de Março, o Orfanato acha-se agora em condições de corresponder em absoluto a seus elevados fins. No dia da reabertura tinha 56 asiladas (IDEM, 247).

Infelizmente, não temos como recuperar a memória do prédio que abrigava o orfanato paraense, pois como observamos no trecho extraído do relatório municipal de 1903, o referido prédio era de propriedade particular.

2.3.4 – Tipologia da Arquitetura no Contexto da Reforma

As informações que se seguem foram levantadas de um parecer técnico, emitido em 2005, por uma instituição denominada “Meia Dois Nove Arquitetura e Consultoria” que elaborou o projeto de execução de restauração, adaptação e ampliação do complexo arquitetônico que abrigou o Asilo da Mendicância para receber as instalações da Escola de Governo do Pará, por meio de sua Comissão Técnica e realizou a análise na tipologia daquela arquitetura; porém, sem citar corretamente as fontes, explicou que, para efeito daquela análise, adotou os significados que Aldo Rossi (1977) e Giulio Carlo Argan (2000) atribuem ao conceito de tipologia arquitetônica. Diz o parecer:

Para efeito desta análise, adotaremos os significados que Aldo Rossi (1977) e Giulio Carlo Argan (2000) atribuem ao conceito de tipologia arquitetônica. Para Rossi, o conceito de tipo pode ser definido como “um enunciado lógico que está antes da forma e que a constitui” [...], Como produto da atividade humana, o tipo não pode ser formulado a priori, mas deduzido de uma série de edifícios que apresentem uma evidente analogia formal e funcional. A determinação dos tipos resulta de processos de comparação e superposição das formas individuais, eliminando-se as particularidades de cada experimento. Chega-se, assim, a uma tipologia, deduzida pela “redução de um conjunto de variantes formais a uma forma-base comum”, [...]. De acordo com Argan, a atividade projetual apresenta dois momentos: o momento da tipologia, em que o artista “resolve” a estrutura interna da forma, tomando como referência uma determinada tipologia (a partir de um “conjunto de noções comuns ou um patrimônio de imagens”), e o momento da definição formal, que visa definir a configuração aparente do objeto, atualizando e, por assim dizer, deformando o tipo, em função das exigências atuais implicadas (técnicas construtivas, aspectos funcionais, preferências estilísticas). Uma vez estabilizado, o tipo passa a influenciar de volta o processo de criação de novas formas.³⁶

Segundo o parecer técnico mencionado acima, a tipologia arquitetônica empregada pelo projeto do Asilo resulta, grosso modo, da junção de duas outras tipologias consagradas pela história da arquitetura:

A tipologia da edificação com pátio interno (que gerou, e continua gerando, uma infinidade de variações formais sobre o mesmo tema-tipo, tais como, moradias, conventos, hospitais, mercados, etc.) e a tipologia do panóptico (derivada do esquema Panóptico de Jeremy Bentham [1748-1832], o filósofo utilitarista inglês que idealizou o sistema de prisão com disposição circular de celas individuais, permanentemente

³⁶ Parecer da Comissão Técnica, “Meia Dois Nove Arquitetura e Consultoria” que elaborou o projeto de execução de restauração, adaptação e ampliação do complexo arquitetônico que abrigou o asilo da mendicância para receber as instalações da Escola de Governo do Pará, 2005, p. 14. Disponível em <http://memoriaisdameiadosnove.blogspot.com>. Acesso em julho de 2022.

expostas à observação e controle do Diretor por uma torre situada no centro do edifício).³⁷

Neste sentido, a tipologia das edificações nos asilos mendicância, manicômios, orfanatos (incluído a essa categoria os conventos e as penitenciárias) da cidade de Belém, estavam relacionadas com as instituições totais, que de acordo com a definição de Goffman (1974), é “um local de residência e de trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por um período considerável de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada”.

As instituições totais podem ser enumeradas em cinco categorias: a) as criadas para cuidar de pessoas que são consideradas incapazes e inofensivas, tais como as casas de cegos, asilos para idosos, órfãos e indigentes; b) locais estabelecidos para cuidar de pessoas consideradas incapazes de cuidar de si mesmas e que são também uma ameaça não intencional para a comunidade, como sanatórios para tuberculosos, hospitais para doentes mentais e leprosários; c) as criadas para proteger a comunidade contra ameaças e perigos intencionais, sem se importar muito com o bem-estar das pessoas segregadas, nas quais se inserem as cadeias, as penitenciárias, os campos de prisioneiros de guerra e os campos de concentração; d) as erigidas com a intenção de realizar, de um modo mais adequado, alguma tarefa instrumental, tais como: quartéis, navios, escolas internas, campos de trabalho, colônias; e) os estabelecimentos destinados a servir de refúgio do mundo, que também podem servir como locais de instrução para religiosos, tais como: abadias, mosteiros, conventos e outros claustros. (GOFFMAN 1987, p.11)

Sendo assim, de acordo com as análises sobre as instituições totais, e considerando as origens do Presídio São José como uma delas, verificamos que após a expulsão dos religiosos, muitos conventos que ainda não tinham as obras concluídas, passaram para o domínio estatal, entre eles, o São José, o qual ao longo de sua trajetória histórica e memorialística teve muitos fins: foi depósito de pólvora, quartel e hospital, até que, em 1843, virou cadeia pública, ou seja, todas as utilizações deste patrimônio arquitetônico estavam relacionadas com as instituições totais.

Quando analisamos a tipologia da Prisão Modelo Panóptica, verificamos uma relação próxima aos principais aspectos já mencionados neste trabalho, quanto à escolha de um local para construção de uma obra arquitetônica, bem como os objetivos que se pretende alcançar. No caso em tela, como já frisamos, consistiu entre outros objetivos, demonstrar o poder econômico e político, sanear e higienizar os espaços públicos, para

³⁷ IDEM.

atender às elites locais e mostrar seguranças aos investidores, sobretudo, negociadores estrangeiros. No entanto, para alcançar esses objetivos era condição essencial, afastar os indigentes e todos/as aqueles/as que não estivessem de acordo, com as ordens estabelecidas do centro urbano, no entanto, mantê-los sobre total vigilância.

Neste sentido, a tipologia da arquitetura, no caso em tela o modelo panóptico, passou a ser, condição *sine qua non* para manter a população miserável afastada do centro urbano, sob um rigoroso controle social. Segundo Michael Foucault, o sistema panóptico induz ao detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder³⁸.

Na figura 15, podemos observar que ainda hoje estão presentes algumas evidências desse modelo, como a tipologia da edificação com pátio interno:

Figura 15: Pátio Interno da Universidade do Estado do Pará – Antiga Prisão Modelo Panóptica



Fonte: Rosicler Silva(setembro/2021)

³⁸ FOUCAULT, Michel. Op. cit. p.166. O poder descrito pelo autor faz referência ao corpo de agentes penitenciários que possui a função de manter a ordem nos presídios.

2.3.5 – Reflexões Sobre a Reforma Urbana

Na condução do projeto de reformas urbana e sanitária que se desenhava para a capital do Pará, as prisões estavam inseridas dentro de uma lógica que visava a higienização, a modernização, o progresso e a civilização. Foi nesta conjuntura que a cadeia de São José vivencia uma importante experiência educacional, cujo objetivo consistia na formação do sujeito numa perspectiva ressocializadora voltada para o mundo do trabalho, conforme noticiou o Jornal Diário de Notícias (1883), sobre um exame avaliativo aplicado aos detentos daquela prisão:

Teve lugar na cadeia pública desta cidade, no dia 10 do corrente mês, os exames dos alunos, cujo resultado foi o seguinte. Concluíram o curso primário: Clarindo Pereira, Joaquim Manoel Clarindo e Leonardo Antônio Balieiro de Freitas, sendo o primeiro aprovado plenamente e os dois últimos plenamente com distinção. Da 4ª classe do 1º grau passaram para a mesma classe do 2º grau outros quatro alunos. Da 3ª classe passaram para a 4ª cinco alunos, continuando com os demais na mesma classe. Da 2ª classe passaram para a 3ª três alunos, continuando com os demais na respectiva classe e turmas. O ato foi presidido pelo chefe de polícia, com assistência do Sr. Ten. Coronel presidente da câmara municipal João Diogo Clemente Malcher, como delegado da instrução primária; sendo examinadores os Srs. Professores Alexandre José Pinheiro e José Quinteiros de Castro Leão Junior e serviu de secretário o Sr. Professor Emanuel Epaminondas Valente Doce. Os trabalhos começaram às 10 horas e terminaram às 2 da tarde. (JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1883. p. 13)

A partir desse contexto, a prisão deixa de ser apenas um instrumento que isola, devendo, agora, também recuperar e ressocializar o criminoso para inseri-lo no mundo do trabalho. Essa nova concepção sobre prisão, trabalho e educação fica bem evidente no discurso proferido por um dos professores presentes naquele evento:

O Sr. Professor Pinheiro em breve, mas bem elaborada locução, demonstrou precisamente a utilidade e vantagem de escolas nas cadeias, louvando o procedimento dos legisladores que as decretaram, terminou, finalmente, por pedir aos presos que se dedicassem com gosto ao estudo, afim de que mais tarde venham ainda serem úteis a si e à sociedade (IDEM).

Portanto, diante do forte aparelhamento do estado, as prisões se tornam instrumento importante não apenas para afastar o criminoso das áreas centrais da cidade, mas para recuperar, preparar e inseri-los no mundo do trabalho.

CAPÍTULO 3 - PROCEDIMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Neste capítulo, analisamos os pressupostos que embasaram a discussão teórica da presente pesquisa e a metodologia utilizada.

3.1 – Procedimentos Teóricos

Os pressupostos teóricos tiveram como base autores como: François Hartog (2006), Jacques Le Goff (1990), Michael Pollak (1989 e 1992), Pedro Paulo Funari (2009), Michel Foucault (1990), além de teóricos da arqueologia da paisagem como, Criado-Boado (1999/1991), entre outros.

François Hartog, em “Regimes de historicidade: presenteísmo e experiências do tempo”, quando trata da articulação entre tempo e patrimônio, reitera sua proposição sobre o regime do presenteísmo em que as pessoas transitam entre a amnésia e a vontade de nada esquecer, como uma sociedade trata seu passado, em uma acepção restrita e, em uma acepção ampla, designaria de consciência de si de uma comunidade humana. No entanto, apesar de um presente aparentemente tolerante e benevolente perante os vestígios do passado, aqui em Belém, seguimos assistindo à destruição, modificações e reutilização do patrimônio arquitetônico ligados à história das prisões e ao apagamento do patrimônio cultural. Neste sentido, a resignificação do Antigo Presídio São José, e da Antiga Penitenciária Modelo Panóptica, esta transformada na reitoria da Universidade Estadual do Pará e aquele, em um complexo turístico, representou a exclusão do espaço carcerário e da memória marginal, pois para o autor.

O patrimônio é uma maneira de viver as rupturas, de reconhecê-las e reduzi-las, referindo-se a elas, elegendo-as, produzindo semáforos. Inscrito na longa duração da história ocidental, a noção conheceu diversos estados, sempre correlatos com tempos fortes de questionamentos da ordem do tempo. O patrimônio é um recurso para o tempo de crise. Se há assim momentos do patrimônio, seria ilusório nos fixarmos sobre uma acepção única do termo. (HARTOG 2006. p. 263).

Nesta mesma perspectiva, historiadores como Jacques Le Goff (1990), Michael Pollak (1989 e 1992) e o arqueólogo Pedro Paulo Funari (2009) ressaltam a importância da Preservação do Patrimônio Histórico e que esses bens podem ser associados à memória coletiva e individual, pois é através da memória que nos orientamos para compreender o passado, o comportamento de um determinado grupo social, cidade e nação³⁹

³⁹ A importância do patrimônio histórico como instrumento de preservação da memória. Disponível em

Neste sentido, utilizamos o conceito de Michale Pollak (1898) sobre a importância da memória individual e coletiva e a construção de identidade social.

São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorrido um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada. (POLLAK,1992, p.15).

Nesta mesma linha, Jacques Le Goff (1990) estabelece vínculos de memória entre as gerações humanas, onde a memória acaba por *estabelecer um vínculo entre as gerações humanas e o tempo histórico que as acompanha*, salientando que “como o passado não é a história, mas o seu objeto, também a memória não é a história, mas um dos seus objetos e, simultaneamente, um nível elementar de elaboração histórica” (LE GOFF, 2013, p.51).

Sobre a importância do patrimônio histórico como instrumento de preservação da memória e a respeito da construção do conceito de patrimônio histórico e cultural, Funari (2006) comenta que:

Em plena Revolução Francesa, em meio às violências e lutas civis, criava-se uma comissão encarregada da preservação dos monumentos nacionais. O objetivo era proteger os monumentos que representavam a incipiente nação francesa e sua cultura. Mesmo em países democráticos, os vestígios de povos distantes no tempo e no espaço eram tomados como parte do patrimônio nacional. A Inglaterra considerava-se a herdeira de antigas civilizações. (FUNARI, 2006, p. 21).

Neste sentido, pensar o espaço carcerário em seu valor histórico, patrimonial e cultural, representa um ato de resistência à preservação de uma memória marginal de exclusão para a história das prisões paraenses. No entanto, de acordo com Borges (2016, p. 16), a categoria patrimônio carcerário envolve não apenas a dimensão edificada desses bens, mas sob uma perspectiva mais ampla e disseminada, englobando aspectos imateriais e materiais. Envolve a preservação da memória dos sujeitos envolvidos no cotidiano prisional: os sentenciados, seus familiares e os funcionários das instituições,

problematizando a dimensão imaterial da experiência prisional, suas rotinas e suas práticas cotidianas. Envolve ainda a preservação dos acervos prisionais, documentais e/ou objetos tridimensionais: prontuários de presos, livros de registro, fotografias, cadeiras de identificação, uniformes, móveis e utensílios, incluindo aqui as criações proibidas dos presos, vestígios por estes deixados durante o período de reclusão.

Do ponto de vista das prisões, Michel Foucault (1987), em *Vigiar e Punir*, trata da história da violência nas prisões, fazendo uma genealogia da punição, desde os suplícios do século XVIII até os modelos penais e punitivos das sociedades atuais.

A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma “aptidão”, uma “capacidade” que ele procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada (FOUCAULT, 1987, p. 119).

Seguindo essa mesma linha conceitual e reflexiva, no que diz respeito ao Panóptico de Bentham, Foucault (1987) descreve que:

O princípio é conhecido: na periferia, uma construção em anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. Pelo efeito da contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se exatamente sobre a claridade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia. Tantas jaulas, tantos pequenos teatros, em que cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível. O dispositivo panóptico organiza unidades especiais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente. Em suma, o princípio da masmorra é invertido; ou antes, de suas três funções – trancar, privar de luz e esconder - só conserva a primeira e suprimem-se as outras duas. A plena luz e o olhar de um vigia captam melhor que a sombra, que finalmente protegia. A visibilidade é uma armadilha (FOUCAULT, 1987, p. 166).

Visando analisar a paisagem urbana de Belém do Pará e o apagamento das memórias dos presídios e das prisões, estabelecemos pontos de referências os quais nos permitiu analisar a intervisibilidade, a visualização e a visibilidade, na perspectiva de Criado Boado (1990). Este autor afirma que essa noção de espaço não é acidental, é

definida por uma base e seu limite, configura na realidade a ideia do espaço capitalista e moderno, condicionando-se como infraestrutura necessária ou ao menos conveniente para o desenvolvimento da revolução industrial e do capitalismo (CRIADO BOADO, 1991, p.23).

Essa intenção estava intimamente ligada ao tipo de racionalidade espacial vigente em determinado contexto cultural, pois, se levarmos em conta que a forma de visibilizar os produtos humanos altera a paisagem, a opção por uma ou outra estratégia de visibilidade ou invisibilidade pressupõe uma certa atitude. em relação ao meio ambiente (CRIADO BOADO, 1991:23, *tradução nossa*).⁴⁰

3.2 – Procedimentos Metodológicos

O procedimento metodológico deste trabalho desdobrou-se em duas etapas fundamentais: Gabinete e Campo e processou-se nas seguintes fases:

3.2.1 Gabinete

A abordagem da inserção dos Presídios São José e da Prisão Modelo Panóptico na paisagem utiliza dos pressupostos de Criado Boado (1990), fundamentalmente em relação à visualização (a forma como o elemento arqueológico é visto), visibilidade (o que se vê a partir de um elemento arqueológico) e intervisibilidade (trata da relação visual entre o elemento arqueológico e outros elementos).

- a) Realizamos pesquisas bibliográficas e documental relacionadas com o tema da dissertação;
- b) Escolhemos os locais de estudos, Presídio São José e Presídio Modelo Panóptico e pontos de observação: Porto de Belém, Companhia das Docas do Pará, Praça da República, Forte do Castelo e Mangal das Garças, os quais possuem uma relação histórica com a urbanização da cidade de Belém;
- c) Analisamos algumas bases cartográficas com vistas à obtenção de informações relacionadas com a implantação dos presídios;
- d) Utilizamos o mapa de altimetria e os perfis topográficos para as análises da intervisibilidade entre os pontos de observação;

⁴⁰ Esa intención estaba estrechamente vinculada con el tipo de racionalidade espacial vigente en un determinado contexto cultural, pues, si tenemos en cuenta que la forma de visibilizar los productos humanos altera el paisaje, la opción por una uotra estrategia de visibilización o invisibilización presupone una determinada actitud hacia el entorno (CRIADO BOADO, 1991:23)

e) Construimos os textos dissertativos.

Ainda em gabinete, a partir da definição dos pontos de referência, foram analisadas algumas bases cartográficas com vistas à obtenção de informações relacionadas com a implantação dos presídios. O mapa de elevação e os perfis topográficos foram utilizados para as análises da intervisibilidade entre os pontos; a partir de cada um deles, a visibilização, que observamos a partir dos presídios, foi obtida com base no mapa de altimetria; a visualização, que permitiu observar como o elemento é visto a partir de dois pontos de observação, a Praça da República e a uma distância de 1 km do Porto de Belém, na Baía de Guajará foi obtida a partir do mapa de elevação.

Para confecção geral dos mapas, primeiramente precisou-se realizar um georreferenciamento da imagem proveniente do documento fornecido pela CODEM, para que a base dos dados que constavam no documento fosse aproveitada, como curvas de níveis e demais informações sobre a delimitação metropolitana de Belém e as áreas de interesse.

Para a preparação das imagens de satélite, utilizou-se como *basemap* as imagens provenientes do satélite ESRI e, por cima da cidade, foi adicionada a imagem georreferenciada da CODEM com pequenos ajustes de transparência e saturação de cores, também foram definidos pontos de interesses como o porto da cidade e a Praça da República, além disso também foram utilizadas as informações hidrográficas provenientes da base de dados do IBGE.

Para gerar o mapa com dados de elevação do terreno, utilizou-se a base de dados proveniente da SRTM (Shuttle Radar Topography Mission), com resolução espacial de 90m² por pixel, por se tratar de uma resolução grande de dados; a fim de suavizar a imagem, realizamos uma interpolação por Krigagem dos dados, reduzindo a resolução do pixel para 10m². Após esse tratamento, ainda no ambiente Qgis, realizamos uma classificação do *raster* em contínuo com as cores amarelo, laranja e marrom.

Os dados de cunho geológico foram obtidos na base de dados da CPRM com escala de 1:100.000, com uma classificação simples da imagem usando o critério de “nome” proveniente na tabela de informações do arquivo.

O mapa geral contém apenas o *basemap* da ESRI e dados hidrológicos, com o recorte da cidade evidenciando alguns rios de interesse em uma escala de 1:42.000. Para a geração dos perfis, foi necessário baixar o Mapa digital de elevação do terreno da área selecionada, por padrão. Como os mapas da SRTM vêm com resolução de pixel em 90

m², foi preciso uma interpolação por Krigagem dos dados, reduzindo a resolução do pixel para 10m².

Após esse tratamento dos dados de elevação, com auxílio do complemento *Profile Tools* disponível no Qgis, ajustamos a escala da área de modo a compreender todos os pontos a serem amostrados e, posterior a esse ajuste, inserimos os dados de elevação no complemento como camada de leitura do terreno e traçamos linhas retas entre os pontos amostrados; essas linhas criam pontos com equidistâncias de 1 metro entre si e cada ponto extrai o valor de elevação da camada de elevação lida e nos retorna o perfil topográfico do terreno em forma gráfica.

As fotografias de época e atuais foram usadas como metodologia auxiliar na pesquisa, pois podem ser utilizadas como importante instrumento de conhecimento da realidade de um determinado objeto, já que, por meio delas, observamos diversos elementos na forma em que se constrói o ambiente, transmitem informações sobre a época, os costumes e as perspectivas. Isso nos permitiu analisar como ocorreu a inserção na paisagem nos períodos correspondentes e como se encontra atualmente.

3.2.2 Campo

Nas atividades de campo, realizadas em setembro de 2021, utilizamos os conceitos de Criado Boado (1991), Teixeira (2005, 2009), Morlans (2009), que empregaram a análise de intervisibilidade, visualização e visibilidade, com o propósito de contribuir para o planejamento do território em diversos temas. Processou-se nas seguintes fases:

- a) Registro fotográfico: Foram obtidas a partir dos presídios e dos pontos de observação, visando as perspectivas da intervisibilidade, visibilidade e visualização;
- b) Análises da intervisibilidade, da visibilidade e da visualização, a partir dos seguintes procedimentos:
 - b1 – Partindo de um dos pontos e com a utilização de uma bússola do tipo Brunton, identificar o ponto oposto (intervisibilidade), a partir do nível da calçada;
 - b2 - Visibilização em frente aos pontos objetos da pesquisa, descrição de campo visual frontal;
 - b3 - Visualização (como o elemento é visto). Procedimento: Adotou-se a distância de 500 metros de cada ponto, a partir da realização da descrição

do visual das edificações, procurando identificar algum elemento relacionado ao fato de ambas terem sido construídas com a finalidade da utilização como presídios.

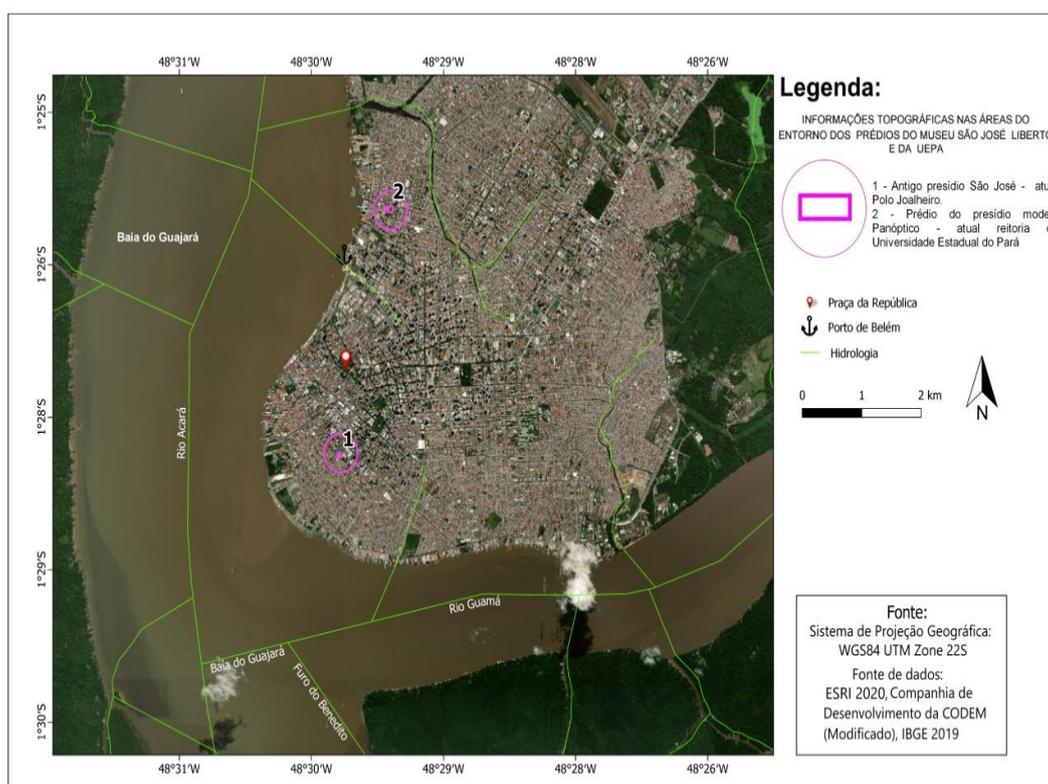
Cabe destacar que na atividade de campo, fatores como movimento de pessoas nas calçadas, ruas, presídios e pontos de observação, além de veículos nas ruas, dificultou os trabalhos, visto que nossos objetos de estudos, bem como nossos pontos de observações estão localizados nos pontos centrais de Belém.

CAPÍTULO 4 – RESULTADOS OBTIDOS

4.1 - Área da Pesquisa

A figura abaixo, fornecida pela Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém, CODEM, representa a área onde estão localizados nossos objetos de estudos e os pontos de referência para análise do objeto. Como podemos ver na figura, envolve os seguintes bairros: Telégrafo, Umarizal, Campina, Cidade Velha e Jurunas. Os bairros citados estão representados no mapa da área da pesquisa, na figura.

Figura 16: Mapa da Área da Pesquisa



Fonte: CODEM – setembro de 2021

4.2 - Localização Geográfica dos Objetos de Estudo

De acordo com o disposto na figura 23, acima, o ponto número 1 representa o Antigo Presídio São José, localizado no bairro do Jurunas, em Belém do Pará, cuja origem deste bairro, se relaciona com a construção do Convento da ordem religiosa de Nossa Senhora da Piedade, em 1749. DA MATTA, (2010).

Posteriormente, ao início dessa edificação, o referido bairro foi ocupado por uma população descendente de etnias tradicionais e ribeirinhos, e na transição do XVII e XVIII, por trabalhadores mais pobres da época⁴¹. Apesar de próxima de bairros como Nazaré e Batista Campos, que são áreas consideradas centrais da cidade, o Jurunas contou com menos intervenções urbanísticas do intendente Antônio Lemos.

No ponto número 2, observa-se a localização geográfica da Prisão Modelo Panóptica, localizada no Bairro do Telégrafo, nessa época, virada do século XIX, para o século XX, o Telégrafo era uma área periférica, com terrenos de condições pouco agradáveis, habitados pela classe pobre, marcado pela significativa presença de negros⁴².

4.3 – Localização Geográfica dos Pontos de Referências

Ainda no mesmo mapa, são apresentados os pontos de referências, de onde analisamos alguns aspectos da cidade como topografia, paisagem, visibilidade, visibilização, intervisibilidade, entre outros aspectos; esses pontos são:

4.3.1 - A Praça da República

A Praça da República (PR) está localizado no bairro da Campina . Na história de Belém, o bairro da Campina foi o palco principal da Cabanagem, a qual devastou o referido bairro, recuperado, com as ações intervencionistas urbanas no contexto da virada do século XIX para o século XX, conforme podemos ver neste fragmento extraído do jornal “O Liberal”.

Só a partir do ciclo da borracha, entre 1860 e 1920, começou a Belle Époque. Eventualmente, com a ação do intendente Antônio Lemos e a fixação dele pela Europa, deu traços franceses de arquitetura e urbanismo ao bairro da Campina. Tanto que uma das lojas mais características do centro comercial é a Paris n'América. Era o retrato do sonho de Lemos para Belém. A Campina ganhou novos ares. (OLIBERAL.com 14.07.19 - 9h05).

⁴¹ Jurunas, o retrato da diversidade belenense. Disponível em <https://www.oliberal.com>. Acessado em novembro de 2021.

⁴² Telégrafo: bairro de contrastes e das ruas que "falam". Disponível em <https://www.oliberal.com>. Acessado em novembro de 2021.

4.3.2 – Parque Zoobotânico Mangal das Garças

O Parque Zoobotânico Mangal das Garças (PZMG), no Jurunas, mesmo bairro onde se encontra o antigo Presídio São José.

4.3.3 - O Porto de Belém: Cia das Docas do Pará e Forte do Castelo

O Porto de Belém (PB), Companhia das Docas do Pará (CD) e o Forte do Castelo (FC) estão localizados no bairro da Cidade Velha, bairro considerado o berço de Belém; é um bairro histórico e tem forte influência portuguesa. Foi neste bairro que se consolidou o processo de ocupação da região pelos portugueses, com a instalação do Senado da Câmara, primeira instituição a funcionar regularmente na região recém-ocupada. (ANTUNES, 1975, p. 182). Portanto, foi na Cidade Velha que se estabeleceu uma elite econômica e dirigente. Foi, assim, o espaço mais afetado pelas ações modernizadoras conduzido pelas elites locais, tanto no seu aspecto paisagístico e sanitário, quanto no aspecto social. Embora a questão central desta pesquisa esteja demarcada pelas ações de reformas urbanas do contexto em estudo, ressaltamos, todavia, que no aspecto paisagístico, a Cidade Velha já havia passado por uma reforma urbanística, em um momento histórico anterior ao recorte temporal em estudo, que consistiu na arquitetura edificada, no período pombalino, segunda metade do século XVIII; no entanto, tal intervenção em nada se relaciona com a intervenção urbanística investigada, cujos objetivos eram completamente diferentes.

4.4 – Análise da escolha do local de uma obra

A escolha do local para uma obra envolve diversas variáveis, como aspectos geotécnicos, topografia, paisagem, política e mesmo simbólicos. A geotécnica fundamenta-se nas condições geológicas do terreno, levando em consideração também a profundidade do lençol freático, inundações, escoamento superficial, erosividade e erodibilidade. A topografia leva em consideração o posicionamento da edificação em relação à altitude, e o fato de que mantém uma estreita relação com a geotécnica. Em relação à paisagem, o aspecto visual é um dos principais.

4.4.1 - Implantação das Unidades e a Geologia

De acordo com a CPRM (2010)⁴³, a cidade de Belém está implantada basicamente sobre a Unidade Barreiras⁴⁴, constituída de sedimentos argilosos, arenosos e conglomeráticos depositados entre aproximadamente 2,3 e 2,5 milhões de anos (Período Geológico Terciário)⁴⁵, Depósitos Aluviais, Eólicos e Lateríticos⁴⁶ de idade entre 2,5 milhões de anos e 11.000 anos, e Depósitos Argilosos Fluvio-marinhos⁴⁷ depositados nos últimos 11.000 anos.

O Presídio São José se encontra sobre Depósitos Argilosos Fluvio-marinhos (DAFm) e o Presídio Modelo Panóptico sobre os Depósitos aluviais, eólicos e lateríticos (Dael), próximo ao contato com a unidade anterior, conforme podemos ver no Mapa Geológico de Parte do Município de Belém – Pa., abrangendo as áreas da Pesquisa (figura 17).

⁴³ A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) é uma empresa governamental brasileira, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, que tem as atribuições de Serviço Geológico do Brasil. Entre suas atividades, estão a realização de levantamentos geológicos, geofísicos, geoquímicos, hidrológicos, hidrogeológicos e a gestão e divulgação de informações geológicas e hidrológicas. Sua missão é "Gerar e difundir o conhecimento geológico e hidrológico básico necessário para o desenvolvimento sustentável do Brasil".

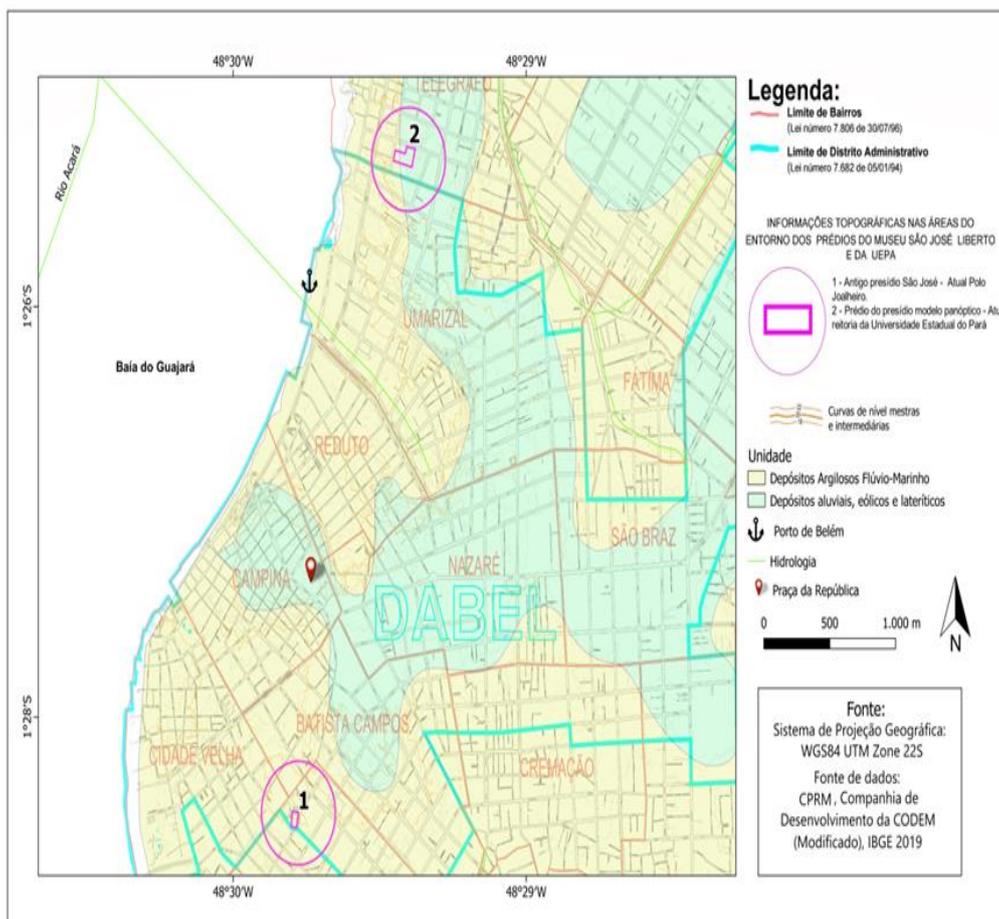
⁴⁴ Constituída por sedimentos argilosos, arenosos e conglomeráticos: pelitos maciços, ou laminados com presença de restos vegetais e icnofósseis de ambiente estuarino e planície de maré; arenitos, arenitos conglomeráticos e conglomerados ferruginosos às vezes com icnofósseis de ambiente fluvial e estuarino; sedimentos areno-argilosos, arenosos a areno-conglomeráticos friáveis associados a sistemas fluviais; associação de ritmitos de planície de maré (estruturas wavy, lisen e icnofósseis) e canal de maré. (CPRM, 2010)

⁴⁵ Período Terciário é uma unidade de tempo utilizado para demarcar um período específico de desenvolvimento da Terra e da vida nela contida. O Terciário consiste no espaço de tempo que vai de 65 milhões até 2,6 milhões de anos atrás.

⁴⁶ Depósitos aluviais, coluviais e eluviais; depósitos eólicos e fluviais; Formação Superficial Intempérica (Formação Laterítica).

⁴⁷ Sedimentos lamosos, sílticos argilosos com presença de fragmentos vegetais, impregnação de matéria orgânica fina e camada de turfa, associada às planícies fluvio-marinhas.

Figura 17: Mapa Geológico de Parte do Município de Belém – Pa., abrangendo as Áreas da Pesquisa



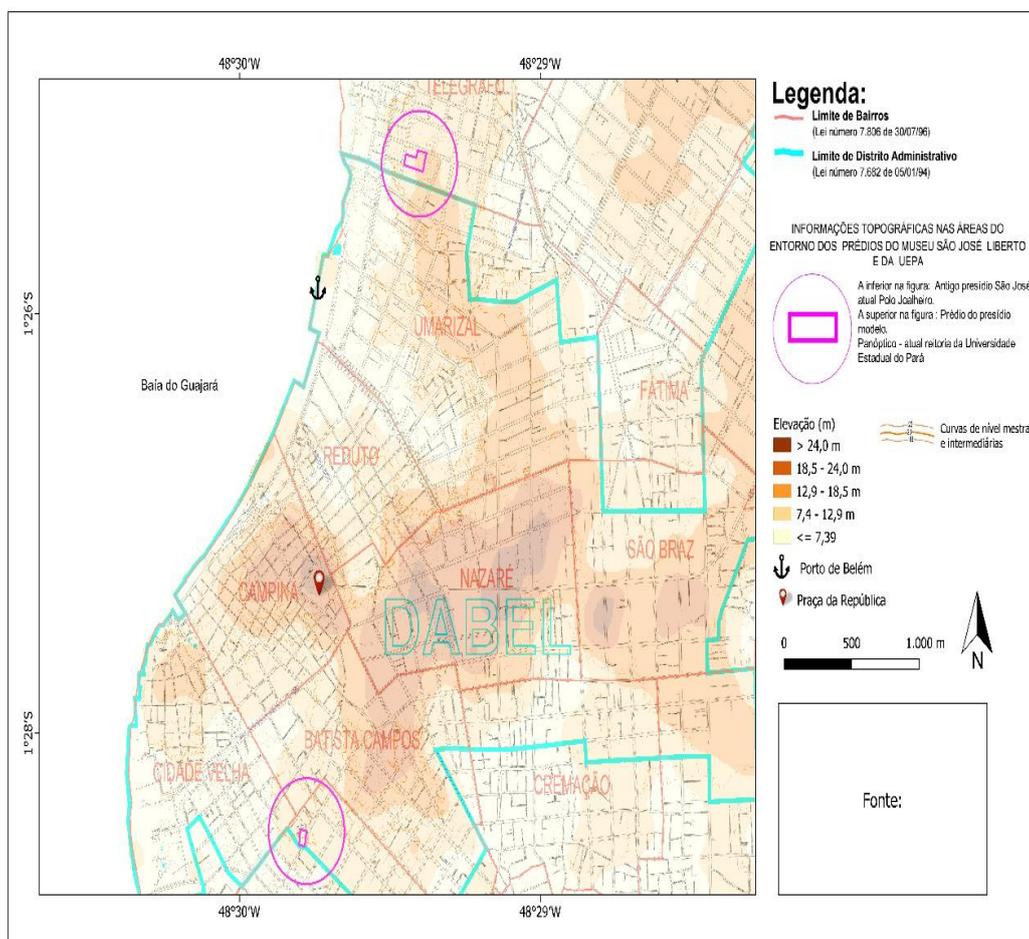
Fonte: CODM (setembro de 2021 - elaborado por Ramon Soares)

A unidade Dael é a que apresenta as melhores condições geotécnicas, principalmente em decorrência do processo de laterização, de forma resumida, um processo geoquímico que resulta em uma cimentação mais acentuada dos sedimentos. Deve-se considerar também que a unidade DAFm contém matéria orgânica e camadas de turfas. Nesse contexto, o embasamento rochoso sobre o qual se depositaram os sedimentos também deve ser considerado, bem como o tipo de edificação.

Com base no exposto, as edificações foram realizadas em unidades geológicas e geotécnicas diferentes, com o Presídio Modelo Panóptico sobre a unidade Dael e o PSJ sobre a unidade DAFm, que apresenta camadas ou lentes de matéria orgânica e turfas que podem resultar em segmentos mais instáveis às edificações.

4.4.2 – Relevo da Área Pesquisada

Figura 18 – Mapa de Elevação da Área da Pesquisa e os Pontos de Referência



Fonte: CODM (setembro/2021 - elaborado por Ramon Soares)

As conclusões apresentadas no mapa geológico de parte do município de Belém abrangendo as áreas de pesquisa, e no mapa de elevação da área de pesquisa e pontos de referências, figuras 24 e 25, respectivamente estão detalhados na tabela 2.

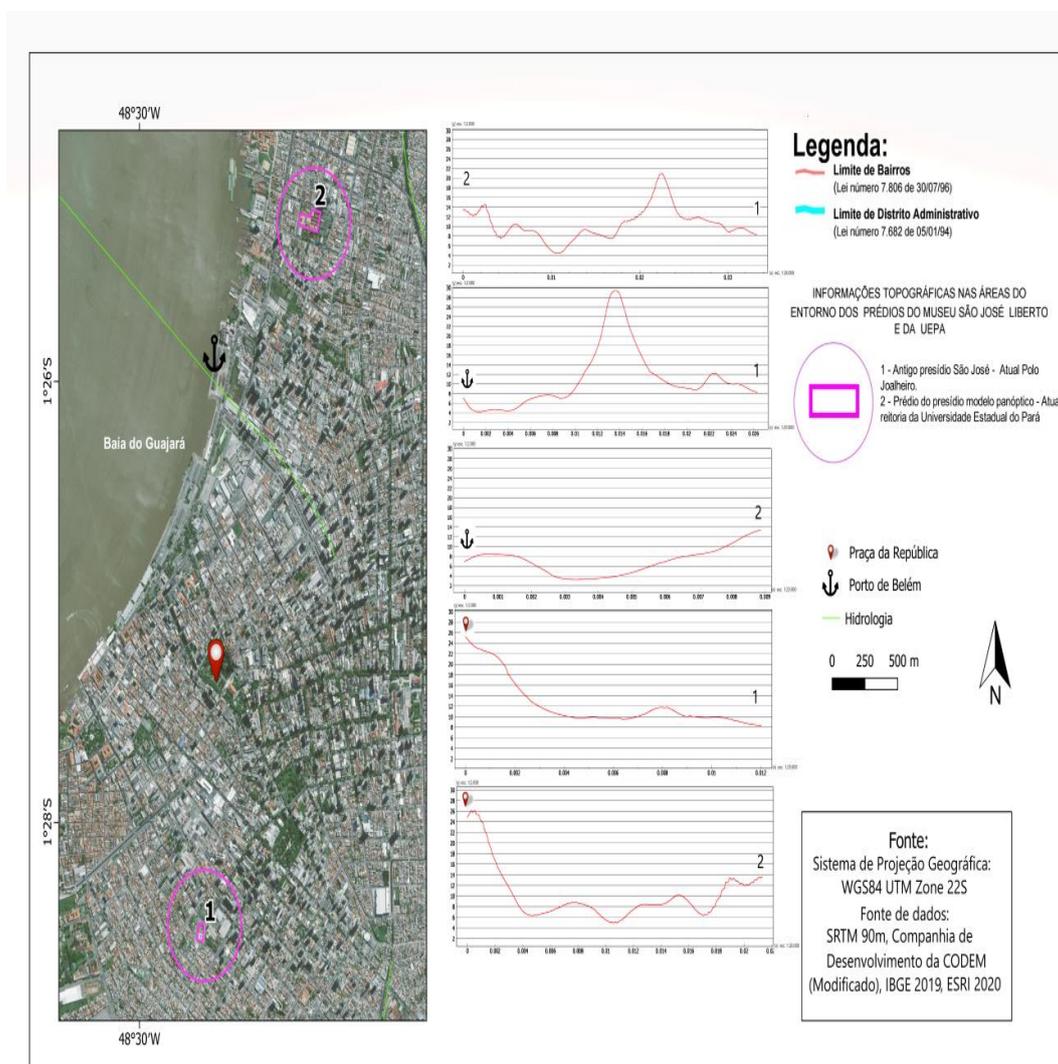
Tabela 2: Comparação das características gerais entre o PSJ e a PMP

Características Gerais	Presídio São José	Prisão Modelo Panóptica
Estrutura do solo	Depósitos Argilosos Fluviomarinhos (DAFm)	Depósitos aluviais, eólicos e lateríticos (Dael)
Elevação	7,4 e 12,9	7,4 e 12,9
Cota obtida em Campo	8,2 metros	9,5 metros

4.4.3 - Intervisibilidade e Visibilização

A Figura 19 apresenta a Intervisibilidade e a visibilização obtida a partir dos seguintes perfis topográficos, envolvendo a Prisão Modelo Panóptica e o Presídio São José (PMP – PSJ); Porto de Belém e Presídio São José (PB – PSJ); Porto de Belém e a Prisão Modelo Panóptica (PB – PMP); a Praça da República e o Presídio São José (PR – PSJ); a Praça da República e a Prisão Modelo Panóptica (PR – PMP).

Figura 19 – Mapa dos Perfis Topográficos Para Análise de Intervisibilização e Visibilidade entre PJS e PMP; PB e PSJ; PB e PMP; PR e PSL; PR e PMP.



Fonte: CODEM (setembro /2021 - elaborado por Ramon Soares)

Os perfis topográficos (figura 26) mostram que Intervisibilidade entre a Prisão Modelo Panóptica e o Presídio São José (PMP – PSJ), em linha reta, não era possível, em decorrência da elevação da área onde se encontra a Praça da República (figura 20).

Figura 20: Ficheiro Praça da República em Belém (PA)



Fonte: Rosicler Silva (setembro/2021)

A Praça da República também era um empecilho para visualizar o PSJ, tomando como ponto de observação o PB, em razão do relevo topográfico acentuado entre esses dois pontos, conforme vimos nos perfis topográficos (figura 20) e no registro fotográfico retratado a partir do Porto de Belém, Escadinha dos Cais do Porto, em direção à Avenida Presidente Getúlio Vargas que dá acesso à praça da República (figura 21).

Figura 21: Aclive a partir do Porto de Belém em direção à Praça da República, pela Avenida Presidente Vargas



Fonte: Rosicler Silva (setembro/2021)

Por outro lado, a intervisibilização era possível entre o Porto de Belém e a Prisão modelo Panóptica, confirmada pela figura 22.

Figura 22: Intervisibilização entre o Porto de Belém e a Prisão Modelo Panóptica

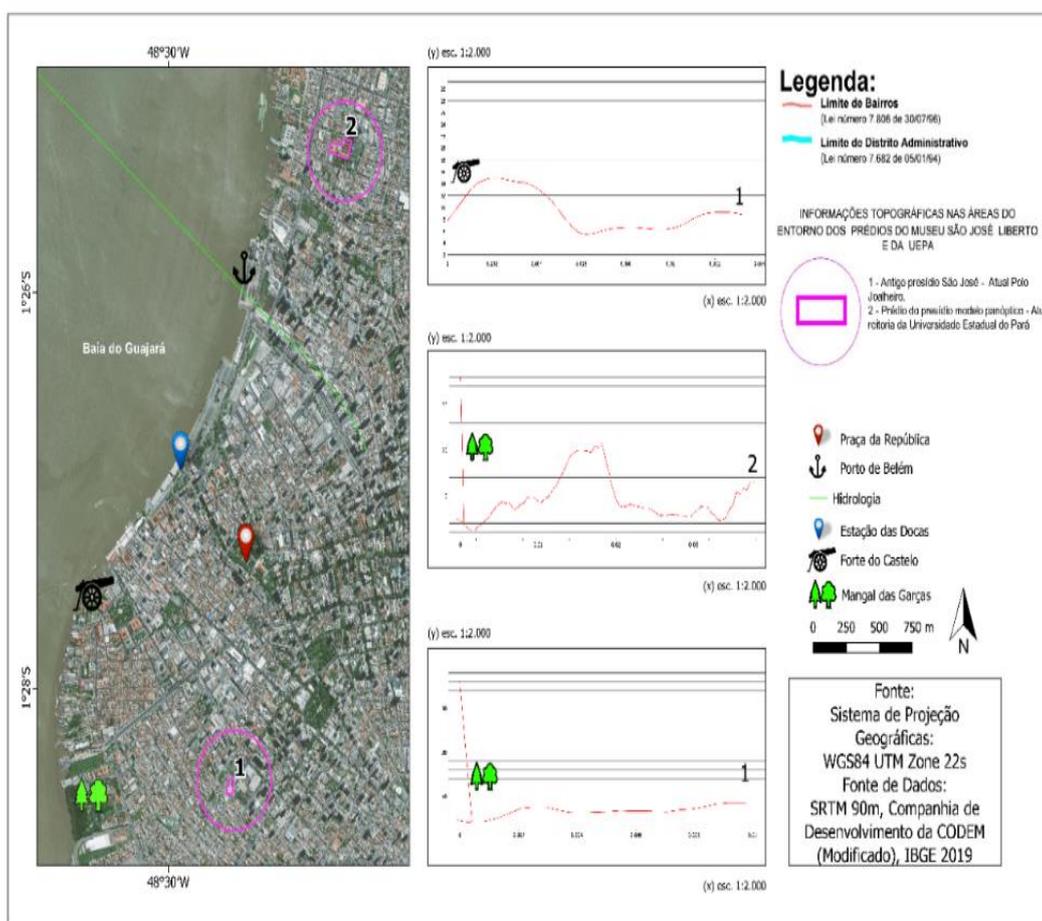


Fonte: Rosicler Silva (setembro/2021)

Por outro lado, a partir da Praça da República visualiza-se todos os pontos em questão, por esta apresentar, de acordo com os perfis traçados, o ponto mais elevado da área pesquisada.

Nas análises sobre a intervisibilidade e a visualização entre o Forte do Castelo (FC) e o Antigo Presídio São José (PSJ), Mangal das Garças (MG) e a Prisão Modelo Panóptica, Mangal das Garças (MG) e o Antigo Presídio São José (PSJ), obtivemos os resultados expressos na figura 30.

Figura 23: Perfis Topográficos para análise entre Forte do Castelo e Presídio São José; entre Mangal das Garças e Prisão Modelo Panóptica e entre Mangal das Garças e o Presídio São José



Fonte: CODEM (setembro/2021 - elaborado por Ramon Soares)

Conforme se observa na figura 23, antes da ocupação urbana, no sentido vertical, da área pesquisada era possível a visualização e a intervisibilidade entre o Forte do Castelo (FC) e o Presídio São José (PSJ), bem como entre este o Mangal das Garças (MG); no entanto, em relação ao Mangal das Garças (MG) e a Prisão Modelo Panóptica,

a visualização não é possível em decorrência da área elevada da Praça da República e da cota baixa do Mangal próximo ao rio, observação a partir do nível do arruamento atual figura 24.

Figura 24: Mangal das Garças



Fonte: Arquivo Pessoal do Autor

Quando a visualização foi analisada a partir do Mangal das Graças, no sentido do Presídio São José (PSJ) e da Prisão Modelo Panóptica (PMP), do alto da torre de 47 metros, foi possível evidenciar parte da cobertura do PSJ, e o entorno da Prisão Modelo Panóptica, prejudicada pelos prédios, que se forem desconsiderados, a intervisibilidade e a visualização podem ser consideradas boas (figura 25).

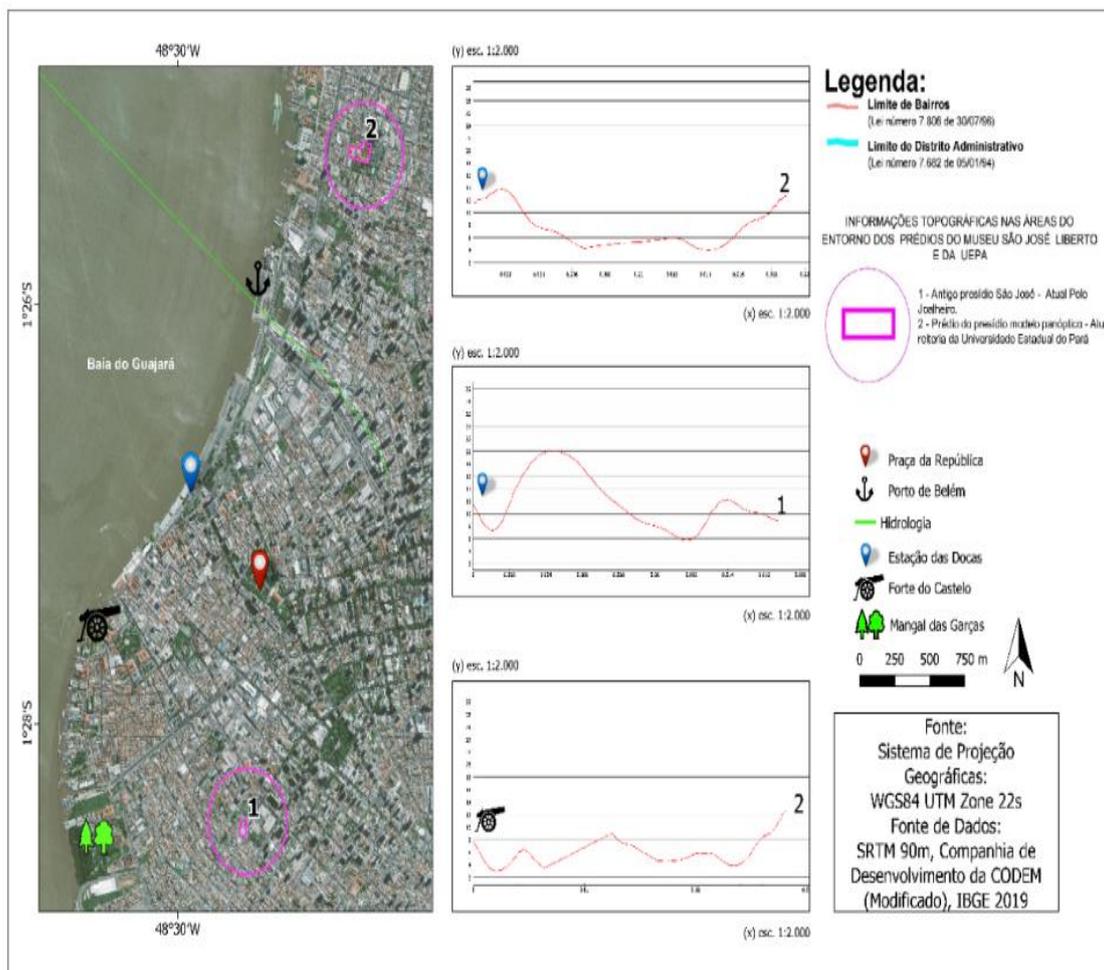
Figura 25: Visualização do Presídio São José (PSJ) e da Prisão Modelo Panóptica (PMP), a partir do Mirante do Mangal das Garças, do alto da torre de 47 metros.



Fonte: Rosicler Silva (setembro/2021)

Os resultados obtidos sobre a intervisibilidade e a visualização entre a Estação das Docas do Pará (EDP) e a Prisão Modelo Panóptica (PMP); Estação das Docas do Pará (EDP), e o Antigo Presídio São José (PSJ); Forte do Castelo (FC) e a Prisão Modelo Panóptica (PMP) estão na figura 26.

Figura 26: Perfis Topográficos para análise de Intervisibilização e visibilidade, entre a Estação das Docas e as duas Prisões em análise (PSJ e PMP) e entre o Forte do Castelo e a Prisão Modelo Panóptica



Fonte: CODEM (setembro/ 2021 - elaborado por Ramon Soares)

Pela análise da figura, é possível verificar que as características topográficas da Estação das Docas (EDP) é semelhante à da PB (Porto de Belém - Escadinha do Cais do Porto), pois ambas fazem parte do mesmo complexo portuário que está localizado geograficamente às margens do rio Guamá.

Neste sentido, conforme mostra a figura 26, era possível, em linha reta, a Intervisualização e a visualização entre a Estação da Companhia das Docas do Pará (EDP) e a Prisão Modelo Panóptica (PMP), uma vez que não eram prejudicadas pela cota mais elevada da Praça da República. Atualmente é impossível devido à ocupação urbana.

No entanto, deste ponto de observação - Estação da Companhia das Docas do Pará (EDP) – para o Presídio São José (PSJ), a Intervisualização e a visualização são

prejudicadas pela Praça da República que apresenta cota mais elevada. Representamos a diferença de cota entre a Estação das Docas do Pará e a Praça da República, na figura 27.

Figura 27 - Diferença de Cota entre a Estação das Docas do Pará e a Praça da República



Fonte: Rosicler Silva (setembro/2021)

Porém, entre o Forte do Castelo (FC) - localizado a leste da Estação das Docas do Pará (EDP), às margens da baía do Guajará - e o Presídio São José (PSJ), era possível tanto a Intervisualização e a visualização, porém, atualmente, não é mais possível pelas razões já apresentadas, ou seja, a ocupação urbana.

4.4.4 Aspectos Políticos

Em relação ao aspecto político, uma obra pode ser edificada com a intenção de demonstrar poder, sendo um marco a ser visto pela população. O Império Romano, por exemplo, utilizou-se muito dessa alternativa, bem como na América espanhola com as Plaza de Armas e em outros casos, para esconder da população ou do mundo. Os campos de concentrações na Alemanha nazista são exemplos. Neste aspecto, tomamos como exemplo local uma das mais notáveis praças de Belém do Pará: a Praça da República, que possui monumentos demonstrando o poder político republicano. Entre eles se encontra

uma coluna de vinte metros de altura onde está a figura principal, a Marianne com os símbolos revolucionárias da sua identidade, representando a República. Nos monumentos espalhados pela Praça da República, apresentando a Difusão dos Ideais Republicanos (figura 28).

Figura 28: Imagens Monumentais da Praça da República, apresentando a difusão dos Ideais Republicanos



Fonte: Rosicler Silva (setembro/2021)

4.4.5 – Aspectos Simbólicos

O simbólico relaciona-se com o político, a partir da representação de um poder maior que tudo observa, como por exemplo, a posição de alguns ou algumas igrejas, conventos, asilos, orfanatos, hospício, prisões, entre outros, em pontos mais elevados da topografia. O Teatro da Paz, construído na Praça da República, em Belém, no ponto mais elevado da cidade, conforme vimos nos perfis topográficos, possui uma arquitetura que representava símbolo de poder dos “barões da borracha”, como se tornaram conhecidos os comerciantes que enriqueceram com a exploração do látex entre o final do século XIX e o início do século XX. O Teatro da Paz, (figura 36) simbolizava o Poder político e econômico daquela conjuntura.

Figura 29: Teatro da Paz, símbolo do Progresso e do Poder



Fonte: Rosicler Silva (setembro/2021)

4.5- Análise dos Resultados

As análises dos resultados giraram em torno dos aspectos mais importantes para edificação de uma obra como: implantação das unidades litológicas e a geologia, relevo, intervisibilidade e visibilização, aspectos políticos e simbólico. Neste sentido, os resultados obtidos podem ser analisados sob três aspectos principais:

4.5.1 - Quanto à Escolha dos Locais Para o PSJ e a PMP

Com base na geologia as unidades litológicas mencionadas são predominantes na área, sendo que o local em que foi instalado a PSJ a unidade geológica Dael apresenta algumas características como camadas e lentes de matéria orgânica e turfa, que podem alterar consideravelmente as condições geotécnicas do solo frente as edificações, mencionadas anteriormente. Entretanto, essas ocorrências são localizadas, o que significa que o local do PSJ esteja sob uma dessas ocorrências. Por outro lado, sua localização é próxima a um fundo de vale que foi aterrado para a urbanização, o que permite aventar que o local tenha sido palco de inundações.

A unidade DAFm onde se encontra o PMP não apresenta essas características, mas está próxima a Dael, o que permite estabelecer as mesmas considerações quanto as camadas e lentes de matéria orgânica e turfa.

Considerando que as duas unidades prisionais foram inseridas cronologicamente em momentos distintos, o antigo convento de São José, que deu origem ao PSJ, em meados do século XVII e a Prisão Modelo Panóptica no final do século XIX, concluímos que provavelmente a escolha do local para a construção do Prédio que abrigou o Presídio São José, por mais de 100 anos, esteja relacionado a critérios técnicos utilizados nas construções que tinham a finalidade de atender as instituições fechadas. Como já frisamos, o prédio original foi erguido em meados do século XVII (1749), pelos frades capuchos de Nossa Senhora da Piedade, para ser um convento. Neste sentido, buscamos discutir uma hipótese de pesquisa que aparece em Foucault e em Goffman (1974), segundo a qual o convento católico pode ser pensado como a matriz original das diversas instituições fechadas que surgiram no mundo ocidental. Ressalta-se que as técnicas disciplinares que proliferaram nas instituições fechadas começaram a surgir nos conventos religiosos que podem ser considerados laboratórios onde elas foram experimentadas antes de serem generalizadas. O convento foi uma impressionante máquina de poder sobre codificador, que desenvolveu uma tecnologia altamente sofisticada para a produção de sujeitos e de subjetividade. Ressalta-se também, que nestes espaços estavam presentes elementos que caracterizam tais instituições como disciplina, trabalho, vigilância, subjetividades.

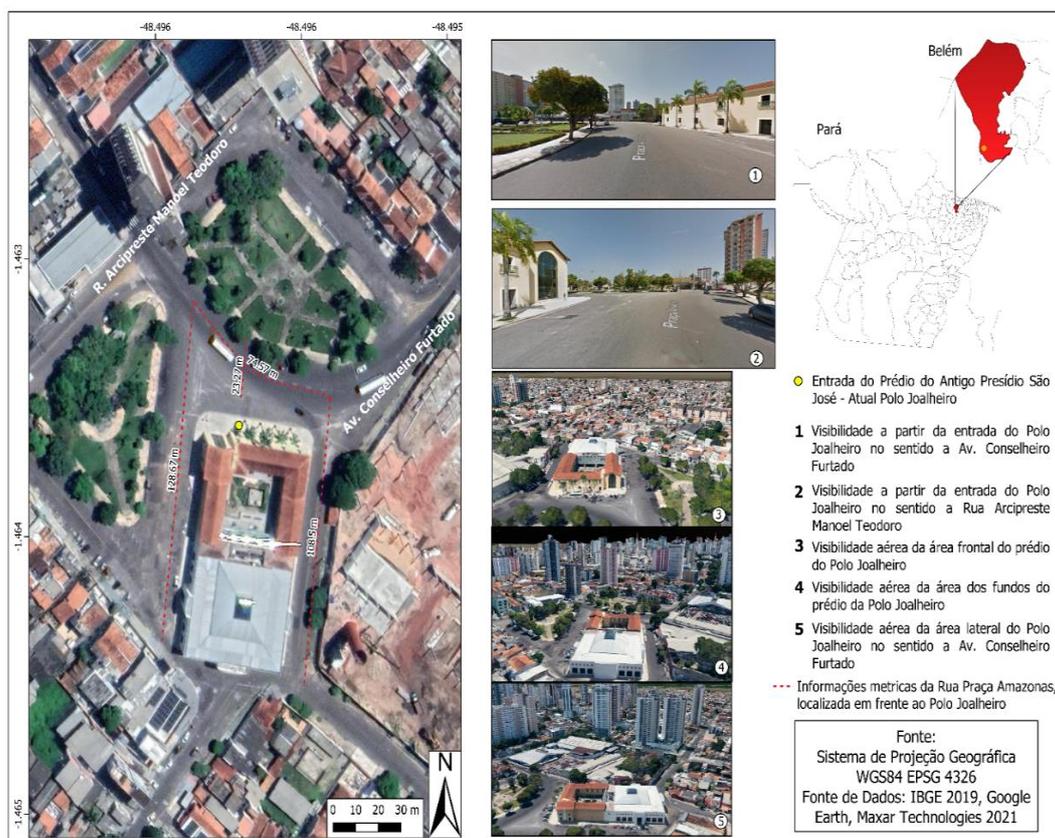
Outra característica comum entre O Presidio São José (PSJ), e A Prisão Modelo Panóptica (PMP), consiste na localização dos terrenos em áreas periféricas; Jurunas e Telégrafo; respectivamente, este habitado pela classe pobre, marcado pela significativa presença de negros, aquele ocupado por uma população descendente de etnias tradicionais e ribeirinhos.

Todavia, existe um outro fator que não pode ser desconsiderado nesta análise, trata-se da questão do planejamento setorial urbano equitativo, pois em uma área periférica da cidade as margens da estrada de ferro Belém/Bragança estavam localizados os asilos, manicômios, orfanatos, entre outras instituições fechadas; em outro setor da cidade, as prisões, localizadas também em áreas periféricas, porém na fronteira como as áreas centrais da cidade.

4.5.2 - Quanto à Inserção na Paisagem, Especificamente em Relação às Cotas ou Topografia

Tanto o PSJ quanto a PMP estão em cotas que se destacavam na área urbana quando das edificações em uma cidade que se caracteriza pela pouca variação nas cotas, resultando em um sítio relativamente plano. Com relação à elevação, o Presídio São José (PSJ) encontra-se em um segmento entre cotas de 7,4 e 12,9 metros e o Presídio Modelo Panóptico (PMP) entre 7,4 e 12,9 metros. A cota obtida em campo para o PSJ é de 8,2 metros, enquanto para PMP é de 9,5 metros. A diferença de 1,3 metros coloca as duas unidades prisionais no mesmo nível ou na mesma altitude, conferindo a estas, os elementos simbólicos a partir da representação de um poder maior que tudo observa em seu entorno, presente na sua posição consideravelmente elevada da topografia, conforme podemos visualizar nas figuras 30 e 31, que mostram inserção das duas unidades prisionais (PSJ e PMP), respectivamente, na paisagem, especificamente em relação as cotas ou topografia

Figura 30 - Inserção do Presídio São José, (PSJ), a Paisagem, Especificamente em Relação as Cotas ou Topografia



Fonte: Elaborado Por Ramon Soares

Figura 31 - Inserção da Prisão Modelo Panóptica, (PMP), na Paisagem,
Especificamente em Relação as Cotas ou Topografia



Fonte: Elaborado por Ramon Soares

4.5.3 - Quanto à Intevisibilidade e à Visibilização

De acordo com os resultados obtidos, a partir dos perfis topográficos em análise, a Praça da República, em razão de sua elevação se constituiu em embaraço a intervisibilidade, em linha reta entre o PSJ e a PMP. No entanto, tomando desse ponto de observação era possível visualizar todos os pontos em questão, e se tomássemos alguns pontos específicos, como o coreto da praça, mostrado na figura 41, a visualização era considerada muito boa.

Figura 32: Coreto Localizado na Praça da República -Belém do Pará – Ponto de visualização de Todos os Outros Pontos de Observação



Fonte: Rosicler Silva, setembro de 2021

Pois, os coretos representavam lugar de destaque para apresentação pública e por essa razão, eram construídos nos locais centrais e mais elevados, no caso em tela, a Praça da República -Belém do Pará.

A análise da intervisibilidade e da visualização entre a Estação das Docas, PSJ e PMP é semelhante ao Porto de Belém – escadinha do cais do porto - também já mencionado, mas cabe destacar que as duas unidades poderiam ser identificadas antes da chegada na Estação das Docas. Em relação ao Forte do Castelo, outro marco na história de Belém, a intervisibilidade e a visualização era possível apenas em relação ao PMP. (figura 33)

Figura 33: Visualização Entre o Forte do Castelo e a Prisão Modelo Panóptica



Fonte: Rosicler Silva, setembro de 2021

Entretanto, tanto PSJ e PMP poderiam ser observados desde as proximidades do Porto de Belém, ou seja, na aproximação das embarcações as duas unidades eram destacadas na paisagem. Do Porto de Belém, apenas o PMP poderia ser observado, pela proximidade (figura 34).

Figura 34 - Visibilidade Entre Porto de Belém e a Prisão Modelo Panóptica



Fonte: Rosicler Silva, setembro de 2021

Ainda sobre essa perspectiva, cabe destacar a boa visibilidade e visualização relacionadas ao PSJ e ao PMP, fundamentalmente em decorrência da baixa densidade de residências quando da construção de ambos.

É importante atentarmos para essa análise, pois, a partir da intervisualização e da visibilização podemos entender como funcionava a rede de vigilância e controle sobre os presídios, pois estes foram os critérios utilizados para a inserção do Presídio São José e da Prisão Modelo Panóptica na paisagem belenense.

4.5.4 – Quanto ao Apagamento da Memória Carcerária

As análises dos resultados obtidos sobre os aspectos mencionados são importantes, pois, eles revelam como o Presídio São José e a Prisão Modelo Panóptica, estavam representados na paisagem belenense, e como a memória foi apagada, revelando também, como esses espaços se encontram no tempo presente.

4.5.4.1- Presídio São José

Nesta perspectiva, Da Matta (2010) salienta que, após a expulsão dos religiosos, por ordens do Marquês de Pombal, que confiscou o patrimônio desses religiosos, entre os quais, o convento de São José, o qual passou para o domínio estatal, e nesta condição, utilizado para vários fins, até ser transformado em cadeia pública, no início da quarta década do século XIX, contexto histórico, em que já discorreremos no capítulo I deste trabalho, demonstrando que as condições objetivas apresentadas no Grão-Pará, da primeira metade do século XIX, marcada pela tumultuada adesão desta Província, seguida de uma série de revoltas populares que resultou na insurreição cabana, eram desfavorável a qualquer projeto que visasse a instalação de cadeias públicas no Grão-Pará, o que só foi possível, após a “pacificação” desta província. Contudo, ainda que a cadeia pública de São José tenha sido instalada naquele contexto, para substituir a qual funcionava no senado da câmara, foi a partir das reformas urbanísticas que o prédio sofreu as adaptações necessárias para atender às exigências pautadas naquele contexto. De acordo com o relatório da Secretaria de Segurança Pública do Pará:

Em 1891, o governador provisório Huet Bacelar cogitou a edificação de uma penitenciária na Praça de São José, lançada a pedra fundamental do alicerce, naquele ano. Todavia, a referida obra foi paralisada por falta de autorização e só reiniciou em 8 de março de 1892, pelo administrador Dr. Lauro Sodré (SEGUP, 1976: 126).

Porém, de acordo com o citado relatório, a obra se resumia em prolongar a área que abrigava o antigo convento e na adaptação deste ao sistema de prisão com grades.

Figura 35: Presídio São José na transição do século XIX para o século XX



Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022)

Essa tipologia arquitetônica se manteve até os anos de 1920, quando em 1926, a prisão de São José sofreu uma reforma geral, providenciada pelo Conselho Penitenciário e, em 1943, sob o governo de Magalhães Barata, foi transformado no Presídio São José.⁴⁸, conforme podemos ver na figura 36.

⁴⁸ IDEM.

Figura 36: Vista Frontal do Antigo Presídio São José entre os anos de 1926 a 1943



Fonte: GPOS Notícias

Em 28 de fevereiro de 1998, o Presídio sofreu uma rebelião de presos que durou 28 horas. Os momentos mais tensos de crise estão representados na figura 37.

Figura 37 : Imagem da Rebelião no Antigo Presídio Sao José – Fevereiro de 1998



Fonte: O LIBERAL

Dois anos depois, os presos foram transferidos para um presídio em Marituba, região metropolitana de Belém. Desativado pelo Governo do Estado, o Antigo presídio São José sofreu um processo de restauração, entre os anos de 2000 e 2002; a partir dessa data, bastante descaracterizado, recebeu as instalações do complexo Turístico São José Liberto ou Polo Joalheiro.

Figura 38: Polo Joalheiro – Antigo Presídio São José – setembro de 2021



Fonte: Rosicler Silva (setembro/2021)

Todavia, a esse respeito, verificamos que na elaboração do projeto de execução de adaptação deste prédio que abrigou, por mais de um século o presídio, para receber as instalações do complexo Turístico São José Liberto, ou Polo Joalheiro, no ano de 1999/2000, muitas de suas características, tipológicas, foram alteradas, conforme a figura 39.

Figura 39: -Vista Lateral do Prédio do antigo Presídio São José que passou a denominar-se Espaço São José Liberto



Fonte: Rosicler Silva (setembro/2021)

Como vimos na figura 39, o apagamento da memória marginal através da transformação da paisagem se dá através dos mecanismos que consistem em destruir, modificar e ressignificar o espaço. No caso do Antigo Presídio São José, modificado e reinaugurado em sua nova configuração no ano de 2002, com a denominação de Espaço Cultural São José Liberto, sofreu uma intervenção que não preservou elementos fundamentais da história desse prédio, que funcionou, por mais de um século, como presídio, e tudo que restou deste longo período encontra-se em um memorial denominado de “cela cinzeiro”, que quase nada representa sobre sua trajetória histórica e memorialística. A figura 40 mostra a entrada para Memorial do Antigo Presídio São José, chamada de Cella Cinzeiro.

Figura 40: - Entrada do Memorial do antigo Presídio São José: Cella Cinzeiro



Fonte: Arquivo pessoal do Autor

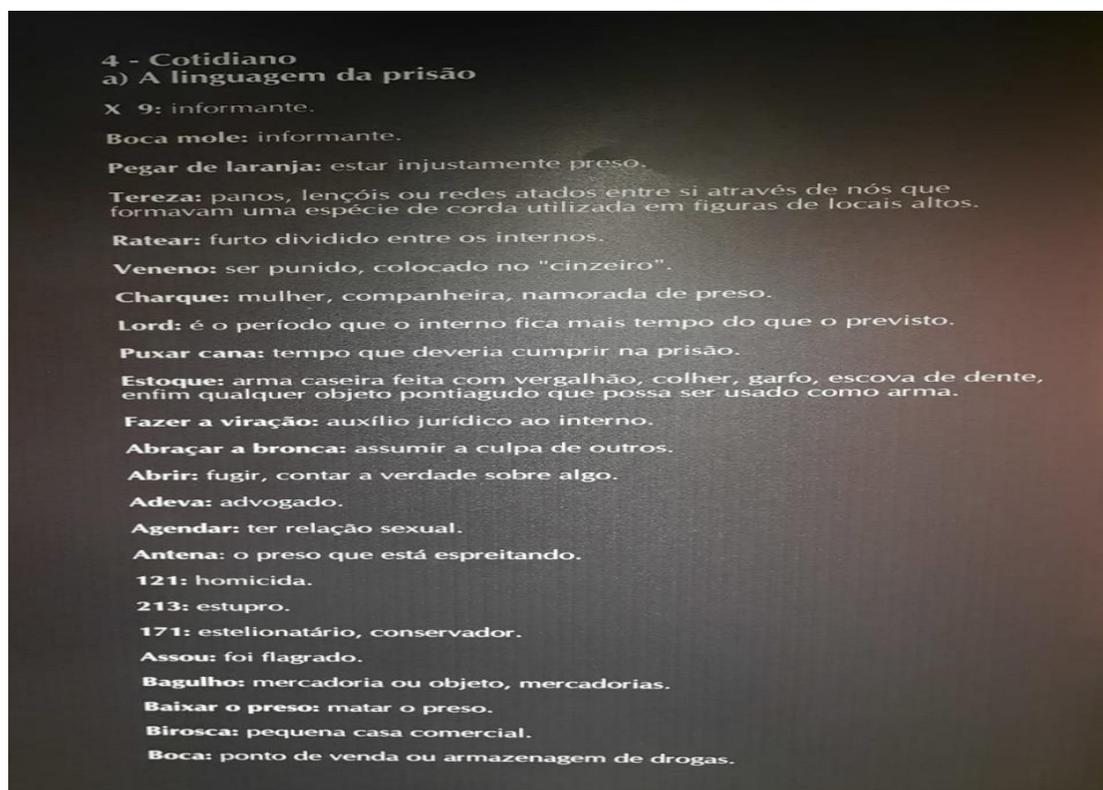
Como já frisamos, esse memorial não representa quase nada da história do Presídio São José, pois dos 128 anos que esse espaço serviu de prisão de criminosos, presos políticos, e todo sorte de encarceramento ali realizado, resume-se a um quadro com exposição de alguns objetos de torturas e um banner com um vocabulário, utilizado na época para que os agentes públicos não entendessem a comunicação, difundida entre os presidiários. O quadro de exposição e o banner, que mencionamos estão representados nas figuras 41 e 42.

Figura 41 – Quadro do Memorial do antigo Presídio São José que passou a denominar-se Espaço São José Liberto



Fonte:Arquivo Pessoal do Autor

Figura 42 - Vocabulário utilizado pelos internos do antigo Presídio São José



Fonte: Arquivo Pessoal do Autor

4.5.4.1 - Prisão Modelo Panóptica

Para análise exclusiva da Prisão Modelo Panóptica, no contexto da transição do século XIX para o século XX, transcrevemos abaixo um trecho veiculado, em março de 1893, em um importante jornal da época “O Estado do Pará”. A reportagem trata da construção da referida prisão, enfatizando sua localização geográfica, tipologia arquitetônica, bem como a importância social e cultural desta obra para a cidade de Belém. Esclarecemos, porém, que para fins de maior clareza, foi feita, assim como nos demais textos que subscrevemos, acima, a atualização ortográfica do mencionado periódico que dizia:

Penitenciária, - Em terrenos comprados pelo governo na rua da Municipalidade, situado no bairro que se estende além da pitoresca Estrada de S. João, acha-se em construção a grande obra da Penitenciária autorizada pela lei número 101, de 22 de março de 1893. Esta importante edificação obedece a um plano inteiramente novo e adaptado aos modernos sistemas de penalidade.

O edifício é modelado pela Santé, de Paris. A parte já em construção compreende quatro seções: o corpo central da administração em que estão as salas da diretoria, da biblioteca, de inspeção e registros, o parlatório, a farmácia e outras dependências; a torre central, compreendendo o compartimento de depósito, rouparias, cozinha e padaria; os dois raios celulares com três pavimentos cada um e 24 células em cada pavimento, sem contar as células de banheiro, quarto para guardas e salões de oficinas; finalmente a seção posterior com salões para escolas e capelas, células e salões de enfermaria.

A ligeira descrição acima dá ideia do valor e importância da Penitenciária em construção de um estabelecimento penal na altura de nossa civilização e dos nossos sentimentos de humanidade por aqueles que caem no caminho do crime. (“O Estado do Pará” 22 de março de 1893, p. 1).

O fragmento acima constitui uma fonte histórica importante, já devidamente citado, mostra que a construção dessa edificação, considerando todos os aspectos mencionados na reportagem, inclusive o contexto em que ela foi executada, simbolizou aquele momento histórico, a partir da representação de um poder maior que tudo observa, representado em sua posição na paisagem demonstrada nas análises da topografia do local, que também pode ser visto na figura 19.

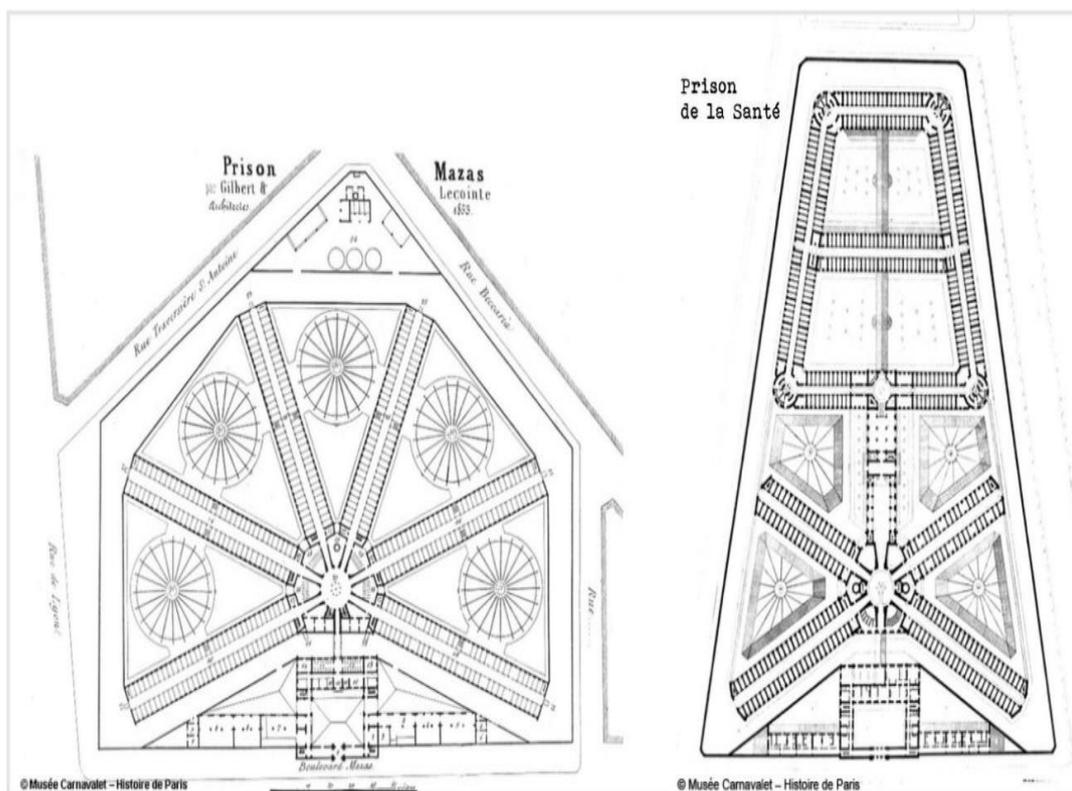
Figura 43: Castelinho da Universidade do Estado do Pará – Antiga Torre da Prisão
Modelo Panóptica



Fonte: Rosicler Silva (setembro de 2021)

O panóptico, pensado pelo filósofo inglês Jeremy Bentham, que como o próprio nome diz, remete-nos à ideia de visão total, sendo que “pan” significa tudo e “óptico” visão. De acordo com Bentham, esta deveria ter uma forma radial, com celas dispostas na periferia e uma torre no centro, de onde seriam observados todos os internos, conforme mostrado na figura 44.

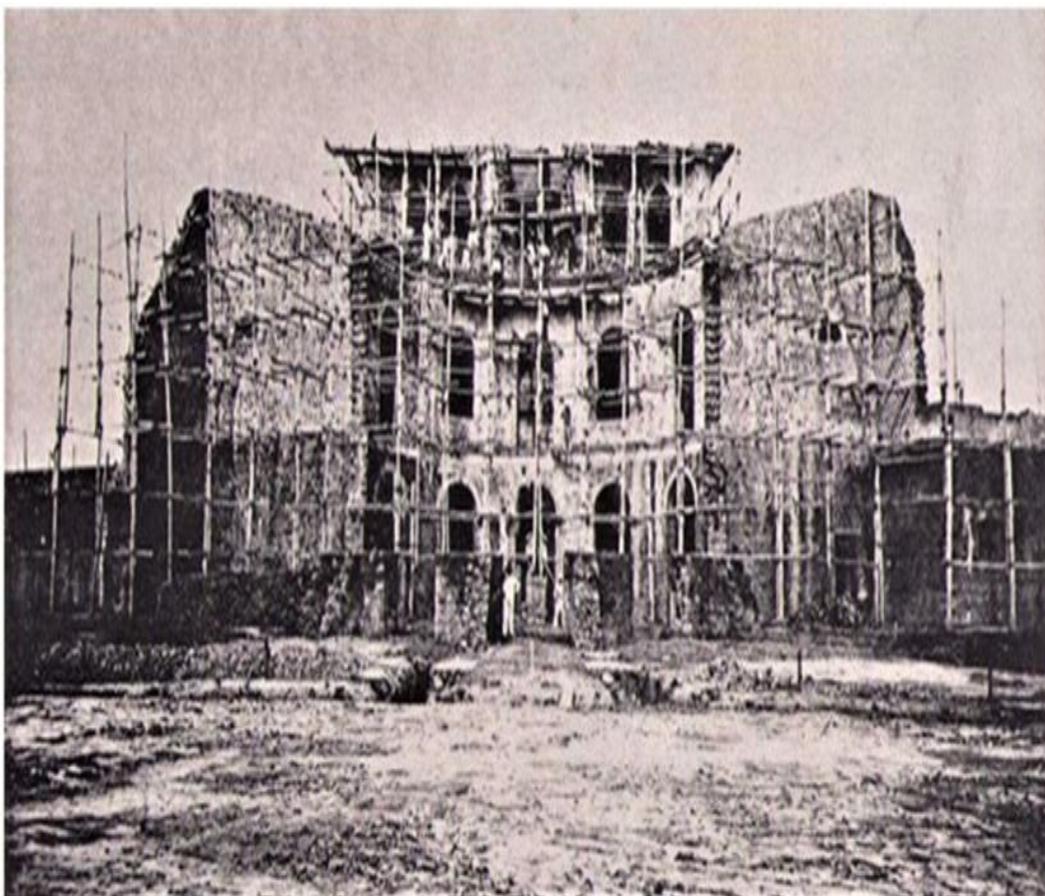
Figura 44: Planta arquitetônica do Penitenciária Modelo Panóptica Construído na Cidade de Belém do Pará, Sob a Responsabilidade do Engenheiro Henrique Américo Santa Rosa



Fonte: Laboratório Virtual – FAU/ITEC/UFPA

Devido a sua estrutura geométrica, a luz solar conseguiria penetrar em abundância em seu interior. Esta claridade favoreceria a observação dos detentos, realizadas da torre central, mas sem que estes soubessem de onde viria a vigília de seus algozes. A tipologia dessa arquitetura representada na figura 46, mostra a construção da Prisão Modelo Panotípica em Belém-Pa.

Figura 45: Construção da Penitenciária Panóptica do Estado do Pará



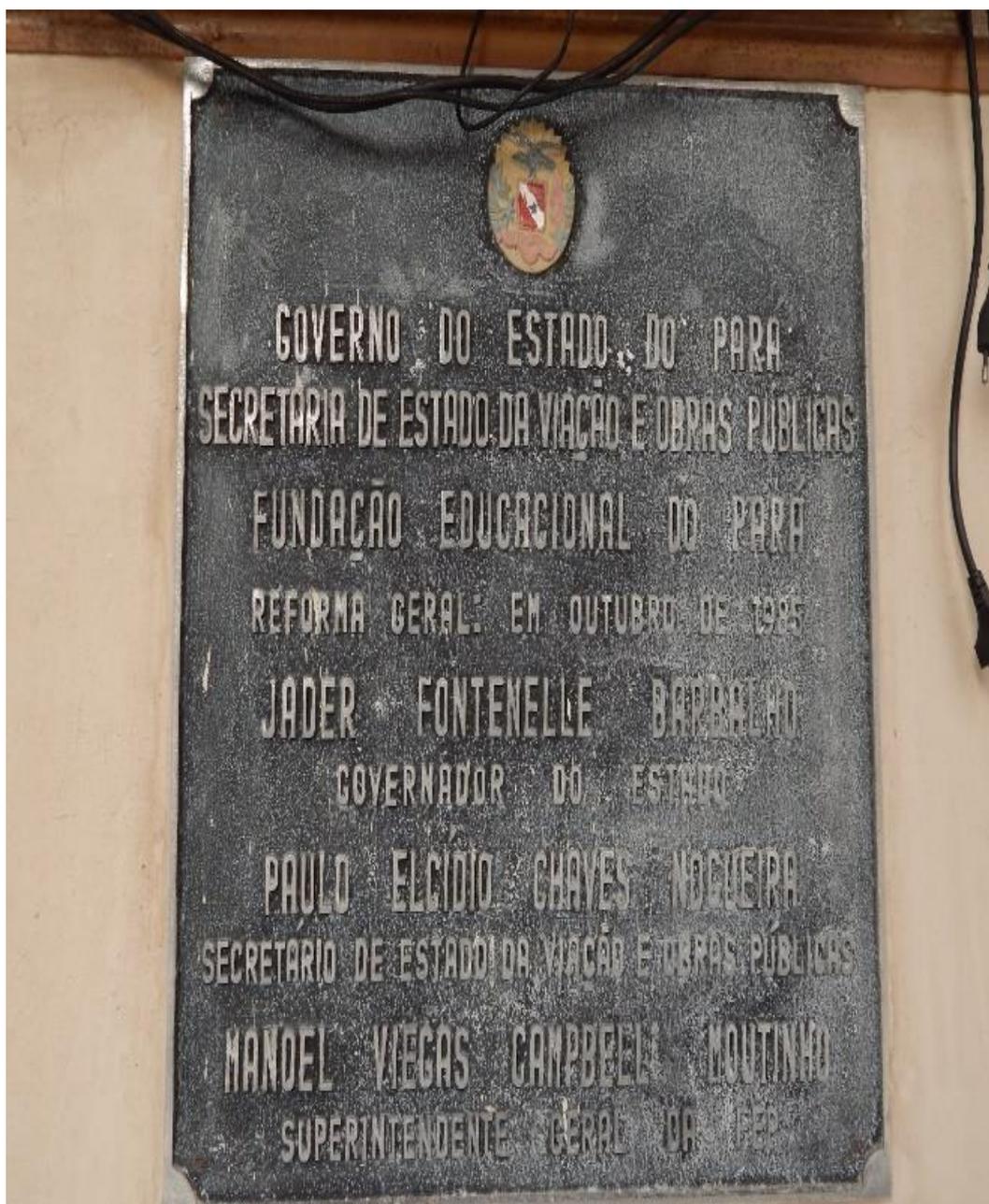
Fonte: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará –
(FAU/ ITEC/UFPA)

Ressalvamos, no entanto, a diferença da arquitetura entre os dois presídios em análise, pois enquanto o PSJ passa por reformas e adaptações para atender às exigências da classe dominante, representada pelos barões da borracha, a PMP já nasce projetada para essa finalidade, o que reforça as evidências simbólicas de uma instituição total, pois no que pese a edificação não ter sido usada com a finalidade para a qual fora construída, esta iniciada em 1893, durante o governo do intente Lauro Sodré, serviu de hospedaria à comissão de profilaxia, da febre amarela, chefiada por Osvaldo Cruz, em 1911; entre 1917 a 1921, o espaço penitenciário transformou-se em uma hospedaria para imigrantes, apelidada de hospedaria dos flagelados; funcionou ainda como escola penitenciária, quartel da polícia militar e atualmente é o espaço da reitoria da Universidade do Estado do Pará.

Em busca de supostas evidências guardadas na memória daquele prédio que foi construído para ser uma prisão moderna, visitamos o Prédio da Reitoria e o Centro de

Ciências Sociais e Educação, e nada encontramos que apontasse para a trajetória história e memorialística do referido espaço, inclusive, as diversas placas fixadas nas paredes da entrada principal da reitoria mencionam alguns momentos históricos importantes dessa instituição, entre outros eventos, nenhuma delas faz alusão à memória da antiga Prisão, conforme podemos ver nas figuras 46, 47 e 48.

Figura 46 - Placa comemorativa à instalação da Faculdade Estadual de Educação –
FAED



Fonte: Rosiclér Silva (setembro/2021)

A placa mostra a instalação da Faculdade Estadual de Educação – FAED; é um registro histórico ocorrido em 1985, quando o governo estadual criou a primeira instituição de ensino superior no estado, a FAED, que reunia as seguintes faculdades: Enfermagem, Medicina, Educação Física e Educação. No entanto, a trajetória do prédio centenário não foi mencionada.

Figura 47 - Placa Comemorativa em alusão à Reforma do Prédio para ser usado como faculdade



Fonte: Rosiclér Silva (setembro/2021)

Placa comemorativa em alusão à Reforma do Prédio para ser usado como Faculdade. A Universidade do Estado do Pará (UEPA) foi criada em 1993, a partir da

fusão de faculdades estaduais de Enfermagem, Medicina, Educação Física e Educação, desenvolvendo ações de ensino, pesquisa e extensão em três grandes áreas: Saúde, Educação e Tecnologia⁴⁹

Figura 48 - Placa Comemorativa aos 25 anos do Centro de Ciências Sociais e Educação (CCSE) da Universidade do Estado do Pará (UEPA)



Fonte: Arquivo Pessoal do Autor

Em 2018, o Centro de Ciências Sociais e Educação (CCSE) da Universidade do Estado do Pará (UEPA) celebrou seus 25 anos de existência (jubileu de prata). Naquela ocasião, grupos de pesquisa apresentaram trabalhos, exposições e oficinas, porém nada que fizesse referência à história do Prédio que abriga esta instituição.

Neste sentido, vale registrar que a Universidade do Estado do Pará - UEPA, através do Centro de Ciências Sociais e Educação, oferta o curso de Licenciatura em História, em seis Campi, distribuídos pelos seguintes municípios paraenses: Belém,

⁴⁹ UEPA, <https://www.uepa.br/> acesso em Jul/2022.

Castanhal, Igarapé-Açu, Salvaterra, São Miguel do Guamá e Vigia de Nazaré. E, de acordo com o site oficial dessa instituição, o Curso de Licenciatura Plena em História propõe a:

Formação de professores pesquisadores comprometidos com a qualidade de ensino em todos os níveis e, principalmente, com a construção de um novo perfil de História para atuar na Educação Básica. De acordo com os objetivos do Curso, o Licenciado em História deverá ter capacidade ao exercício do trabalho professor-historiador em todas as suas dimensões, tendo pleno domínio do conhecimento histórico e das práticas essenciais da sua difusão no âmbito pedagogo. Nesse sentido, o Curso forma o profissional de História fundamentando-se no exercício da pesquisa e em sua capacidade de produzir conhecimento, seja na escola e/ou nos demais espaços de exercício profissional. O profissional pode atuar no magistério da Educação Básica em instituições escolares e não escolares; em museus, arquivos, espaços culturais e da memória Centro de Ciências Sociais e Educação Publicado no portal da Universidade do Estado do Pará, 2021, p. 5)⁵⁰

No entanto, em pesquisa aos arquivos do Centro de Ciências Sociais e Educação, da Universidade do Estado do Pará, não localizamos nenhum trabalho científico na área de História que vise, especificamente, recuperar a memória daquele antigo casarão penitenciário, como também não conseguimos encontrar nenhuma reflexão, acerca deste tema, cujo objetivo viesse ser a preservação da memória e da identidade histórica daquela edificação e, conseqüentemente, da cidade de Belém do Pará.

⁵⁰ Centro de Ciências Sociais e Educação da Universidade do Estado do Pará. Disponível em: <https://www.uepa.br>. Acesso em junho de 2022

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação buscou refletir acerca do patrimônio cultural, memória e paisagem, ligados às prisões, mostrando os conflitos entre a memória marginal e o poder público, que escolhe aquilo que pode ser lembrado, apagado ou silenciado. Ressaltamos que os mecanismos utilizados para promoveram o apagamento ou o silenciamento da memória marginal, ligado às prisões, seguem atuando no tempo presente. Pensando apenas em exemplos recentes, que ilustram nossas considerações, lembramos o caso, ocorrido em 2007, no Município de Abaetetuba, no interior do Pará, em que uma adolescente de 15 anos de idade foi encarcerada junto com 30 homens adultos na cadeia pública daquele município, assim como as tragédias ocorridas em 2014, no Centro de Detenção Provisório de Icoaraci (CDPI), presídio que pegou fogo após presos queimarem colchões dentro das celas durante um motim, que resultou na morte oito internos e da penitenciária de Altamira, em julho de 2019, onde morreram sessenta e duas pessoas privadas de liberdade.

Outro exemplo de esmagamento da memória marginal ligado a prisão consiste na demolição da primeira grande prisão construída fora dos arredores da capital paraense: A Penitenciária Fernando Guilhon, erguida na década de 1970, para abrigar presos da ilha de Cotijuba, derrubada, em 2020, após sucessivos motins, em protesto contra a intervenção federal que ocorreu no sistema prisional do Pará, naquele ano; além das modificações e reformas ora em curso, no Presídio Estadual de Marituba, que assim como, em tantos outros casos, relacionados a históricos das pressões no Pará, foram demolidos, modificados, ressignificados, ou simplesmente abandonados, implicados, no apagamento da memória marginal.

Quanto aos apagamentos sistemáticos da paisagem e da memória marginal através dos mecanismos já citados acima, e considerando os dois casos mais emblemáticos da história prisional belenense e que constituíram os objetos deste estudo: o atual Complexo Turístico-Histórico “São José Liberto”, reinaugurado em sua nova configuração no ano de 2002, com a denominação de Espaço Cultural São José Liberto. Do mesmo modo, a Grande Prisão do Pará, conceituada por nós de Modelo Panóptica, construída na transição do século XIX Para o século XX, após sucessivas modificações, utilizações e mudanças de finalidades, abriga hoje a Reitoria da Universidade do Estado do Pará; também restaram poucos elementos materiais e imateriais que possibilite reconstituir sua história.

Em todos os casos problematizados neste trabalho, ficou evidente que tais projetos

de restauração tiveram um objetivo claro: ressignificar os propósitos do lugar em uma transição que podemos caracterizar de “do lixo para o luxo”. Talvez mais do que isso, as demolições e apagamentos parecem ser tentativas de esconder tragédias. No caso do São José, possivelmente, apagar os vestígios deixados pela história de horror e brutalidade registradas nas inúmeras rebeliões e encarceramento de presos políticos durante o Estado Novo e a Ditadura Militar de 1964, os quais envolveu inúmeras pessoas: os presos, seus familiares e os próprios moradores do entorno que defenestravam a existência e a permanência de uma penitenciária no local. No entanto, no São José, permanecem alguns desses vestígios que, para Borges (2017), são apenas marcas silenciadas do passado, algumas vezes preservados em cumprimento de um dever de memória.

Por sua vez, na Prisão Modelo Panóptica, vale destacar, que quando este espaço penitenciário transformou-se em uma hospedaria para imigrantes, apelidada de hospedaria dos flagelados, entre 1917 a 1921, este período foi marcado por acontecimentos trágicos, em que de acordo com nota publicada pelo jornal *Estado do Pará*, entre 04 de março e 17 de abril de 1920, nove pessoas morreram, na atual Reitoria da Universidade do Estado do Pará; dessas, se tem certeza de que sete eram crianças entre 8 meses e 8 anos de idade, vítimas de enterites ou gastroenterites dadas as condições insalubres do lugar;⁵¹ contudo, na Universidade do Estado do Pará não há nenhum registro desse trágico acontecimento.

As sistemáticas demolições, modificações e ressignificação desses ambientes são legitimadas pelo discurso que aponta para uma promessa de futuro (SANTOS, 2013, p. 223), como se destruir esses locais garantisse profundas transformações e melhorias no sistema penal e no desenvolvimento da cidade, assegurando que as histórias marcadas por violência e tragédias não mais se repitam.

⁵¹ <https://fauufpa.org/2019/06/10/reitoria-da-uepa-e-o-velho-casarao-da-penitenciaria/>. Acesso em: maio de 2022.

REFERÊNCIAS

Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará, tomo 5º, página 50, tomo 6º. Páginas 218 e 219.

ANTUNES, Mariano. **Penas e Sistemas Repressivos**. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1925.

BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. **Compendio das Eras da Província do Pará**, 1838.

BAENA, A. L. Monteiro. **Compêndio das Eras da Província do Pará**. Belém: UFPA. Série José Veríssimo, 1969.

BORGES, Viviane Trindade. **O Patrimônio Cultural e as Prisoões: Apagamento e Ssilenciamento**. História. Questão e Debates, v. 6, p. 285-303, 2017.

Biblioteca Pedagógica Brasileira, Série 5ª, Vol. 192, p. 823-4). Disponível em (<https://buscaintegrada.ufrj.br>). acesso abril/2022.

BRASIL, Constituição (1934), Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1934. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/consti%C3%A7ao34.htm. Acesso em maio 2021.

BRASIL, Constituição (1988), Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. 40 ed. São Paulo: Saraiva 2007.

CANO, Wilson. **Urbanização: sua crise e revisão de seu planejamento**. Revista de Economia Política, São Paulo, v. 9, n. 1, jan./mar. 1989.

CASTELO BRANCO, Thayara Silva. **O Controle Policial-Médico-Securitário Brasileiro**, Revista de Criminologias e Políticas Criminais, 2016. CCSE – Centro de Ciências Sociais e Educação da Universidade do Estado do Pará. **Castelinho**. Centro de Ciências Sociais e Educação da Universidade do Estado do Pará, [20-]. Disponível em: (<https://ccse.uepa.br>). Acesso em: 6 ago/2021.

CONSELHO MUNICIPAL DE BELÉM, **Leis e Resoluções Municipais** (1900), Pará-Belém, Typ. Tavares Cardoso & Cia, 1900, p. 33.

CPRM – Serviços Geológicos do Brasil. **Geologia e recursos minerais da Folha Belém - SA.22-X-D-III**, Estado do Pará, escala 1:100. – Belém: CPRM, 2011.

COUTRIM, Gilberto. **História global 2** / Gilberto Cotrim. -- 3. ed. -- São Paulo : Saraiva, 2016.

CRIADO-BOADO, Felipe. **Construcción social del espacio y reconstrucción arqueológica del paisaje.** *Boletín de Antropología Americana*. México: Instituto Panamericano de Geografía e História, n. 24, 1991.

CRUZ, Ernesto Horácio da. **História de Belém.** EdUFPA: Belém, 1973.

_____. The visibility of the archaeological record and the interpretation of social reality. In: HODDER, Ian *et. al.* **Interpreting Archaeology.** Londres: Routledge, 1995.

_____. **Combining the different dimensions of cultural space: is a total archaeology of landscape possible?** In: BOADO, F. C.; PARCERO, C. (eds.). *Tapa-Landscape, archaeology, heritage.* Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, n. 2, 1997.

_____. **Del terreno al espacio: planteamientos y perspectivas para la arqueología del paisaje.** CAPA 6: Criterios y Convenciones em Arqueología del Paisaje. 1. ed. Santiago de Compostela: Grupo de Investigación en Arqueologia del Paisaje Universidade de Santiago de Compostela, 1999.

CRUZ, Ernesto – *História de Belém.* Belém, Universidade Federal do Pará, 1973.

DA MATTA, Raimundo Possidônio Carrera. Entrevista a Série jornalística da TV RBA que conta a **história do presídio São José Liberto.** Parte 1. agosto de 2009. (<https://www.youtube.com>). Acesso, jun./2021

FAUITEC – Instituto de Tecnologia da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará. **O Plano Panóptico de Santa Rosa, por José Maria Coelho Bassalo.** FAU - Laboratório Virtual - ITEC/UFPA, 2018. Disponível em: (<https://fauufpa.org>). Acesso, ago/2021.

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará. Publicado em 10/06/2019, pelo Projeto Laboratório Virtual - FAU ITEC UFPA. Disponível em (<https://fauufpa.org/acervo-digital>). Acesso, jan./2022.

_____. **Reitoria da UEPA é o Velho Casarão da Penitenciária.** FAU - Laboratório Virtual - ITEC/UFPA, 2019. Disponível em: (<https://fauufpa.org>). Acesso em: ago/2021.

FERREIRA, Eliana Ramos. **Em Tempo Cabanal: Cidade e Mulheres no Pará Imperial – Primeira Metade do Século XIX** (Dissertação de Mestrado) - PPGH/PUC-SP, São Paulo, 1999.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.** Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997, p. 81.

FOUCAULT, Michael. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal. 1979.

_____. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975- 1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu (Org.). **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2008.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

Goffman, E. (1987). **Manicômios, prisões e conventos**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva.

HARTOG, François (2013). **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica.

HURLEY, Jorge. **Belém do Pará sob o domínio português 1616 a 1823**. Belém: Oficinas Gráficas da Livraria Clássica, 1940.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Estatuto da Fundação Nacional Pró-Memória. 1979. Disponível em: Acesso em: 25 jul. 2021.

Instituto Histórico e Geográfico do Pará: Cem anos de história. Boletim Informativo. Belém, vol. I, 2000.

Recorte do Jornal “O Diário do Pará”, 03/01/1898, p. 3). Disponível em (<https://ccse.uepa.br/ccse>). Acessado em novembro de 2021.

JURANDIR, Dalcídio, **Primeira Manhã**. São Paulo: 1963, in. Revista da Universidade do Estado do Pará, n. 6, 2016, p. 5.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**, 4 ed. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1996.

Livro da Visitação do Santo Ofício da Inquisição ao Estado do Grão-Pará – 1763-1769. Apresentação de José Roberto do Amaral Lapa. Petrópolis: Vozes, 1978.

Lista de bens tombados no Pará. Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista de bens tombados no Par%C3%A1](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_bens_tombados_no_Par%C3%A1). Aceso em 06/jul.2022

Conferir em KIDDER, Daniel P. Reminiscências de Viagens e Permanências no Brasil,

Compreendendo Notícias Históricas e Geográficas do Império e das Diversas Províncias. São Paulo: Livraria Martins Editora; Editora da Universidade de São Paulo, 1972, p. 173.

MATTOS, Yllan de. **A última Inquisição: os meios de ação e funcionamento da Inquisição no Grão Pará pombalino (1763-1769)**. Dissertação de mestrado. Niterói: UFF, 2009.

MELLO, M. e SOUZA, A. E. O Tribunal do Santo Ofício e a disciplinarização dos costumes na Amazônia portuguesa do século XVIII. In: I Coloquio Internacional Brasil e Portugal : nossa historia ontem e hoje, 2007, Recife. Anais Eletronicos do I Coloquio Internacional Brasil e Portugal. Recife: UFRPE, 2007. v. 1. p. 1-11.

Meu dicionário. Org. Disponível em: (<https://www.meudicionario.org/aljube>). Acesso em, jan./2022.

Museu do Aljube - **Resistência e Liberdade**. Disponível em: (https://org/wiki/Cadeia_do_Aljube), Acesso em, jan./2022.

POLLAK, Michel. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p.200 a 212.

OLIVEIRA, Fernanda Amaral de - Bacharel em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista CNPQ de Apoio técnico a pesquisa. Artigo como comunicação científica no Seminário Nacional de História da Historiografia: historiografia brasileira e modernidade, ocorrido na cidade de Mariana – MG entre os dias 01 a 03 de agosto de 2007. Disponível em: <https://www.ufjf.br>, acesso em: mai./2022.

RAIOL, Domingos Antônio. **Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos Políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835**. Coleção Amazônica, Série José Veríssimo, Belém, Universidade Federal do Pará, 1970.

Reflexão acerca do Educandário Nogueira de Farias e Bioética: agenciamento de menores na Ilha de Cotijuba-Pará no início do século XX, 2018, p.219, disponível em, (<http://periodico.pucminas.br>). Acesso em: mai./2022.

Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15 de novembro de 1902 pelo Intendente Sen. Antônio Jose de Lemos. Disponível em <https://fauufpa.files.wordpress.com/2012/07/1897-1902-o-municc3adpio-de-belc3a9m-por-antonio-josc3a9-de-lemos.pdf> - Acesso em junho de 2022.

Relatório apresentado em 3 de janeiro de 1898, publicado no jornal O Diário do Pará. Apud. CANO, W. Da Década de 1920 à de 1930: transição rumo à crise e à Industrialização. Economia (Brasília), 2012, v. 13, p. 900-901).

RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. **Punição e estrutura social**. Rio de Janeiro:

SARGES, Maria de Nazaré. Belém: Riquezas Produzindo a Belle Époque (1870-1912). 2.ed. Belém: Paka-Tatu, 2002.

SEGUP - Secretaria de Estado de Segurança Pública. **Relatório informativo exercício de 1975**: relatório técnico. Belém: IDESP, 1976.

SECULT/DPHAC. Série Informar para Preservar. Vol. I e II, Belém, 2002.

SECULT/FCPTN. **Catálogo de Obras Raras da Biblioteca Pública “Arthur Vianna”**, 2001.

SENA, Ize. **Um patrimônio no coração do bairro do Telégrafo**. Revista Saber Amazônia: Revista da Universidade do Estado do Pará, n. 6, 2016. Disponível em: (https://issuu.com/ascom.uepa/docs/revista_janeiro1). Acesso em: 6 ago./2021.

SILVA, Jairo de Jesus Nascimento da. **Da Mereba-ayba à Varíola: Isolamento, vacina e intolerância popular em Belém do Pará; 1884-1904**. 2009.

SOUZA JUNIOR, José Alves de . **O projeto Pombalino para a Amazônia e a Doutrina do Índio-Cidadão**. In: Armando Alves Filho; José Alves de Souza Junior; José Maia Bezerra Neto. (Org.). Pontos de História da Amazônia. 3ed.Belém: Editora Paka-Tatu Ltda, 2001, v. 1, p. 35-52.

SOUZA, Kelly R. Felix de. **O Sistema Penal Como Instrumento de Controle Social: O Papel da Pena Privativa de Liberdade**. In: Gustavo Noronha de Avila; Marília Montenegro Pessoa De Mello; Tulio Lima Vianna. (Org.). Criminologias e política criminal. ed. Florianópolis: Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito, 2015, v. 1, p. 389-405.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento e silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. **História Geral do Brasil**. Organizado por Linhares, Maria Yeda (organizadora). Rio de Janeiro: Editora Campos, 1990.

VIANNA, Arthur. **As Fortificações da Amazônia**. In Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará. Belém, 1905.

VIEIRA, Barroso. **O Forte do Castelo - sua breve história**. 2a ed. Belém, 1958.

ANEXOS

ANEXO 1: Requerimentos para realizar pesquisa de Campo nas dependências interna e externas e nos arquivos da Universidade do Estado do Pará – UEPA.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ							
Exmo./ Ilmo. Sr.: <u>DAS</u>	(Cargo do Titular do órgão)						
IDENTIFICAÇÃO							
Nome Completo: <u>JOSÉ AMARILDO RODRIGUES PANTOJA</u>							
Endereço: <u>TRAV. BARÃO DO TRIUNFO, 1084</u>	Fone: <u>(91) 980808705</u>						
Bairro: <u>PEDEIRA</u> Município: <u>BELEM</u>	CEP: <u>66083-860</u>						
Cargo/Função: _____ Matricula: _____	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <th colspan="2" style="text-align: center; font-size: x-small;">LOTACÃO</th> </tr> <tr> <td style="width: 50%; font-size: x-small;">Orgão:</td> <td style="width: 50%; font-size: x-small;">Unidade:</td> </tr> <tr> <td style="height: 20px;"> </td> <td> </td> </tr> </table>	LOTACÃO		Orgão:	Unidade:		
LOTACÃO							
Orgão:	Unidade:						
E-mail: <u>AMARILDO.PANTOJA62@YAHOO.COM.BR</u>							
SOLICITAÇÃO CPF: <u>190.332.572-20</u>							
Vem requerer que lhe seja concedido:							
<input type="checkbox"/> SOLICITAÇÃO <small>(preencha e declaração no verso da folha)</small>	<input type="checkbox"/> Invalidez <input type="checkbox"/> Voluntária						
<div style="border: 1px solid black; padding: 5px;"> <p style="font-size: x-small; margin: 0;">PAE-Processo Administrativo Eletrônico Governo do Estado do Pará UEPA- Universidade do Estado do Pará</p> <p style="margin: 0;">Ano 2021 / <u>100737</u></p> <p style="margin: 0;">Dia: <u>13 / 09 / 2021</u></p> <p style="margin: 0; text-align: center;"><u>Felipe Saul</u> Protocolista</p> </div>	<input type="checkbox"/> Pensão <input type="checkbox"/> Aposentadoria <input type="checkbox"/> Reforma <input type="checkbox"/> Reserva <input type="checkbox"/> Outros (Especifique) _____ <small>(Especifique o período)</small>						
<input type="checkbox"/> INCORPORAÇÃO <input type="checkbox"/> CERTIDÃO DE TEMPO DE SERVIÇO <input type="checkbox"/> CESSÃO <input type="checkbox"/> EXONERAÇÃO <input checked="" type="checkbox"/> OUTROS (Especifique)	<input type="checkbox"/> AUXÍLIO FUNERAL <input type="checkbox"/> LICENÇA PRÊMIO <input type="checkbox"/> LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTO PARTICULAR <input type="checkbox"/> LICENÇA PARA ACOMPANHAR CÔNJUGE <small>(Especifique o período)</small>						
<input checked="" type="checkbox"/> OUTROS (Especifique) <u>PESQUISA NA BIBLIOTECA</u>							
Justificar a Solicitação: <u>PESQUISA PARA CONSTRUÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DO PROGRAMA DE HISTÓRIA DA PUC-GO, CONFORME DECLARAÇÃO EM ANEXO.</u>							
Em <u>13/09/2021</u>	<u>José Amarelto Pantoja</u> Assinatura do Requerente						

ANEXO 2: Requerimento Para Realizar Pesquisa de Campo, no Prédio da Reitoria da
Universidade do Estado do Pará UEPA

UNIVERSIDADE DO ESTADO DOPARÁ					
Exmo./ Ilmo. Sr.: <u>DAS</u>	(Cargo do Titular do órgão)				
IDENTIFICAÇÃO					
Nome Completo: <u>JOSE AMADEU RODRIGUES PANTOJA</u>					
Endereço: <u>TRAV. BARÃO DO TRIUNFO, 1084</u>	Fone: <u>(91) 980808705</u>				
Bairro: <u>PEDREIDA</u>	Município: <u>BELEM</u> CEP: <u>66083-860</u>				
Cargo/Função: _____	Matricula: _____				
E-mail: <u>AMARILDO7PANTOJA@YAHOO.COM.BR</u>					
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th colspan="2" style="text-align: center; padding: 2px;">LOTACÃO</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td style="width: 50%; padding: 2px;">Orgão: _____</td> <td style="width: 50%; padding: 2px;">Unidade: _____</td> </tr> </tbody> </table>		LOTACÃO		Orgão: _____	Unidade: _____
LOTACÃO					
Orgão: _____	Unidade: _____				
SOLICITAÇÃO CPF: <u>190.332.572-20</u>					
Vem requerer que lhe seja concedido:					
<input type="checkbox"/> SOLICITAÇÃO <small>(preencha a declaração no verso da folha)</small>	<input type="checkbox"/> Invalidez <input type="checkbox"/> Voluntária				
<div style="border: 1px solid black; padding: 5px;"> <p>PAE-Processo Administrativo Eletrônico Governo do Estado do Pará UEPA- Universidade do Estado do Pará</p> <p>Ano 202 <u>1</u> / <u>1007565</u></p> <p>Dia: <u>15</u> / <u>09</u> / 202 <u>1</u></p> <p style="text-align: center;"><u>Maumi</u> Protocolista</p> </div>	<input type="checkbox"/> Pensão <input type="checkbox"/> Aposentadoria <input type="checkbox"/> Reforma <input type="checkbox"/> Reserva <input type="checkbox"/> Outros (Especifique) _____				
<input checked="" type="checkbox"/> INCORPORAÇÃO <input type="checkbox"/> CERTIDÃO DE TEMPO DE SERVIÇO <input type="checkbox"/> CESSÃO <input type="checkbox"/> EXONERAÇÃO <input checked="" type="checkbox"/> OUTROS (Especifique)	<input type="checkbox"/> AUXÍLIO FUNERAL <input type="checkbox"/> LICENÇA PRÊMIO <input type="checkbox"/> LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTO PARTICULAR <input type="checkbox"/> LICENÇA PARA ACOMPANHAR CÔNJUGE				
<u>PERMISSÃO PARA REALIZAR TRAB. DE CAMPO.</u>					
Justificar a Solicitação: <u>PRECISAMOS REALIZAR UM LEVANTAMENTO (TRABALHO DE CAMPO) NO PRÉDIO DA REITORIA DESTA INSTITUIÇÃO, O QUAL É UM DOS NOSSOS OBJETOS DE ESTUDO. CASO NOSSA SOLICITAÇÃO VENHA SER DEFERIDA NOSSA VISITA SE DARA NO DIA 20.09.2021</u>					
Em <u>13</u> / <u>SETEMBRO</u> / <u>2021</u>	<u>Maumi Pantoja</u> Assinatura do Requerente				